



**Escola Superior
de Educação**

Politécnico de Coimbra

A Normalização do Povo Puro nos *Media* Digitais: O Caso da Lei da Nacionalidade

Departamento de Comunicação

Mestrado em Comunicação Social — Novos Media

2026, Gil Lourenço Silva Ferreira



**Escola Superior
de Educação**

Politécnico de Coimbra

Gil Lourenço Silva Ferreira

A Normalização do Povo Puro nos *Media* Digitais: O Caso da Lei da Nacionalidade

Dissertação de Mestrado em Comunicação Social - Novos Media, apresentada ao
Departamento de Comunicação da Escola Superior de Educação de Coimbra para obtenção do
grau de Mestre

Trabalho realizado sob a orientação dos Professores Doutores Giovanni Ramos e Branco Di
Fátima.

Abril, 2026.

Agradecimentos

Se, à luz de um olhar apressado, o percurso académico se deixa apreender como um exercício solitário e de necessário ensimesmamento, cedo se torna evidente que nele habitam vozes e contributos sem os quais nenhum trabalho alcança a plenitude do seu sentido. Movido pelo desejo de restituir a palavra àqueles que, embora co-autores invisíveis desta escrita, injustamente não assinam as suas páginas, inscrevo aqui o meu mais sincero reconhecimento.

Aos Professores Giovanni Ramos e Branco Di Fátima, orientadores desta dissertação, pela exigência intelectual que incansavelmente promoveram, pela densidade das discussões que suscitaram e pela ambição crítica com que dignificaram este trabalho.

Aos de casa — Catarina, Fernanda e Gil — pela aprendizagem e pelo amparo que transcendem largamente os estreitos limites deste percurso. Se sonhar permanece uma possibilidade que não se esgota no imediato, devo-o, em grande medida, às condições que sempre me proporcionaram.

À Francisca, por tudo o que excede a palavra e que, por isso mesmo, vota ao mais belo dos fracassos qualquer esforço de aí o encerrar. Com a gratidão de quem reconhece que jamais algum caminho se percorre a sós.

A Normalização do Povo Puro nos *Media* Digitais: O Caso da Lei da Nacionalidade

Resumo: A presente dissertação analisa o tratamento mediático da Lei da Nacionalidade nos três jornais com maior audiência digitalmente em Portugal — *Correio da Manhã*, *Jornal de Notícias* e *Expresso* — com o objetivo de compreender em que medida os *media* contribuem para a circulação, amplificação ou legitimação de elementos compatíveis com a gramática populista. Partindo de um enquadramento que articula os estudos do populismo com as teorias da mediação mediática, a investigação centra-se nas condições estruturais que moldam o discurso público no ambiente digital. Metodologicamente, adota-se um desenho de natureza mista, que combina análise de conteúdo e análise de discurso, aplicado a 245 peças jornalísticas publicadas entre junho e outubro de 2025. A análise, que inclui ainda as notícias recomendadas, permite observar de que forma as arquiteturas de visibilidade digital reforçam ou recontextualizam padrões discursivos. Os resultados evidenciam diferenças entre os meios: o *Correio da Manhã* apresenta maior incidência de enquadramentos dramatizados, o *Expresso* maior distanciamento analítico e o *Jornal de Notícias* uma posição intermédia, marcada por processos de normalização discursiva. Os sistemas de recomendação revelam-se influentes nos planos da visibilidade e, por vezes, da reconfiguração do sentido dos conteúdos através de lógicas associativas. Conclui-se que os *media* operam não apenas como veículos de informação, mas como infraestruturas que estruturam regimes de visibilidade e contribuem, ainda que de forma não intencional, para a estabilização — e transformação — do sentido no espaço público digital.

Palavras-chave: Comunicação Política; Populismo; Enquadramento; Agendamento; Lei da Nacionalidade

The Normalization of the Pure People in Digital Media: The Case of the Nationality Law

Abstract: This dissertation examines the media coverage of the Nationality Law in the three most widely read digital newspapers in Portugal — *Correio da Manhã*, *Jornal de Notícias*, and *Expresso* — with the aim of understanding the extent to which the media contribute to the circulation, amplification, or legitimation of elements compatible with populist discourse. Drawing on a framework that articulates populism studies with theories of media mediation, the study focuses on the structural conditions shaping public discourse in the digital environment. Methodologically, a mixed-methods design combines content and discourse analysis, applied to 245 journalistic pieces published between June and October 2025. The analysis includes recommended news, examining how digital visibility architectures reinforce or recontextualize discursive patterns. Findings reveal differences across outlets: *Correio da Manhã* shows a higher incidence of dramatized framing, *Expresso* greater analytical distance, and *Jornal de Notícias* an intermediate position marked by discursive normalization. Across cases, recommendation systems shape visibility and, at times, reconfigure meaning through associative logics. The study concludes that media operate not only as information channels but as infrastructures structuring visibility regimes and contributing, albeit unintentionally, to the stabilization—and transformation—of meaning in the digital public sphere.

Keywords: Political Communication; Populism; Framing; Agenda-setting; Nationality Law

Sumário

INTRODUÇÃO	1
1. POPULISMO: CONCEITO, DISCURSO E CASO PORTUGUÊS	5
1.1 Um fenómeno em perspetiva	6
1.2. A gramática do populismo	10
1.3. O significante privilegiado do “eles”	14
1.4. A ascensão do Chega e a vaga populista	17
2. MEDIA LOGIC, AGENDA-SETTING, FRAMING E ALGORITMOS: OS MECANISMOS DA MEDIAÇÃO	21
2.1. A sedução do sensacionalismo	22
2.2. A batalha das agendas	25
2.3. Os enquadramentos da realidade	28
2.4. No império dos algoritmos	34
3. <i>MEDIA</i> E POPULISMO: INTERDEPENDÊNCIAS E SIMBIOSES	39
3.1. Relação simbiótica entre lógicas	40
3.2. Os <i>media</i> numa missão populista	42
3.3. Uma relação multimodal	44
3.4. Entre a notícia, o <i>show</i> e o lucro do populismo	48
4. METODOLOGIA	51
4.1. Problemática e questão de investigação	52
4.2. Objetivos	53
4.3. Hipóteses de pesquisa	54
4.4. Caracterização do objeto	54
4.4.1. Correio da Manhã	54
4.4.2. Jornal de Notícias	56
4.4.3. Expresso	57
4.5. Desenho metodológico	58
4.5.1. Constituição do corpus	58
4.5.2. Abordagens analíticas: discurso e conteúdo	62
4.5.3. Operacionalização analítica: codebook e categorias	64
4.5.4. Estilos discursivos	65

4.5.5. Tipologia de relações simbióticas	66
4.5.6. Análise das notícias recomendadas	68
4.6. Processo de codificação e validação	70
5. ANÁLISE DE DADOS	73
5.1. <i>Expresso</i> : mediação interpretativa e baixa permeabilidade estrutural ao populismo	76
5.1.1. Enquadramentos e estilos dominantes	78
5.1.2. Padrões empíricos de cobertura e ilustrações discursivas	83
5.2. <i>Jornal de Notícias</i> : jornalismo de rotina e normalização discursiva	86
5.2.2. Traços de populismo e normalização estrutural	91
5.2.3. Notícias recomendadas e amplificação invisível dos enquadramentos	93
5.2.4. Correlações discursivas e padrões de normalização	96
5.3. <i>Correio da Manhã</i> : securitização, neutralidade performativa e integração discursiva	98
5.3.1. Traços de populismo e moralização discursiva	100
5.3.2. Enquadramentos e estilos dominantes	103
5.3.3. Autoria jornalística e intensidade discursiva	105
5.3.4. Notícias recomendadas e reforço simbólico da securitização	106
5.3.5. Correlações discursivas e integração populista	109
5.4. Convergências e divergências entre os três meios de comunicação	111
CONCLUSÃO	115
BIBLIOGRAFIA	121

Lista de Figuras

Figura 1 — Exemplo de notícias recomendadas no site do <i>Expresso</i> , no seguimento de uma notícia indexada à <i>tag</i> Lei da Nacionalidade.....	81
Figura 2 — Reportagem do <i>Expresso</i> sobre o caso de Asad e Aisha, exemplo de um enquadramento humanitário-jurídico.....	83
Figura 3 — Nuvem de palavras da cobertura do <i>Expresso</i> sobre a Lei da Nacionalidade.....	89
Figura 4 — Nuvem de palavras da cobertura do <i>Jornal de Notícias</i> sobre a Lei da Nacionalidade.....	96
Figura 5 — Exemplo de notícias recomendadas no <i>Jornal de Notícias</i>	99
Figura 6 — Nuvem de palavras da cobertura do <i>Correio da Manhã</i> sobre a Lei da Nacionalidade.....	106
Figura 7 — Exemplo de notícias recomendadas no <i>Correio da Manhã</i>	112

Lista de Tabelas

Tabela 1 — Operacionalização do <i>corpus</i> : campos de codificação, utilidade analítica e articulação com os objetivos e hipóteses de investigação	62
Tabela 2 — Estrutura do desenho metodológico: articulação entre abordagens analíticas, natureza, função e ferramentas utilizadas	65
Tabela 3 — Enquadramentos temáticos na cobertura da Lei da Nacionalidade: categorias, descrição e exemplos do <i>corpus</i>	67
Tabela 4 — Estilos discursivos na cobertura da Lei da Nacionalidade: categorias, descrição e exemplos do <i>corpus</i>	69
Tabela 5 — Tipologia de relações simbióticas entre o discurso jornalístico e a gramática populista: modalidades, descrição e exemplos do <i>corpus</i>	70
Tabela 6 — Escala de incorporação de elementos discursivos compatíveis com a gramática populista: níveis, descrição e exemplos do <i>corpus</i>	71

INTRODUÇÃO

A literatura tem vindo a assinalar a crescente centralidade do populismo nas democracias contemporâneas — compreendido simultaneamente como fenómeno político-eleitoral e enquanto uma forma própria de construção discursiva do real (Laclau, 2005; Mudde, 2004). Assente na simplificação de conflitos complexos, na moralização das clivagens sociais e na oposição dicotómica entre um “povo” homogéneo e uma “elite” corrupta, este fenómeno afirma-se como uma gramática de inteligibilidade particularmente eficaz em contextos marcados pela incerteza e pela fragmentação, no quadro de uma comunicação cada vez mais acelerada. Paralelamente, a esfera pública tem vindo a sofrer uma reconfiguração profunda, decorrente da digitalização dos *media* e da emergência de ecossistemas informativos híbridos (Chadwick, 2013). Neste novo ambiente, marcado pela competição pela atenção e pela lógica da recomendação, os conteúdos circulam num regime contínuo e os modos de produção da informação alteram-se estruturalmente (Bucher, 2018).

É na interseção destes dois processos — a consolidação do populismo enquanto lógica discursiva e a transformação das condições de mediação jornalística no ambiente digital — que emerge o problema que orienta a presente investigação. Com efeito, se o populismo depende de formas específicas de simplificação do discurso público, frequentemente associadas a processos de dramatização e de intensificação de clivagens sociais, importa questionar em que medida os próprios *media*, enquanto instituições centrais na organização da visibilidade e da percetibilidade social, contribuem para a sua circulação, amplificação ou legitimação. A inquietação que sustenta este trabalho não reside, portanto, na eventual adesão intencional dos *media* ao populismo, mas antes na possibilidade de determinadas lógicas de mediação jornalística criarem condições estruturais que o tornem mais plausível, mais inteligível e mais disponível no espaço público (Couldry, 2012; Hepp, 2020).

Diversos estudos evidenciam a existência de afinidades estruturais entre as lógicas mediáticas contemporâneas e a comunicação populista (Mazzoleni, 2008; Strömbäck, 2008), nomeadamente ao nível da simplificação discursiva, da dramatização dos acontecimentos e da centralidade do conflito — dimensões amplamente discutidas na literatura sobre *media logic*, tabloidização e personalização da política (Wodak, 2015). Paralelamente, a literatura dedicada à cobertura mediática da imigração indica que estes

temas são recorrentemente estruturados segundo narrativas de crise, de ameaça e de antagonismo — indicadores particularmente permeáveis à incorporação e circulação de elementos discursivos compatíveis com a gramática populista. Esta dinâmica é intensificada pelo contexto digital, marcado pela intervenção de sistemas de recomendação e de arquiteturas de visibilidade que estruturam os percursos informativos dos públicos e que favorecem a estabilização e recorrência de determinados enquadramentos (van Dijck, Poell, & de Waal, 2018; Gillespie, 2014).

É neste quadro que a presente dissertação propõe analisar o tratamento mediático da Lei da Nacionalidade nos três jornais mais acedidos digitalmente em Portugal — *Correio da Manhã*, *Jornal de Notícias* e *Expresso*. Procura responder à seguinte questão de investigação: em que medida estes meios contribuem para a circulação, amplificação ou legitimação de elementos compatíveis com a gramática populista no espaço público digital? Com vista à concretização deste propósito, que constitui o objetivo central da investigação, definem-se três objetivos específicos: (i) identificar os enquadramentos temáticos e os estilos discursivos predominantes na cobertura mediática do tema; (ii) examinar o papel dos *media* na estruturação da visibilidade e da legitimidade dos atores políticos; e (iii) avaliar o papel dos sistemas de recomendação de notícias na amplificação e no reforço de determinados enquadramentos discursivos.

A partir destes objetivos, são formuladas três hipóteses de investigação:

H1 — O *Correio da Manhã* apresentará uma maior incidência de elementos compatíveis com a gramática populista, em linha com modelos editoriais orientados para a maximização da atenção e da dramatização discursiva.

H2 — O *Expresso*, enquanto jornal de referência, evidenciará uma menor permeabilidade a este tipo de discurso, associada a práticas editoriais orientadas para a contextualização e complexificação dos temas.

H3 — O *Jornal de Notícias* ocupará uma posição intermédia, em resultado de um regime de mediação que combina características de ambos os modelos.

A investigação adota um desenho de natureza mista, que articula análise de conteúdo e análise de discurso (Krippendorff, 2018; Fairclough, 1995). Foi constituído um *corpus* de

245 peças jornalísticas publicadas entre junho e outubro de 2025, selecionadas a partir da *tag* Lei da Nacionalidade e das respetivas notícias recomendadas, com o objetivo de captar os conteúdos no seu contexto de circulação e de considerar a ecologia informativa em que se inscrevem. A análise de conteúdo possibilitou a identificação e comparação sistemática dos enquadramentos, dos estilos discursivos e da distribuição de vozes, ao passo que a análise de discurso permitiu aceder a uma leitura mais aprofundada dos regimes de enunciação e das estratégias retóricas, bem como dos efeitos de sentido que delas decorrem.

Ao articular estas dimensões, a presente dissertação visa contribuir para a compreensão da relação entre *media* e populismo num contexto de reconfiguração estrutural da esfera pública, deslocando a análise do plano das intenções para o das condições estruturais de possibilidade que moldam a visibilidade do discurso público (Gillespie, 2014; Bucher, 2018). A montante de aferir, em termos normativos, se os *media* “favorecem” o populismo, a análise inscreve-se num quadro teórico que os concebe não como meros veículos de conteúdos, mas como infraestruturas que configuram as condições de visibilidade e os modos de inteligibilidade que organizam o espaço público contemporâneo.

1. POPULISMO: CONCEITO, DISCURSO E CASO PORTUGUÊS

1.1 Um fenómeno em perspetiva

O conceito de populismo afirma-se como um dos mais debatidos — e, simultaneamente, um dos mais disputados — no domínio da Comunicação Política (Mudde, 2004; Laclau, 2005; Moffitt, 2016). Esta polissemia, longe de constituir um entrave analítico, revela-se fértil para captar a maleabilidade do fenómeno e a diversidade das suas configurações empíricas (Gidron & Bonikowski, 2013). Ao longo das últimas décadas, a literatura tem procurado sistematizar este campo, evidenciando a coexistência de abordagens distintas que, embora assentes em pressupostos diferenciados, não se excluem mutuamente, antes podendo ser compreendidas como dimensões parcialmente articuláveis e complementares (De Cleen & Knops, 2019). A ausência de uma definição consensual não impede, contudo, a identificação de elementos transversais a diferentes enquadramentos teóricos (Mudde e Kaltwasser, 2017). Entre estes, destaca-se a perspetiva ideacional, que conceptualiza o populismo como uma visão do mundo estruturada em torno de uma clivagem moral entre um “povo puro” e “elite corrupta”. Em paralelo, a abordagem estratégico-performativa enfatiza o populismo enquanto lógica de mobilização e estilo político, centrado na construção de proximidade e de antagonismo (Weyland, 2001; Moffitt, 2016). Por sua vez, a leitura filosófico-ontológica compreende o populismo como lógica discursiva de construção do político, através da qual se constituem identidades coletivas e fronteiras de antagonismo (Laclau, 2005). Tomadas em conjunto, estas perspetivas oferecem uma grelha conceptual densa e multifacetada, indispensável para apreender a complexidade e a variabilidade das manifestações contemporâneas do populismo.

Segundo Mudde e Kaltwasser (2017), o populismo pode ser definido como uma ideologia de baixa densidade, assente na oposição maniqueísta entre o “povo puro” e a “elite corrupta”, bem como na ideia de que a ação política deve traduzir a expressão de uma *volunté générale* homogénea e indiscutível. Esta clivagem moral, em que ambos os conceitos — “povo” e “elite” — se firmam como construções discursivas flexíveis, constitui um eixo fundamental para a análise do discurso populista em diferentes contextos. Os autores sublinham ainda que o populismo não configura um corpo doutrinário completo e que carece, por isso, de articulação com outras ideologias mais densas — como o nacionalismo ou o liberalismo — para adquirir consistência

programática. Já em trabalhos anteriores, Cas Mudde (2004) havia introduzido a noção de ideologia “fina” (*thin-centred ideology*), conceito que retoma para evidenciar a insuficiência do antagonismo central “povo” *versus* “elite” enquanto fundamento autónomo de orientação política. É este carácter incompleto que alicerça a notável plasticidade do populismo, dotando-o de uma singular aptidão para se reconfigurar em contextos históricos e geográficos diversos e para se articular com agendas políticas heterogêneas. Explica-se, pelos motivos explanados, o facto do populismo tanto se expressar em projetos associados à direita radical ou à extrema-direita como em movimentos situados na esquerda radical. Desta versatilidade emerge também uma relação estruturalmente ambivalente com a democracia liberal: por um lado, pode alargar a representação de setores marginalizados; por outro, comporta um potencial significativo de erosão das instituições e das normas democráticas.

Se a perspectiva ideacional privilegia o conteúdo e as clivagens discursivas do populismo, a abordagem performativa desloca a análise para os modos da sua expressão na prática política e comunicacional. Neste enquadramento, Moffitt (2016) interpreta o populismo como um estilo caracterizado pela encenação permanente de crises — reais ou construídas —, pela simplificação da realidade, frequentemente ancorada em apelos emocionais, e pela transgressão das normas do discurso político (*bad manners*), entendida como a rutura deliberada e ritualizada com convenções estabelecidas. Segundo esta ótica, o ator populista projeta a sua intervenção para além da formulação de propostas políticas, ancorando-a na construção de um espetáculo discursivo que configura a sua liderança em confronto direto com as elites, os *media* e uma pluralidade de inimigos, internos e externos. A pertinência desta análise acentua-se no contexto digital: a lógica algorítmica das redes sociais favorece conteúdos personalizados, emotivos, polarizadores e de elevada circulação, em consonância com o que Calloni (2025) descreve como uma lógica de inimizade e de polarização próprias da era algorítmica. O populismo encontra, neste contexto, um espaço especialmente propício à sua difusão e intensificação, na medida em que articula uma retórica de choque com a exploração estratégica das *affordances* das plataformas digitais — isto é, dos elementos de *design* e das funcionalidades que orientam e incentivam determinados padrões de interação.

A leitura performativa de Moffitt (2016) introduz, contudo, uma tensão significativa face à perspetiva ideacional. Ao recentrar a análise no estilo em detrimento do conteúdo, esta abordagem abre a possibilidade de reconhecer formas de comunicação populista mesmo quando não se identifica um núcleo ideológico claramente estruturado. Tal posicionamento distancia-se da definição proposta por Mudde (2004), segundo a qual o populismo pressupõe um mínimo ideacional — designadamente a oposição entre povo e elite e a centralidade da vontade geral. Desta divergência emerge uma questão analítica fundamental: poderá o populismo subsistir enquanto estilo comunicativo dissociado de um conteúdo ideológico consistente? Enquanto Moffitt se inclina para uma resposta afirmativa, ao enfatizar o papel da performance mediática e da encenação da crise, a perspetiva ideacional preserva a exigência de um conteúdo normativo mínimo como critério para a identificação do fenómeno como populista.

Para além das dimensões ideológica e performativa, uma terceira abordagem desloca a análise para a própria lógica constitutiva do político. Se Moffitt (2016) privilegia o “como” da performance populista, Ernesto Laclau (2005) interroga o “porquê” e o “de onde” da sua emergência, inscrevendo o fenómeno numa lógica político-filosófica de articulação equivalencial. Neste enquadramento, o populismo emerge quando um conjunto de reivindicações sociais dispersas, não absorvidas pelo *status quo*, se unifica através de uma lógica de equivalência e se cristaliza em torno de um significante vazio. Por sua vez, o significante vazio opera como uma categoria aberta e plástica — como “justiça” ou “mudança” — capaz de agregar reivindicações heterogéneas, e até contraditórias, sob a égide de um projeto político comum.

O resultado, desprovido de uma necessária coerência ideológica, traduz-se antes num modo contingente e dinâmico de construção do político, no qual se constitui performativamente o próprio sujeito (“o povo”) em antagonismo com “a elite” ou “o sistema”. É o momento de rutura e de divisão que instaura as condições de possibilidade para a formação da cadeia de equivalências e para a emergência de um novo sujeito coletivo, cujo horizonte se orienta para a conquista da hegemonia, entendida como a sedimentação desta construção do social enquanto novo “senso comum” (Laclau, 2005; Mouffe, 2018).

Estas abordagens podem ser mobilizadas de forma complementar nos planos analítico e descritivo, uma vez que apreendem diferentes dimensões do fenómeno. Todavia, por assentarem em pressupostos divergentes ao nível ontológico, são introduzidas tensões significativas na sua articulação teórica. Com efeito, a perspectiva ideacional define o populismo como um conjunto relativamente estável de ideias passível de identificação empírica, ao passo que a abordagem laclauiana rejeita a sua circunscrição a um conteúdo ideológico delimitado, concebendo-o antes como uma lógica de construção do político, fundada na articulação contingente de reivindicações sociais e na produção discursiva de fronteiras antagónicas.

Desta divergência decorrem implicações analíticas significativas. Enquanto a perspectiva ideacional favorece a operacionalização e a mensuração do populismo em diferentes contextos, a leitura filosófico-ontológica tende a diluir a especificidade do fenómeno, ao admitir que toda a prática política comporta, em maior ou menor grau, uma dimensão populista. Acresce que, em Mudde, o populismo surge como um objeto empírico delimitável, estruturado segundo uma lógica dicotómica (populista/não populista), ao passo que, em Laclau, assume a forma de uma condição constitutiva do político, inscrita numa lógica gradual (mais populista ou menos populista). Esta tensão, que se projeta para além do plano terminológico, assume relevância metodológica ao moldar os modos de apreensão e de leitura do populismo no espaço público contemporâneo.

Para além das divergências de ordem conceptual e metodológicas, o populismo convoca uma problemática central relativa à sua relação com a democracia. Para autores como Mudde e Kaltwasser (2017), o fenómeno revela um carácter intrinsecamente ambivalente: se, por um lado, pode mobilizar setores marginalizados e alargar a participação política, por outro tende a assumir uma orientação antipluralista, ao invocar uma vontade geral homogénea e ao deslegitimar a oposição, encerrando um potencial de ameaça às instituições da democracia liberal. Em sentido distinto, autores como Laclau (2005) e Mouffe (2018) concebem o populismo como uma dimensão constitutiva — e potencialmente regeneradora — da própria política democrática. Ao sublinharem a construção de fronteiras antagónicas e a articulação de reivindicações populares, estas abordagens sugerem que o populismo não configura uma anomalia, mas antes um

mecanismo de reativação do conflito político e de reintrodução do dissenso num espaço público frequentemente marcado por dinâmicas de tecnocratização.

Não obstante a sua centralidade e influência, estas três grandes abordagens não esgotam o debate. Diversos autores propuseram leituras alternativas ou complementares, implicando o campo analítico. É o caso da perspectiva estratégica de Weyland (2001, p. 14), que enquadra o populismo a partir de uma lógica pragmática e o define como “uma forma de exercer o poder, baseada num apoio direto, não mediado e não institucionalizado, de um grande número de seguidores”. Rooduijn (2019), por sua vez, acrescenta uma reflexão de natureza metodológica, apontando as dificuldades de medição e de comparação do populismo em diferentes contextos e arenas discursivas. Já Brian McNair (2017) propõe uma perspectiva híbrida e adaptativa, capaz de explorar oportunidades mediáticas e de responder a constrangimentos institucionais. Segundo o autor, o populismo configura-se como ideologia, estilo e estratégia, estando esta combinação dependente dos contextos mediáticos e institucionais e de possibilidades de articulação mútua.

Outros autores têm procurado cartografar a pluralidade de manifestações do populismo, propondo sínteses mais abrangentes. A multiplicidade de abordagens conduz, por vezes, a uma certa fragmentação conceptual, como assinalam Gidron e Bonikowski (2013), que defendem um “conceito radial”, estruturado em torno de um núcleo central e de um conjunto de características periféricas que podem manifestar-se de forma variável. Importa, contudo, sublinhar que esta diversidade não equivale a incoerência; pelo contrário, autores como Aslanidis (2016) sugerem que estas perspetivas devem ser entendidas em chave complementar e que, assim sendo, compreensão do fenómeno e das suas diferentes expressões e adaptações em contextos variados é favorecida.

1.2. A gramática do populismo

Enquanto lógica discursiva e forma de articulação do político, o populismo tem sido analisado a partir de um conjunto de traços retóricos que o singularizam face a outras gramáticas comunicativas. Entre estes, destaca-se a estrutura maniqueísta que organiza o espaço social em dois pólos antagónicos e dificilmente conciliáveis: de um lado, “o

povo”, representado como uma entidade moralmente íntegra e homogénea; do outro, “as elites”, responsabilizadas pela degradação do sistema político. Esta configuração assenta numa lógica dicotómica que estrutura o conflito político em torno da oposição entre “nós” e “eles”, produzindo fronteiras simbólicas entre o endogrupo e o exogrupo e intensificando dinâmicas de polarização identitária. Tal clivagem binária — na qual os primeiros surgem como vítimas dos segundos — constitui, segundo Mudde e Kaltwasser (2017) e Laclau (2005), o núcleo mínimo do populismo, passível de se projetar em projetos políticos diversos mediante a mobilização de distintas categorias para a nomeação dos “inimigos” do povo. A investigação de Rooduijn (2014), orientada para a identificação de um denominador comum mínimo do populismo, corrobora a recorrência deste elemento: independentemente do enquadramento temporal, geográfico ou ideológico, o discurso populista organiza-se em torno da centralidade de um povo concebido como puro e homogéneo e de uma elite representada como corrupta e responsável por uma ou várias crises de elevada gravidade.

Weyland (2001) acrescenta que esta estrutura dualista, para além do plano estritamente retórico, assume a forma de uma prática política que consolida fronteiras simbólicas rígidas, com implicações diretas na configuração da deliberação democrática. A oposição entre “nós” e “eles” opera uma simplificação da realidade social e delimita os contornos da esfera legítima do debate, ao excluir aqueles que são posicionados no *outgroup* — frequentemente identificados, no caso da direita populista, como imigrantes, minorias étnicas ou adversários políticos acusados de conluio com as elites. Esta lógica de exclusão intensifica-se à luz da premissa populista, tal como sistematizada por Mudde e Kaltwasser (2017), de uma *volunté générale* una e incontestável, da qual o líder se apresenta como intérprete exclusivo, deslegitimando quaisquer perspetivas alternativas. Esta leitura não reúne consenso entre os principais autores do campo: Mudde e Kaltwasser (2017) enfatizam o seu carácter antipluralista e o potencial de ameaça à democracia, dada a tensão que estabelece com a sua matriz pluralista, ao passo que Laclau (2005) entende a construção de fronteiras antagónicas como constitutiva da própria lógica da política democrática radical.

A propensão dos atores populistas para a simplificação e dramatização da realidade política tem sido amplamente assinalada na literatura. Questões complexas, que

pressupõem respostas técnicas e compromissos institucionais — frequentemente fora do alcance de não-especialistas — são reconfiguradas em narrativas moralizadas que opõem a inocência do povo à corrupção dos seus adversários. Moffitt e Tormey (2014) sublinham que esta simplificação constitui um recurso deliberado de mobilização, permitindo à política populista traduzir dilemas estruturais — desde crises económicas a fluxos migratórios — em narrativas acessíveis, polarizadoras e emocionalmente carregadas. Por sua vez, a dramatização acrescenta intensidade e urgência ao discurso, frequentemente apoiada numa política do medo que Glassner (1999) e, mais tarde, McNair (2017) e Wodak (2015), identificam como particularmente eficaz na captação de atenção mediática. Ao converter complexidade em termos morais, o populismo reforça a sua pretensão de autenticidade: a força não reside na apresentação de programas detalhados de governação, mas na capacidade de identificar e nomear inimigos comuns, atribuir responsabilidades e afirmar-se como a expressão legítima da voz do povo.

Se a simplificação e a dramatização já evidenciam a matriz performativa do populismo, Moffitt (2016) introduz um elemento de natureza disruptiva: a transgressão deliberada das normas políticas, que torna particularmente visível a articulação entre simplificação e visibilidade mediática. Como sustenta o autor, “o populismo é um estilo político que apresenta uma performance de crise, de rutura e de ameaça”, à qual responde através de “soluções simples e invariavelmente opostas às defendidas pelo governo ou pelos partidos *mainstream*” (Moffitt, 2016, pp. 44—45). A má conduta — ou *bad manners*, no léxico moffittiano —, expressa em escândalos, linguagem vulgar, ruturas protocolares ou difusão de teorias da conspiração, assume-se como um mecanismo de amplificação da visibilidade dos líderes e da própria narrativa populista.

Rooduijn (2019) observa ainda que a política populista se inscreve num ciclo mediático no qual a controvérsia é reiteradamente convertida em recurso estratégico: quanto mais o líder é acusado de transgressão, mais consolida a sua imagem de *outsider* que desafia as convenções e que confronta o sistema. Esta dinâmica revela-se especialmente pertinente para a análise das lideranças populistas no contexto português, na medida em que a visibilidade associada à controvérsia tende a reforçar a sua importância no debate público.

Por seu turno, o conflito articula-se com a figura do líder, incumbido de personificar e amplificar a voz do povo. Ao instituir a clivagem entre povo e elites, o populismo pressupõe a existência de um mediador que encarne essa voz coletiva e que concentre em si a função de intérprete autêntico das massas. Mudde (2004) sublinha que a autoridade do líder populista assenta maioritariamente na sua capacidade de performar — ou sugerir — proximidade, autenticidade e coragem moral. Esta figura do *outsider-salvador*, que se posiciona acima das mediações partidárias tradicionais, encontra-se profundamente enraizada no imaginário populista.

De Cleen e Knops (2019) descrevem as novas configurações que o ambiente digital proporciona, impulsionadas pela desintermediação mediática e pela gestão direta das comunidades. As plataformas *online* permitem ao líder afirmar-se como *gatekeeper* do debate, com maior controlo sobre os fluxos de informação e acrescida eficácia na mobilização de apoiantes (Canavilhas & Di Fátima, 2024; Canavilhas et al., 2025). Neste sentido, a liderança populista transcende o plano simbólico e encontra nas redes sociais uma infraestrutura privilegiada de amplificação da capacidade de interpelação do “povo” e de exclusão dos seus opositores.

Sob esta perspetiva, torna-se nítido que o populismo não se deixa reduzir a uma simples anomalia discursiva. Trata-se de uma racionalidade comunicativa coerente — ou, pelo menos, de uma forma de comunicação politicamente estruturada —, ancorada em conteúdos e estilos relativamente estáveis, como o apelo ao povo, o anti-elitismo e a construção de fronteiras morais e sociais (Jagers & Walgrave, 2007; de Vreese et al., 2018). Ao converter a complexidade política em narrativas mobilizadoras, frequentemente organizadas em torno de oposições simplificadas entre “nós” e “eles”, o populismo disponibiliza aos cidadãos quadros interpretativos de elevada inteligibilidade e significativo potencial de ativação política (Wodak, 2015; Salgado, 2019).

A condensação de múltiplas tensões sociais em dicotomias morais claras — que delimitam o problema, identificam o culpado e lhe imputam responsabilidade — reforça a sua aptidão para simplificar, dramatizar e personalizar o conflito político (Mudde, 2004; Moffitt, 2016). Uma vez identificadas estas características, o desafio analítico desloca-se para a compreensão dos modos como interagem com diferentes contextos políticos,

mediáticos e culturais, bem como da sua capacidade para moldar a perceção do povo e as dinâmicas de exclusão que estruturam o espaço público contemporâneo (Gidron e Bonikowski, 2013).

1.3. O significativo privilegiado do “eles”

A literatura especializada tem vindo a consolidar a compreensão do populismo como um fenómeno de natureza multidimensional, passível de se manifestar enquanto ideologia, estilo político ou lógica comunicativa (Mudde, 2004; Moffitt, 2016; de Vreese et al., 2018). Nesta perspetiva, o populismo não se circunscreve a uma definição conceptual abstrata; concretiza-se na sua articulação com temas e objetos discursivos específicos, através dos quais se estabiliza e operacionaliza a clivagem entre um “nós” e um “eles”. Entre estes eixos temáticos, a imigração assume particular relevo, sobretudo no contexto europeu, enquanto vetor privilegiado de mobilização e referência central na construção discursiva do “eles”, em contraste com o “nós” que o populismo procura consolidar (Mudde, 2007; Wodak, 2015; Kriesi et al., 2008).

Para além da sua saliência temática, esta centralidade manifesta-se em enquadramentos específicos que lhe conferem sentido no interior da narrativa populista. Diversos estudos evidenciam que a tematização da imigração por forças populistas se estrutura através de processos de securitização e de moralização, que a configuram como uma ameaça multidimensional — à ordem pública, ao bem-estar económico, à identidade cultural e à própria coesão moral da comunidade nacional (Mudde, 2004; Wodak, 2015; Kaltwasser & Zanotti, 2023).

Esta narrativa securitária, mais do que sinalizar riscos potenciais, organiza o debate em termos dicotómicos: os imigrantes ou refugiados são associados ao perigo; o povo autóctone ou nativo é representado como vítima e merecedor de proteção. Assim, a oposição entre “povo honesto” e “outros corruptos ou ameaçadores” adquire uma materialidade concreta na figura do imigrante, que funciona como catalisador de ansiedades sociais mais amplas (Eberl et al., 2018). Importa notar que esta estratégia se associa sobretudo ao populismo de direita: enquanto este constrói o *outgroup* a partir da diferença cultural e étnica — corporizada no imigrante —, o populismo de esquerda

desloca a clivagem para o eixo económico, identificando a elite como inimigo central e atenuando, desta forma, a centralidade da retórica anti-imigração (Mudde e Kaltwasser, 2017).

Para além da sua carga securitária e moralizante, a imigração revela uma assinalável elasticidade discursiva, capaz de se moldar a diferentes contextos nacionais, enquadramentos ideológicos e dinâmicas específicas das plataformas digitais (Di Fátima & Carvalheiro, 2025). A variação destes enquadramentos expõe a maleabilidade do significante: ora a imigração surge como ameaça cultural e identitária, ora se apresenta como risco económico e social, sem que tal comprometa a sua função estruturante no discurso populista (Khosravinik, 2010).

Uma das expressões mais eficazes desta elasticidade é o denominado “femonacionalismo” (Farris, 2017), segundo o qual os atores populistas instrumentalizam os direitos das mulheres para enquadrar grupos imigrantes — em particular os de origem muçulmana — como uma ameaça misógina à modernidade e aos valores liberais ocidentais que afirmam defender. Esta plasticidade corrobora a tese de que o populismo, enquanto “ideologia fina” (Mudde e Kaltwasser, 2017), depende da incorporação de temas mais densos para adquirir espessura discursiva e ideacional. No contexto europeu contemporâneo, a securitização da imigração — cuja centralidade se acentua a partir da Primavera Árabe (2010—2011) e se intensifica com a crise dos refugiados de 2015—2016 —, bem como a sua articulação com repertórios nacionalistas, revelaram-se especialmente mobilizadoras e politicamente eficazes.

Esta plasticidade adquire maior expressão quando mediada pelos meios de comunicação, que funcionam como arena discursiva de disputa entre enquadramentos concorrentes. Um estudo de Eberl et al. (2018) demonstra que, no contexto europeu, o discurso jornalístico sobre imigração tem oscilado assimetricamente entre dois pólos: um enquadramento humanitário, centrado nos direitos e no acolhimento, e um enquadramento securitário, que tende a alcançar maior ressonância pública e a oferecer às forças populistas de direita um terreno propício à dramatização do tema. É precisamente a partir desta ambivalência que os agentes populistas de direita reforçam a sua força retórica, explorando a maior visibilidade e receção do enquadramento

securitário. A mediatização do medo e da controvérsia, tal como analisada por Moffitt (2016) e por Wodak (2015), transforma a imigração num recurso performativo privilegiado, capaz de estabelecer uma ligação direta entre o ator populista e o povo, enquanto assegura níveis de visibilidade nos *media* tradicionais e nas plataformas digitais.

No plano comparado, a centralidade da emigração no discurso populista europeu encontra-se amplamente documentada. Estudos sobre a *Rassemblement National* em França, o *Fratelli d'Italia* em Itália ou o *Freiheitliche Partei Österreichs* na Áustria evidenciam padrões recorrentes de dramatização do fenómeno migratório, particularmente quando associado a grupos específicos construídos como ameaça — designadamente refugiados, muçulmanos ou migrantes em situação irregular —, integrados em narrativas de crise, de perda e de decadência nacional (Wodak, 2021; Mudde, 2019; Kriesi & Pappas, 2015). Esta convergência discursiva não implica uma uniformidade absoluta: cada contexto nacional imprime especificidades à forma como a imigração é construída enquanto ameaça. Ainda assim, em termos estruturais, observa-se uma tendência consistente para a sua mobilização como catalisador emocional e identitário, capaz de simplificar e de moralizar debates políticos complexos (Wodak, 2015).

A literatura recente sobre o caso português indica que esta tendência não constitui uma exceção. Embora Portugal tenha historicamente registado níveis reduzidos de saliência da imigração no debate público — como sublinha Rui Pena Pires (2019) —, a emergência do *Chega* veio alterar este padrão. Importa notar que, mesmo antes do aumento significativo dos fluxos migratórios no país, o partido já recorria desproporcionalmente à retórica anti-imigrante (Salgado, 2019). Marchi (2023) sublinha que o *Chega* converteu a imigração numa das suas principais bandeiras discursivas, alinhando-se assim com práticas há muito consolidadas noutros contextos europeus.

A leitura é corroborada por relatórios de monitorização mediática e digital, como o *Radar das Legislativas* (Canavilhas & Di Fátima, 2024) e *Desinformação nas Legislativas* (Canavilhas et al., 2025), que demonstram empiricamente a centralidade do tema

migratório na comunicação do partido — sobretudo nas redes sociais, onde dinâmicas de controvérsia e de polarização favorecem a sua amplificação.

1.4. A ascensão do Chega e a vaga populista

Até 2017, André Ventura acumulava já um capital significativo de visibilidade pública enquanto jurista, docente universitário e comentador desportivo, com presença regular no espaço mediático, embora ainda sem uma projeção política plenamente consolidada à escala nacional. Foi, contudo, no contexto das eleições autárquicas de 2017 — quando se apresentou como candidato à Câmara Municipal de Loures pelo *Partido Social Democrata* (PSD) — que a sua visibilidade conheceu um salto qualitativo, em grande medida impulsionado por declarações polémicas relativas à comunidade cigana, amplamente debatidas nos planos mediático e político. Nestas intervenções, o então candidato criticava aquilo que descrevia como grupos que viveriam “exclusivamente de subsídios do Estado” e defendia que “a etnia cigana tem de interiorizar o Estado de Direito, porque, para eles, as regras não são para ser aplicadas” (Público, 2017). A controvérsia daí resultante levou o *Centro Democrático Social — Partido Popular* (CDS-PP) a retirar-se da coligação eleitoral estabelecida com o PSD. Posteriormente, em 2019, a fundação do *Chega* e a eleição de Ventura para a Assembleia da República assinalaram a sua consolidação enquanto ator político de relevo e marcaram a entrada do partido no sistema partidário português.

Desde então, o *Chega* passou a introduzir no sistema partidário português um discurso em sintonia com as tendências internacionais do populismo radical de direita. A literatura tem evidenciado que a atuação discursiva do partido se organiza em torno de uma gramática que articula a crítica anti-sistema, a securitização da imigração, a moralização da ordem social e a utilização estratégica de “más condutas” como mecanismo de diferenciação política (Marchi, 2023; Zúquete & Pimenta, 2025). A dimensão anti-sistema — um dos traços mais marcantes do *Chega* — manifesta-se na reiterada denúncia das “elites políticas” e da “partidocracia”, apresentadas como entraves à expressão da vontade geral do povo (Lisi et al., 2021; Mendes & Dennison, 2021). Este posicionamento traduz-se numa retórica que questiona a legitimidade das instituições democráticas tradicionais — Parlamento, sistema judicial e comunicação

social —, frequentemente retratadas como cúmplices de uma alegada decadência moral e social. Inscrita num padrão mais amplo, observável em partidos congéneres, esta desconfiança sistemática constitui um recurso político central, mobilizado através da erosão da confiança nas instituições.

A retórica de denúncia institucional prolonga-se na dimensão securitária e anti-imigração, outro dos eixos estruturantes do discurso do *Chega*. Ao contrário de contextos europeus como o francês ou o italiano (Bale, 2009), em que a imigração há muito ocupa um lugar central na contestação política e eleitoral, em Portugal esta clivagem é introduzida num cenário que foi historicamente pautado por níveis comparativamente mais baixos de imigração e por uma menor saliência pública do tema (Pires, 2019). É precisamente na construção da imigração como ameaça à ordem pública, à coesão identitária e à sustentabilidade do Estado Social que se concentra a insistência discursiva do partido. Nas plataformas digitais, este enquadramento foi amplamente explorado durante a campanha, nomeadamente através da associação entre imigração, criminalidade e encargos para o erário público (Baptista, Gradim & Fonseca, 2024).

Em paralelo, observa-se a circulação de dados não verificados ou descontextualizados, amplificados nas redes sociais, com o propósito de reforçar perceções de insegurança e mobilizar afetos como o medo e o ressentimento (Canavilhas et al., 2025; Zúquete & Pimenta, 2025). A dimensão populista do *Chega* não se limita à imigração; a ela associa-se um acentuado moralismo social, que opõe sistematicamente o “povo honesto” — frequentemente designado de “portugueses de bem” — a grupos percecionados como privilegiados ou corruptos, entre os quais beneficiários de apoios sociais e minorias étnicas.

Zúquete e Pimenta (2025) e Marchi (2023) evidenciam como esta construção dicotómica opera como um elemento de coesão identitária, sustentando uma narrativa de comunidade nacional sob ameaça, proveniente de forças simultaneamente internas e externas. O relatório de monitorização *Desinformação nas Legislativas* (Canavilhas et al., 2025) mostra que as mensagens com maior circulação *online* assentam, com frequência, em conteúdos enganosos, falsos ou fortemente simplificados. A aposta na “má conduta”, materializada na rutura deliberada das normas discursivas institucionais através da

provocação e da exploração de controvérsia (Moffitt, 2016), aproxima o *Chega* de partidos como o *Vox*, em Espanha, ou a *Alternative für Deutschland*, na Alemanha. No contexto português, o impacto desta estratégia é ainda mais expressivo, em virtude de um sistema político que se encontrava menos exposto a este tipo de transgressão discursiva.

André Ventura multiplica declarações ofensivas, confrontos diretos no Parlamento e intervenções calculadas para gerar indignação mediática e converter a infração discursiva em capital político. A cobertura jornalística e a subsequente viralização digital destas performances amplificam o efeito desejado: projetam a imagem de um partido *outsider*, próximo do “povo real” e em confronto permanente com o “sistema”. Este estilo encontra particular ressonância no ambiente digital, onde a lógica da visibilidade emocional intensifica o impacto das performances provocatórias. As plataformas digitais oferecem aos agentes populistas um espaço comunicacional menos regulado e especialmente propício à exploração desta lógica (De Cleen & Knops, 2019; Engesser et al., 2017).

O caso português confirma esta tendência: os estudos *Radar das Legislativas 2024* (Canavilhas & Di Fátima, 2024) e *Desinformação nas Legislativas 2025* (Canavilhas et al., 2025) demonstram que o *Chega* recorre intensivamente a redes como Facebook, Instagram e TikTok para difundir mensagens simplificadas, emocionalmente carregadas e estruturadas em enquadramentos polarizantes. Estas plataformas permitem também contornar os *media* tradicionais e consolidar uma comunidade de seguidores altamente envolvida, que interioriza a retórica antagonista e contribui para a sedimentação da clivagem “nós” vs. “eles”.

O *Chega* apresenta-se, simultaneamente, como expressão típica da vaga populista radical de direita europeia (Mudde e Kaltwasser, 2017; Kriesi e Pappas, 2015) e como um fenómeno atípico, ao emergir num sistema que, até recentemente, se mostrava pouco permeável a este tipo de mobilização (Lisi et al., 2021). Como observa Salgado (2019, p. 55), “o sistema partidário português tinha sido historicamente resistente ao populismo de direita radical”, ainda que tal se devesse mais à “ausência de um partido eficaz nesse campo” do que à “falta de predisposição do eleitorado”. Considerando os níveis baixos

de saliência da imigração e a limitada abertura a movimentos anti-*establishment* (Zúquete & Pimenta, 2025), a ascensão do *Chega* assume particular relevância para a compreensão das reconfigurações contemporâneas da comunicação política em Portugal.

2. *MEDIA LOGIC, AGENDA-SETTING, FRAMING* E ALGORITMOS: OS MECANISMOS DA MEDIAÇÃO

2.1. A sedução do sensacionalismo

Desde o século XIX, com a consolidação da imprensa de massas, o jornalismo passou a estruturar-se segundo uma lógica de dramatização e de simplificação dos acontecimentos, ancorada em tradições como o *yellow journalism* e o jornalismo popular europeu. Esta tendência, que não deve ser entendida como um mero desvio estilístico, é antes um modo de funcionamento estrutural da comunicação mediática, inscrito nas próprias dinâmicas de concorrência e na necessidade de captação de audiência no espaço público (McNair, 2017; Esser, 2013).

A lógica sensacionalista afirma-se sobretudo como resposta a pressões de natureza sistémica. Neste quadro, Altheide e Snow (1979) conceptualizam os *media* como operando de acordo com uma lógica própria — a *media logic* —, definida enquanto “a forma como a apresentação e a formatação da cultura dominam a seleção, organização e transmissão de informação”, em virtude de conteúdos capazes de captar e sustentar a atenção do público. Por seu turno, a dimensão organizacional e tecnológica — o “como” e o “porquê” da produção — articula-se com os *news values*, como o conflito, a negatividade ou a proximidade, que orientam o “o quê” da informação. O fenómeno é aprofundado pela mediatização da política, na medida em que a crescente centralidade dos *media* nas democracias contemporâneas reforça a tendência para traduzir processos sociais complexos em narrativas simplificadas e dramatizadas (Strömbäck e Esser, 2014). Na era digital, esta propensão intensifica-se sob o efeito da economia de atenção e da lógica algorítmica das plataformas, que privilegiam conteúdos com elevado potencial de envolvimento emocional e polarizador, incentivando a produção de mensagens concebidas para gerar indignação, escândalo ou medo (Papacharissi, 2015; Tandoc Jr., 2014).

A literatura sobre sensacionalismo aponta para a recorrente mobilização de estratégias como a ativação do medo e de outras respostas emocionais, a dramatização da ameaça, a ênfase no conflito e a personalização dos acontecimentos, com vista à amplificação da saliência e do impacto narrativo das notícias (Grabe et al., 2001; Reinemann et al., 2011; Arbaoui et al., 2020). O recurso ao medo destaca-se como um mecanismo particularmente eficaz na cobertura mediática, ao produzir uma sensação de urgência e

de vulnerabilidade que capta e mantém a atenção do público (Altheide, 2002; Wodak, 2015). A dramatização da ameaça, predominantemente associada a grupos externos ou a eventos disruptivos, acentua a percepção de perigo iminente e insere-se numa lógica mais ampla de construção social do risco (Moffitt, 2016).

O conflito afirma-se como um dos critérios de noticiabilidade mais transversais, considerando que favorece narrativas de oposição de leitura imediata (Esser, 2013). Finalmente, a personalização contribui para simplificar a complexidade dos processos sociais, ao convertê-los em histórias centradas em protagonistas individuais — sejam líderes, vítimas ou perpetradores —, facilitando a identificação emocional e a construção de figuras mediáticas como heróis ou vilões (McNair, 2017).

Desta orientação estratégica, frequentemente ancorada nas práticas supramencionadas, decorrem múltiplas consequências. Por um lado, é promovida a excessiva simplificação dos debates públicos: questões complexas, que exigiriam uma análise informada e contextualizada, são reformuladas em oposições de “bons” *versus* “maus”, “ameaça contra os nacionais” ou “nós” *versus* “eles” (Wodak, 2015; Esser, 2013). Por outro lado, a centralidade da dramatização reforça a lógica do escândalo enquanto critério de visibilidade, ampliando aquilo que Thompson (2000) designou como *scandal politics* na vida democrática contemporânea.

A este conceito associa-se a noção de *infotainment*, proposta por Mazzoleni (2012), que descreve a hibridização entre informação e entretenimento no tratamento jornalístico da política, na qual conteúdos informativos são apresentados segundo lógicas narrativas, estéticas e dramáticas próprias do entretenimento. Neste enquadramento, *scandal politics* e *infotainment* revelam-se profundamente interligados: o estilo comunicativo característico do segundo tende a privilegiar escândalos particularmente apelativos para o grande público. Ao enfatizar episódios de corrupção, desvios de conduta ou declarações inflamadas, os *media* deslocam a atenção das dinâmicas estruturais para acontecimentos episódicos e moralizados, conferindo à política contornos marcadamente novelísticos.

É importante notar, no entanto, que o público não se limita a uma posição de recetor passivo; a eficácia do sensacionalismo encontra-se também condicionada pelos níveis de literacia mediática e pelas predisposições da audiência, que tanto pode procurar nestas narrativas uma forma de simplificação reconfortante da realidade como, em alternativa, as pode rejeitar de forma crítica e veemente (Hall, 1973; Schulz, 2004). O papel da audiência, por sua vez, relaciona-se diretamente com os mecanismos algorítmicos das plataformas: a denominada “economia de atenção” é sustentada pela lógica de *engagement* dos utilizadores, sendo o sensacionalismo eficaz na medida em que gera cliques, partilhas e comentários — e, assim, alimenta um ciclo de *feedback* que incentiva a sua própria produção.

No domínio político, esta lógica tende a converter disputas institucionais em narrativas dramáticas centradas na competição e no confronto. Mazzoleni e Schulz (1999) já haviam demonstrado que a política representada sob a forma de drama é mais atrativa para os *media* do que aquela que é apresentada enquanto rotina institucional. Esta dinâmica adquire especial relevância no contexto da mediatização da política, em que líderes e partidos ajustam a sua atuação — nos planos retórico e performativo — às exigências mediáticas, com vista a maximizar a visibilidade e a cobertura jornalística (Strömbäck e Esser, 2014; Hjarvard, 2008).

Este enquadramento motiva os *media* a privilegiar declarações polémicas e episódios controversos, em detrimento de processos mais estruturais. Importa, contudo, salientar que esta lógica não é absoluta ou hegemónica; práticas jornalísticas de orientação contrária — como o jornalismo de investigação, o *fact-checking* e os modelos de serviço público — procuram mitigar estes excessos através da reafirmação de princípios de contextualização, de profundidade e de rigor ético, ainda que operem sob as mesmas pressões estruturais.

No contexto português, a mediatização de debates eleitorais e as entrevistas de fundo — em particular as performances de André Ventura em horário-nobre — evidencia uma lógica de cobertura marcada pela dramatização, na qual o confronto e a controvérsia tendem a sobrepor-se à substância programática. Estudos recentes assinalam a prevalência deste tipo de narrativas, caracterizadas pela associação de temas sem

suporte relacional empiricamente fundamentado (Prior, 2024). Inserem-se neste quadro episódios como crimes violentos ou confrontos urbanos, amplificados através de títulos dramáticos e de imagens impactantes, que contribuem para intensificar a percepção pública de insegurança (Altheide, 2002; Greer, 2007).

Neste sentido, o sensacionalismo funciona como um mecanismo de catalisação de temas centrais — como a segurança, a identidade e a pertença — na configuração do debate público (Esser, 2013; Strömbäck e Esser, 2014). Enquanto lógica de produção mediática, este fenómeno deve ser compreendido como um elemento estruturante do funcionamento do campo jornalístico: ao simplificar problemas complexos, reforçar dicotomias e dramatizar processos sociais, contribui para moldar percepções coletivas e, por conseguinte, influenciar tanto a opinião pública como as próprias condições de possibilidade do debate democrático (Thompson, 2000; Wodak, 2015; Hjarvard, 2008).

2.2. A batalha das agendas

A teoria do *agenda-setting* constitui um dos referenciais centrais no estudo da comunicação política. Com origem na investigação seminal de Maxwell McCombs e Donald Shaw (1972), dedicada à cobertura mediática da campanha presidencial norte-americana de 1968, esta abordagem sustenta que os meios de comunicação não determinam o que as pessoas pensam, mas antes os temas sobre os quais pensam. Como os autores assinalam, “os eleitores tendem a partilhar a definição dos *media* sobre o que é importante”. Esta formulação clássica sugere que a seleção dos temas noticiáveis exerce uma influência decisiva na configuração da agenda pública, uma vez que estrutura o espaço simbólico através do qual os cidadãos organizam as suas percepções da realidade social e política (McCombs, 2004). A relevância da teoria reside na ideia de que a visibilidade mediática representa um recurso central de poder no jogo político: determinados temas, reiteradamente destacados pelos *media*, tendem a adquirir maior saliência na opinião pública e, consequentemente, no debate democrático. No contexto português, estudos como o de Salgado (2019) evidenciam esta dinâmica, ao demonstrar que escândalos como os casos Sócrates e BES beneficiaram de uma cobertura intensiva e prolongada, dominando a agenda mediática durante extensos períodos.

Para além do primeiro nível de análise, a teoria do *agenda-setting* conheceu desenvolvimentos que deram origem a duas dimensões adicionais: o *second-level agenda-setting* e o *network agenda-setting*. O segundo nível, também designado por *attribute agenda-setting*, desloca o enfoque do “sobre o que pensar” para o “como pensar” sobre determinado tema (McCombs, 2004; Wanta, Golan e Lee, 2004). Neste âmbito, sustenta-se que não apenas a saliência dos temas, mas também os atributos que lhes estão associados — por exemplo, a imigração enquanto ameaça à segurança ou enquanto desafio económico — influenciam decisivamente a forma como os públicos interpretam os fenómenos.

É importante distinguir esta perspetiva do conceito de *framing*: enquanto o *second-level agenda-setting* se concentra na relevância atribuída a determinadas propriedades ligadas a temas ou atores, o *framing* enfatiza os enquadramentos interpretativos que organizam e estruturam o sentido destas mesmas propriedades. Deste modo, embora ambos incidam sobre dimensões de saliência, o *framing* ultrapassa a lógica de seleção e de hierarquização ao recair diretamente na forma como a realidade é construída e narrada (Scheufele, 1999; Reese, 2007).

Esta linha de desenvolvimento teórico foi posteriormente alargada a um terceiro nível de análise, designado por *network agenda-setting*. Nesta formulação, sustenta-se que os meios de comunicação, para além de definirem a saliência dos temas e dos atributos que lhes estão associados, estabelecem também as relações entre temas, organizando-os em redes de significados que influenciam a forma como os cidadãos estruturam cognitivamente a realidade (McCombs, 2004; Guo e Vargo, 2015). Ao associar, por exemplo, a imigração a insegurança ou a fragilidades económicas, os *media* produzem conexões cognitivas que favorecem a consolidação de narrativas dominantes.

Estas associações temáticas podem diferenciar-se quanto à intensidade de ligação, sem que tal variação implique diferenças nos efeitos: assumem um carácter forte, quando dois temas são explicitamente articulados, e um carácter fraco, quando a mera proximidade ou co-ocorrência no discurso mediático induz a perceção de ligação na mente do público (Guo, Vu e McCombs, 2012). Desta sistematização resulta que o agendamento ultrapassa a mera definição de prioridades ou a qualificação dos temas, assumindo um papel ativo

na configuração de mapas mentais coletivos que influenciam percepções e orientações políticas.

Podem identificar-se três agendas fundamentais que interagem na construção da relevância pública dos temas: a agenda política, a agenda mediática e a agenda pública. A primeira corresponde às prioridades discursivas e estratégicas definidas pelos atores políticos, que procuram enquadrar os problemas em função dos seus interesses e objetivos (McCombs, 2004). A segunda, a agenda mediática, reflete as decisões editoriais e os critérios de noticiabilidade que determinam quais os acontecimentos que adquirem estatuto de notícia e sob que enquadramentos são apresentados (Traquina, 2020). Por fim, a agenda pública remete para o conjunto de percepções e preocupações que os cidadãos consideram mais importantes - ou seja, “aquilo que as pessoas pensam que é importante” (McCombs e Shaw, 1972). A teoria do *agenda-setting*, que assenta precisamente na interdependência destas três esferas, sublinha uma relação de influência recíproca na qual os *media*, embora não determinem diretamente o conteúdo das opiniões, se revelam particularmente eficazes na definição dos temas que estruturam a atenção pública (Cohen, 1963).

As expansões referidas — as mais citadas e recorrentes na literatura — não esgotam o conjunto de inovações da teoria, que tem vindo a renovar-se ao longo das décadas, tanto no plano teórico como metodológico, por meio de abordagens como a análise de conteúdo e os inquéritos por questionário. Entre os desenvolvimentos mais relevantes destaca-se o *intermedia agenda-setting*, que evidencia que as agendas mediáticas não se constituem de forma isolada, mas antes emergem de processos de difusão interorganizacional. Estudos de Walgrave e van Aelst (2006) e de Vliegenthart e Walgrave (2008) demonstram que os órgãos de comunicação social se influenciam mutuamente através de dinâmicas de contágio, nas quais determinados meios — frequentemente dotados de maior prestígio ou capacidade de alcance — assumem o papel de fontes de legitimação para outros. Este processo de difusão intermédia revela que a formação da agenda resulta igualmente de relações complexas de interdependência que estruturam o campo mediático, não se reduzindo a decisões editoriais autónomas.

Nos últimos anos, com a consolidação das redes sociais digitais e a reconfiguração do ecossistema comunicacional, a literatura passou a explorar a possibilidade de inversão do processo clássico — isto é, a capacidade de atores políticos, celebridades e do próprio público ativo, através de dinâmicas de *engagement* e de viralidade, influenciarem a agenda dos meios tradicionais. Este fenómeno, designado por *reverse agenda-setting* ou *building agenda-setting*, reflete a emergência de novos espaços de visibilidade, nos quais determinadas narrativas políticas ganham tração antes de serem reconhecidas e amplificadas pelos meios de referência. Contribuições como as de Meraz (2011) e de Guo e Vargo (2015), centradas na relação entre *mainstream media* e blogues políticos, evidenciam que estes últimos podem desempenhar um papel ativo na definição da agenda jornalística, influenciando a cobertura de jornais ou televisões.

No contexto europeu, os partidos populistas de direita radical ou de matriz anti-*establishment* — análogos do *Chega* em Portugal — constituem exemplos paradigmáticos desta dinâmica. Este processo tem sido descrito como *news laundering*: conteúdos inicialmente difundidos nas redes sociais — ainda que de fiabilidade duvidosa, apesar de uma aparência de legitimidade — são posteriormente retomados pelos meios convencionais, que os configuram, lhes conferem credibilidade e os expõem a audiências mais amplas. Ao diluir as fronteiras entre desinformação, propaganda e jornalismo, este fenómeno coloca desafios significativos à função de *gatekeeping* dos *media* tradicionais.

Entre as consequências desta injeção temática — que transporta para os *media* tradicionais narrativas e enquadramentos potencialmente marcados por vieses ideológicos — destaca-se a amplificação de discursos polarizantes (Mudde e Kaltwasser, 2016). A disputa pela definição da realidade deixa de se circunscrever ao interior do sistema mediático tradicional, para se desenvolver numa ecologia híbrida em que os fluxos de visibilidade se tornam mais circulares e menos previsíveis (Chadwick, 2013; Strömbäck e Esser, 2014). A análise de casos como o do *Chega* revela que, no contexto da mediatização da política, a capacidade de impor temas na esfera pública depende tanto da interação com o jornalismo como da exploração das lógicas de visibilidade próprias do ambiente digital (Hjarvard, 2008; Strömbäck e Esser, 2014).

2.3. Os enquadramentos da realidade

A reflexão em torno dos enquadramentos mediáticos remonta à obra *Public Opinion* (1922) de Walter Lippmann, na qual se sustenta que os *media* produzem *pictures in our heads* — verdadeiros “pseudo-ambientes”, entendidos como recortes simplificados da realidade, que captam apenas uma fração do mundo efetivo. Embora esta intuição não tenha sido formulada diretamente no âmbito da teoria da comunicação, viria a ser aprofundada por Erving Goffman (1974), que a mobilizou para pensar os quadros de interpretação que estruturam a experiência social. Com base nestes contributos, consolidaram-se as bases conceptuais que permitiram à teoria do *framing* afirmar-se como um dos paradigmas centrais nos estudos dos efeitos mediáticos, na medida em que os *frames* funcionam como “óculos invisíveis” que orientam a perceção dos objetos sociais, oferecendo chaves interpretativas que estruturam a forma como a realidade é construída e apresentada pelos meios de comunicação.

A partir da década de 1990, os estudos sobre *framing* conheceram um acentuado desenvolvimento e crescente notoriedade. Um contributo decisivo veio de William Gamson e Andre Modigliani (1989), cuja análise do discurso mediático sobre a energia nuclear introduziu o conceito de *interpretative packages*: conjuntos de narrativas, metáforas e símbolos que conferem sentido aos temas e evidenciam as dimensões cultural e discursiva do enquadramento — elemento central para compreender os processos de receção e interpretação da informação pelo público. Pouco depois, Shanto Iyengar (1991) distinguiu entre *episodic frames*, que apresentam os problemas como eventos isolados centrados em casos individuais, e *thematic frames*, que os inserem em dinâmicas sociais mais amplas. Esta distinção revelou-se particularmente relevante para analisar os mecanismos de atribuição de responsabilidade: enquanto os enquadramentos episódicos tendem a individualizar as causas, os temáticos favorecem interpretações de natureza estrutural e coletiva.

Na sequência destes desenvolvimentos, Robert Entman (1993) sistematizou o conceito de *framing*, que definiu como o processo de “selecionar alguns aspetos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes num texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma

avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito” (Entman, 1993, p. 52). Segundo esta perspetiva, os *frames* não se limitam a organizar a informação; intervêm ativamente na configuração dos termos do debate político e na formação das perceções públicas sobre aquilo que está em causa.

A investigação subsequente procurou delimitar com maior precisão os contornos conceptuais do *framing* e a sua articulação com outras teorias dos efeitos mediáticos, como o *agenda-setting* e o *priming*. Neste esforço de clarificação, Dietram A. Scheufele (1999) assume um papel central ao sublinhar que o enquadramento não se confunde com a mera hierarquização temática. Enquanto o *agenda-setting* incide sobre a saliência dos assuntos, o *framing* remete para a forma como os assuntos são apresentados, introduzindo uma dimensão qualitativa na análise dos efeitos mediáticos. O autor propõe ainda um modelo processual que distingue diferentes níveis de análise — da produção das mensagens e da sua receção, aos efeitos nos níveis individual e social.

Em linha com este gesto de aprofundamento conceptual, Stephen Reese (2007) enfatiza a natureza coletiva dos *frames*: sem negar o papel das escolhas individuais dos jornalistas ou das rotinas editoriais, defende que os *frames* funcionam como princípios organizadores socialmente partilhados, sedimentados ao longo do tempo nas práticas profissionais e nos discursos públicos. Esta perspetiva, que orienta a análise para o modo como os enquadramentos configuram os limites da deliberação democrática, sustenta que funcionam como matrizes de inteligibilidade que condicionam o que, num dado momento histórico, pode ser considerado dizível e legítimo. Os *frames* assumem uma dupla função estruturante: por um lado, operam como dispositivos cognitivos que organizam e tornam compreensível a realidade social; por outro, mobilizam repertórios culturais, convocando valores, princípios e significados partilhados que circulam no espaço público.

Importa, contudo, afastar uma conceção do público enquanto mero recetor passivo dos enquadramentos mediáticos. A teoria da receção, marcada por contributos seminais como os de Stuart Hall (1973), veio complexificar esta visão ao propor o modelo de *encoding/decoding*, segundo o qual as audiências podem assumir leituras dominantes-hegemónicas, negociadas ou oposicionais face aos significados veiculados

pelos *media*. No contexto digital, esta lógica torna-se ainda mais evidente: práticas como gostos, partilhas ou comentários configuram micro-processos de reforço ou contestação de *frames* e dão origem a uma coprodução contínua de sentido entre emissores e públicos (Papacharissi, 2015).

Esta dinâmica inscreve-se numa cultura comunicacional mais ampla, frequentemente descrita como cultura do *remix*, na qual os utilizadores não se limitam a consumir conteúdos, mas também os reinterpretam, recombina e redistribuem em novos contextos (Lessig, 2008). Ao esbater as fronteiras entre produção e receção, a comunicação digital aproxima-se da ideia de que, em processos de mobilização mediados por redes sociais, os próprios participantes se tornam parte integrante da mensagem, contribuindo ativamente para a sua circulação e resignificação (Cardoso, Lapa, & Di Fátima, 2016).

A conceção da audiência como agente ativo salienta que o enquadramento é um processo dinâmico e necessariamente incompleto, cuja eficácia resulta da interação entre as propostas mediáticas e os quadros de experiência, valores e identidades previamente inscritos nos indivíduos. Neste contexto, os *media frames* — cujos efeitos têm sido historicamente situados entre perspetivas de forte influência e abordagens mais limitadas — articulam-se com os *audience frames*, entendidos como estruturas cognitivas mobilizadas pelo público para processar, interpretar e atribuir sentido à informação (Scheufele, 1999). Deste modo, ainda que desempenhem um papel relevante, os enquadramentos mediáticos não determinam de forma mecânica a perceção do público; a sua eficácia é objeto de negociação, de reconfiguração ou até de contestação no momento da receção.

No quadro da mediatização da política, a teoria do *framing* adquire particular importância. Como sublinham Stig Hjarvard (2008) e Jesper Strömbäck e Frank Esser (2014), os meios de comunicação afirmam-se como agentes institucionais relativamente autónomos, capazes de influenciar a perceção da realidade através de lógicas próprias de seleção e de apresentação, e não apenas enquanto transmissores neutros de informação. O enquadramento, nesta linha, deve ser entendido como um dos mecanismos através dos quais a *media logic* traduz processos sociais e políticos

complexos em narrativas simplificadas, emocionalmente ressonantes e socialmente inteligíveis.

Aplicada ao tema da imigração — um objeto simultaneamente político e mediático — a literatura internacional tem identificado quatro padrões recorrentes de *framing*: (i) o securitário, que apresenta a imigração como ameaça à ordem pública e à segurança nacional; (ii) o económico, que interpreta os fluxos migratórios em termos de custos e benefícios para o mercado de trabalho e para o sistema de bem-estar; (iii) o cultural/identitário, que associa a imigração a desafios à coesão nacional, à tradição e à identidade coletiva; (iv) o humanitário, que enfatiza os direitos humanos, a proteção de refugiados e a solidariedade internacional (Benson, 2013; van Gorp, 2005). A plasticidade dos enquadramentos, bem como a sua dependência dos contextos discursivos em que são mobilizados, torna-se particularmente evidente ao observar que a maioria destes padrões pode ser acionada em sentido favorável ao *outgroup* — os enquadramentos securitário, económico e cultural-identitário.

No contexto português, a investigação recente tem procurado identificar os padrões de prevalência destes enquadramentos. Embora, até finais da década de 2010, a cobertura mediática da imigração se mantivesse relativamente limitada em termos de volume, Salgado (2019) demonstra que já evidenciava uma oscilação entre narrativas de carácter securitário e humanitário — um reflexo da tensão entre a agenda política e a tradição humanista que pauta o discurso nacional. Por seu turno, Lisi et al. (2021) mostram que a emergência e a crescente centralidade do *Chega* no debate político contribuíram para intensificar os enquadramentos securitário e cultural da imigração, aproximando Portugal de padrões discursivos mais consolidados na Europa Central e do Norte. Esta associação entre o crescimento de forças anti-imigração e o reforço dos *frames* securitários não é inédita: van Gorp (2005) documenta um fenómeno análogo no contexto belga, cerca de quinze anos antes do surgimento do *Chega*.

Complementarmente, com base em dados de opinião pública, Mendes e Dennison (2021) revelam o crescente peso de perceções de ameaça cultural e económica, frequentemente alimentadas por discursos políticos amplificados pelos *media*. Baptista, Gradim e Fonseca (2024) acrescentam que a cobertura mediática portuguesa tende a

reproduzir narrativas polarizadas, alternando entre a ênfase em riscos securitários e a projeção de enquadramentos humanitários, mas raramente privilegiando uma abordagem equilibrada das dimensões estruturais e dos processos de integração.

Estudos de natureza setorial, como o relatório *Desinformação nas Legislativas* (Canavilhas et al., 2025) e o *Observatório das Migrações* (2026), corroboram esta dualidade de enquadramentos. Embora os fluxos migratórios tenham sido, durante largos períodos, interpretados sobretudo em termos económicos — enquanto resposta a necessidades de mão-de-obra —, observa-se, nos últimos anos, um reforço dos *frames* securitários e identitários, particularmente em contextos eleitorais. Esta evolução aponta para uma crescente permeabilidade da esfera mediática portuguesa a gramáticas populistas, que mobilizam o medo e a ameaça como recursos centrais da ativação política.

Ainda assim, apesar desta intensificação, a literatura indica que os *media mainstream* nacionais tendem a adotar uma postura mais contida do que a observada noutros contextos europeus — tanto na difusão de discursos populistas, quanto na securitização da imigração (Salgado, 2019). A polarização manifesta-se menos como uma uniformização do discurso mediático e mais como uma tensão interna ao próprio ecossistema comunicacional — entre imprensa popular e jornais de referência, televisão generalista e nichos digitais.

Esta dinâmica torna-se mais complexa com o papel estruturante dos *media* digitais e das redes sociais. O novo ecossistema mediático, marcado pela desintermediação, pela viralidade e por algoritmos orientados para o *engagement*, tende a amplificar e acelerar a circulação de enquadramentos de matriz emocional e polarizadora, como os securitários e os identitários (Van Dijck & Poell, 2013; Törnberg & Chueri, 2025). As plataformas favorecem a formação de câmaras de eco e de comunidades interpretativas que reforçam visões específicas do mundo, recorrentemente à margem dos mecanismos tradicionais de gatekeeping jornalístico (Chadwick, 2013). Os *frames* episódicos, centrados no conflito e fortemente personalizados, afirmam-se como expressões operacionais da *media logic* sensacionalista.

Esta tendência é particularmente visível na estratégia de comunicação digital do *Chega*, cuja presença *online* tem explorado lógicas de amplificação próprias das plataformas para promover enquadramentos securitários, identitários e caracterizados pela negatividade. Ao fazê-lo, contribui para a progressiva legitimação pública de um discurso que, até há poucos anos, ocupava uma posição mais periférica no espectro político português (Prior, 2024; Baptista, Gradim & Fonseca, 2024).

2.4. No império dos algoritmos

Os algoritmos podem ser concebidos como uma nova expressão de *media logic*, na medida em que automatizam processos de *agenda-setting* e potenciam a circulação de determinados enquadramentos. Este argumento, desenvolvido por Fabrizio Gilardi et al. (2022), articula-se com a noção de *curated flows* proposta por Kjerstin Thorson e Chris Wells (2016), segundo a qual a exposição à informação resulta de processos de curadoria híbrida, onde se entrecruzam escolhas sociais, editoriais e algorítmicas. O advento da chamada “plataformização” introduziu transformações profundas nas dinâmicas de produção, de circulação e de consumo da informação política — longe de se limitarem a suportes de difusão de conteúdos, as plataformas digitais configuram-se como infraestruturas mediadoras dotadas de lógicas próprias, capazes de moldar a visibilidade dos discursos e de condicionar o alcance dos atores políticos (Poell & Van Dijck, 2018; Gillespie, 2014).

Estas regras manifestam-se através de métricas de desempenho — gostos, partilhas e visualizações — e das *affordances* visuais das plataformas, que orientam determinados comportamentos e intensificam uma lógica de competição contínua pela atenção. Neste contexto, a política mediatizada revela-se progressivamente subordinada às gramáticas técnicas e comerciais inscritas nos algoritmos de plataformas como Facebook, Instagram, X ou TikTok, e menos dependente dos seus valores-notícia (Strömbäck e Esser, 2014). Embora partilhem uma lógica comercial subjacente, é crucial notar que cada uma destas plataformas apresenta *affordances* técnicas específicas, culturas de utilização diferenciadas e algoritmos próprios, que moldam a comunicação política de formas distintas — desde a centralidade de sons virais no TikTok, à utilização de *stickers* no Instagram, ou ao papel das *hashtags* no Facebook ou no X (Burgess e Baym, 2020).

Neste quadro, a literatura tem destacado que os algoritmos operam como formas de agência mediadora, através de princípios de seleção e de classificação que determinam a relevância dos conteúdos com base em parâmetros largamente opacos para o utilizador (Bucher, 2012). Tal processo confere às plataformas um papel ativo na estruturação da esfera pública digital, dado que a organização algorítmica da informação é orientada por objetivos comerciais de retenção e de monetização. Assentes em instruções computacionais, os algoritmos filtram, recomendam e hierarquizam conteúdos a partir de múltiplos critérios de relevância. Desta forma, conteúdos emocionalmente intensos — marcados pela indignação, pelo medo ou pelo entusiasmo — tendem a ser favorecidos, já que suscitam maior potencial de envolvimento e prolongamento do tempo de permanência nas plataformas (Papacharissi, 2015). A visibilidade política na era digital passa, assim, a depender de uma lógica em que a recompensa algorítmica converge com a exploração dos afetos e da polarização e em que o debate público é fragmentado.

Esta configuração aproxima-se da tese da mediatização proposta por Stig Hjarvard (2008), segundo a qual os *media* — e, na contemporaneidade, as plataformas — deixam de funcionar como meros canais para se afirmarem como instituições relativamente autónomas, dotadas de regras próprias que condicionam os demais sistemas sociais. Mais do que um mecanismo de *agenda-setting* automatizado, os algoritmos podem ser compreendidos como dispositivos de amplificação de *frames*: tendem a privilegiar narrativas já carregadas de intensidade emocional, a reforçar antagonismos e a projetar determinados enquadramentos como dominantes no espaço público digital. Situam-se numa zona intermédia entre a seleção de relevância (agenda) e a cristalização de perspetivas interpretativas (enquadramento).

No contexto português, a investigação recente tem vindo a evidenciar a centralidade das plataformas sociais enquanto mediadoras do debate público. Estudos como os de Lisi et al. (2021) e de Salgado (2019) mostram que, em particular, os atores populistas exploram estrategicamente as *affordances* das redes sociais para difundir narrativas que dificilmente alcançariam idêntica visibilidade no espaço mediático tradicional. Esta lógica de contorno do jornalismo convencional permite a circulação intensiva de mensagens polarizadoras — nomeadamente em torno da imigração —, levando subsequentemente

os meios de comunicação a reagir, num mecanismo que se aproxima do *reverse agenda-setting*. Baptista (2024) acrescenta que a visibilidade algorítmica atribuída a conteúdos mais emotivos contribui para reforçar a centralidade de uma política de confronto, em detrimento da política programática. Deste modo, configura-se um ciclo comunicacional que tende a privilegiar a hostilidade e a simplificação como princípios estruturantes da interação política.

Relatórios nacionais corroboram que a circulação digital contribui para intensificar a presença de narrativas securitárias e identitárias em torno da imigração (Canavilhas & Di Fátima, 2024). Embora o enquadramento económico se mantenha presente, a sua projeção tende a ser mais limitada pelas plataformas, em virtude do menor potencial de mobilização emocional e de geração de interação. Desta dinâmica resulta uma assimetria na visibilidade pública dos diferentes enquadramentos, com implicações relevantes na formação de perceções coletivas e na legitimação de propostas políticas de carácter mais restritivo. A literatura internacional reforça esta perspetiva ao demonstrar que a lógica algorítmica não é apenas quantitativa — baseada no volume de interações —, mas também qualitativa, de acordo com determinados formatos narrativos. Conteúdos como vídeos curtos, títulos sensacionalistas ou imagens de forte impacto tendem a ser recompensados em termos de circulação (Van Dijck e Poell, 2013). Estas circunstâncias favorecem, de forma particular, narrativas securitárias ou identitárias, mais facilmente adaptáveis a uma lógica de dramatização visual, em contraste com abordagens humanitárias ou contextuais, que exigem maior densidade informativa. Este enviesamento estrutural cria condições propícias à difusão de discursos assentes na mobilização de medos coletivos e em simplificações dicotómicas entre “nós” e “eles”, mesmo quando ancorados em conteúdos enganosos ou manipuladores (Moffitt, 2016).

Em resposta a estes desafios, têm emergido iniciativas de *fact-checking* e de literacia mediática (*media literacy*), promovidas por organizações jornalísticas, entidades especializadas e, em determinados momentos, pelas próprias plataformas digitais. Esta via de intervenção revela-se, contudo, crescentemente instável: a Meta anunciou, no contexto norte-americano, o abandono do seu programa de verificação de factos por terceiros, enquanto o X tem vindo a apostar num modelo participativo de contextualização de conteúdos — as *Community Notes*. Apesar destes esforços — agora

reconfigurados através de modalidades distintas —, a literatura tem evidenciado que a sua eficácia permanece frequentemente limitada. Inseridos na mesma lógica de plataforma que procuram contrariar, estes mecanismos enfrentam dificuldades estruturais em neutralizar os incentivos à viralidade e ao *engagement* que moldam os ambientes digitais (Tandoc, 2019).

A análise da circulação entre plataformas, algoritmos e visibilidade não pode ser circunscrita a uma dimensão estritamente técnica; trata-se, antes, de um fenómeno eminentemente político. As plataformas reconfiguram as condições de possibilidade do debate público, enquanto intensificam a lógica da dramatização e do conflito já presente nos *media* tradicionais (Esser, 2013). A diferença fundamental entre estes dois contextos reside na intensidade e na velocidade com que tais dinâmicas se manifestam no ambiente digital, impulsionadas por métricas em tempo real que orientam tanto a produção como a circulação de conteúdos. A política contemporânea desenrola-se, em larga medida, no plano da visibilidade algorítmica — uma verdadeira “batalha pela atenção” que se entrelaça com a disputa pela definição da agenda e pela própria construção da realidade.

3. *MEDIA* E POPULISMO: INTERDEPENDÊNCIAS E SIMBIOSES

3.1. Relação simbiótica entre lógicas

A política e os *media* coincidem em dimensões fundamentais das suas atuações. Esta relação tem merecido a atenção dos estudos em comunicação, sobretudo a partir da noção de *media logic*, desenvolvida por David Altheide e Robert Snow (1979). Segundo estes autores, os *media* operam de acordo com uma lógica própria, estruturada por formatos, rotinas e critérios de noticiabilidade que não apenas orientam a seleção dos acontecimentos, como também condicionam a forma como são apresentados ao público (Altheide & Snow, 1979; Mazzoleni & Schulz, 1999). Esta lógica, que se apoia na simplificação, na dramatização e na captação contínua da atenção, tende a entrar em tensão com a lógica política, tradicionalmente ancorada na racionalidade institucional, no cálculo estratégico e na apresentação programática. Como observa Jesper Strömbäck (2008) o processo de mediatização da política traduz-se precisamente na crescente subordinação da lógica política à lógica mediática, à medida que os atores políticos passam a adaptar as suas estratégias aos critérios de visibilidade impostos pelos *media*.

A lógica política, em sentido estrito, funda-se na procura por legitimidade e eficácia no interior do sistema democrático, com recurso a ideais de coerência programática, à negociação institucional e à formulação de políticas públicas. Por contraste, a lógica mediática privilegia narrativas capazes de maximizar a emoção e a intensidade emocional, recorrendo frequentemente à personalização e ao conflito (Mazzoleni, 2008).

Do ponto de vista empírico, a literatura tem mostrado que a personalização constitui um vetor privilegiado da articulação entre lógica mediática e lógica populista. Jagers e Walgrave (2007) demonstram que os partidos populistas se apoiam sistematicamente na construção de líderes fortes e carismáticos como encarnação do “povo autêntico”, convertendo a complexidade social em narrativas centradas em protagonistas individuais.

Esta estratégia, para além de potenciar a identificação emocional, ajusta-se às exigências mediáticas de clareza e de inteligibilidade narrativa. Na mesma linha, Esser, Strömbäck e de Vreese (2017) sustentam a existência de uma afinidade estrutural entre populismo e lógica mediática, na medida em que os estilos comunicacionais populistas se revelam

particularmente compatíveis com ambientes jornalísticos orientados pelo conflito, pela simplificação e pela maximização da audiência.

A relação de interdependência entre *media* e populismo não pode, contudo, ser reduzida a uma mera convergência estratégica. Como sublinham Couldry e Hepp (2017), trata-se de um processo mais profundo de construção mediada da realidade, caracterizado por influências recíprocas, no qual enquadramentos dominantes são continuamente reproduzidos e contribuem para consolidar percepções públicas de legitimidade, identidade e pertença. Importa, além disso, reconhecer que esta coexistência não ocorre em condições simétricas. Num ecossistema cada vez mais dependente da cobertura mediática — e, mais recentemente, da visibilidade algorítmica —, os atores políticos veem-se compelidos a ajustar as suas estratégias às exigências dos *media* para assegurar presença na esfera pública. O populismo, ao operar numa chave de simplificação e de dramatização, não apenas se alimenta desta mediação como também a reconfigura pela imposição de novos temas à agenda e pelo deslocamento das fronteiras do discurso socialmente aceitável.

A emergência do *Chega*, sob a liderança de André Ventura, evidenciou a capacidade de um ator político populista alcançar centralidade no campo político português através da exploração estratégica das lógicas mediática e digital (Zúquete & Pimenta, 2025; Prior et al., 2024). Como observa Riccardo Marchi (2023), o partido procurou instrumentalizar o conflito político e intensificar temas securitários e identitários, amplificando a sua visibilidade mediática para além do seu peso institucional. Por seu turno, Baptista et al. (2024) demonstra que Ventura se posiciona como um verdadeiro *gatekeeper*, recorrendo de forma estratégica às redes sociais para influenciar a agenda e compelir os *media* a reagirem — num exemplo paradigmático de *reverse agenda-setting*.

Esta estratégia é reforçada por uma retórica polarizadora que privilegia a figura do líder como voz do “povo traído”, em consonância com padrões amplamente identificados na literatura internacional (Rooduijn, 2014). Relatórios nacionais confirmam esta tendência: o *Radar das Legislativas* (Canavilhas & Di Fátima, 2024) evidencia que narrativas securitárias e identitárias, frequentemente associadas a intervenções do líder do *Chega*, adquiriram crescente visibilidade mediática durante o ciclo eleitoral — sendo que a

publicação com maior número de interações na plataforma Instagram, durante a campanha para as legislativas de 2024, pertenceu precisamente a Ventura e incidia sobre a temática da imigração. De igual modo, dados do *Observatório das Migrações* (2026) apontam para uma cobertura progressivamente centrada em tensões culturais e de segurança, em detrimento de perspetivas económicas ou humanitárias. No seu conjunto, estas evidências sugerem que a lógica mediática, ao reproduzir enquadramentos dramatizados ou orientados pelo conflito, tende a funcionar como catalisador da expansão discursiva do populismo no contexto português.

Importa notar que esta simbiose entre lógica mediática e populismo comporta implicações significativas para a qualidade democrática. Como sustenta Wodak (2015), a política do medo mobilizada pelos populismos de direita não se limita a refletir ansiedades sociais, mas antes as amplifica e a dramatiza, reconfigurando a própria gramática do debate público. Ao serem premiados com níveis desproporcionados de visibilidade, discursos simplificadores e excludentes tendem a fragilizar as condições de uma deliberação plural e informada (Bucher, 2018).

3.2. Os *media* numa missão populista

Uma análise da ascensão contemporânea do populismo exige a consideração do papel dos *media* enquanto dispositivos de amplificação e de coconstrução da sua visibilidade. Desde a formulação pioneira de Altheide e Snow (1979), a noção de *media logic* tem evidenciado que os processos de seleção, de apresentação e de dramatização dos acontecimentos obedecem a padrões próprios, orientados para a captação de atenção e para a simplificação narrativa. Esta lógica mediática, marcada pela valorização do conflito, da emoção e da personalização, cria um terreno particularmente favorável à emergência de atores políticos cujos estilos comunicativos se ajustam a tais requisitos. Num contexto em que os critérios de noticiabilidade privilegiam o inesperado, o polarizador e o carismático, líderes populistas afirmam-se como fontes especialmente atrativas para os *media* (Esser, Strömbäck e de Vreese, 2017). A relação que daí resulta assume a forma de uma simbiose marcada por uma tensão produtiva: por um lado, os *media* dependem de atores capazes de gerar atenção e audiência; por outro, os atores

populistas necessitam da cobertura mediática para expandir e legitimar as suas mensagens no espaço público.

Com a consolidação das plataformas digitais, esta dinâmica adquiriu novos contornos analíticos. Torna-se, neste contexto, particularmente relevante o conceito de *hybrid media system*, proposto por Chadwick (2013), que descreve um ecossistema comunicacional no qual formas tradicionais e digitais de *media* coexistem, interagem e se reforçam mutuamente. Esta perspetiva articula-se com a noção de *mass self-communication*, desenvolvida por Castells (2009), que sublinha a capacidade de atores individuais e coletivos produzirem e disseminarem mensagens com potencial alcance massivo através das redes digitais — contornando, pelo menos parcialmente, os mecanismos clássicos de mediação.

No caso do populismo, a interdependência entre jornalismo tradicional e redes sociais torna-se evidente: declarações provocatórias difundidas em plataformas digitais são rapidamente apropriadas pelos *media* convencionais, desencadeando ciclos de retroalimentação que ampliam significativamente o alcance das mensagens. Neste sentido, Engesser et al. (2017) demonstram que os líderes populistas recorrem às redes sociais para veicular uma ideologia fragmentada, assente em mensagens simples, emotivas apelativas e fortemente personalizadas, que se ajustam eficazmente às *affordances* das plataformas digitais.

Emerge, então, a noção de *social media logic* (Van Dijck e Poell, 2013), que introduz novos critérios de visibilidade política, baseados em métricas de popularidade e em lógicas algorítmicas de recomendação. Estes mecanismos tendem a favorecer conteúdos capazes de suscitar fortes reações emocionais, frequentemente associados a narrativas populistas de medo, ameaça ou indignação (Wodak, 2015). Bucher (2012) descreve este poder algorítmico como uma forma de agência mediadora que não apenas organiza a visibilidade, mas também estrutura os horizontes de atenção coletiva. A convergência entre *media logic* e *social media logic* configura um ambiente particularmente propício à difusão do populismo, na medida em que discursos simplificados e polarizadores são privilegiados em detrimento de abordagens mais complexas e orientadas para a deliberação (Couldry e Hepp, 2017).

No contexto europeu, Aalberg et al. (2017) demonstram que os atores populistas, além de se adaptarem à lógica mediática, também a exploram estrategicamente, convertendo a visibilidade em capital político. A recorrência de temáticas securitárias, identitárias e culturais é frequentemente articulada através de processos de *securitization*: determinados fenómenos são apresentados como ameaças existenciais, reforçando o apelo emocional, legitimando medidas de exceção e deslocando os termos do debate público (Buzan, Wæver e de Wilde, 1998). A cobertura mediática pode desempenhar um papel decisivo na naturalização de leituras que associam imigração, criminalidade e ameaça cultural, em sintonia com as estratégias discursivas da direita radical populista.

O caso português constitui um exemplo ilustrativo desta relação de interdependência. Investigações recentes evidenciam como André Ventura mobiliza os *media* como um palco privilegiado para a construção da sua *persona política* (Baptista, Gradim & Fonseca, 2024; Marchi, 2023). As suas intervenções, pautadas por um registo direto e confrontacional, circulam com intensidade nas redes sociais e são subsequentemente amplificadas pelos *media*, onde alcançam públicos diversificados. Zúquete e Pimenta (2025) descrevem o *Chega* como “a criança nova na sala”, cujo sucesso deriva largamente da sua capacidade de explorar a visibilidade mediática num contexto de crescente fragmentação comunicativa.

A cobertura da imigração surge como um caso paradigmático da simbiose entre *media* e populismo: dados do *Observatório das Migrações* (2026) indicam que, apesar de melhorias nos indicadores de integração, a representação mediática tem frequentemente privilegiado enquadramentos securitários que reforçam associações com criminalidade ou pressão sobre os serviços públicos. Como argumenta Mazzoleni (2003), esta dinâmica traduz uma relação de interdependência entre populismo e *media*: enquanto os atores populistas dependem da visibilidade mediática para amplificar as suas mensagens, os *media* beneficiam do estilo dramatizado e polarizador que caracteriza o populismo.

3.3. Uma relação multimodal

Mazzoleni (2003, 2008) e Esser, Strömbäck e de Vreese (2017) convergem na ideia de que a relação entre populismo e *media* não se apresenta como homogênea nem imutável. Pelo contrário, configura-se de acordo com os contextos institucionais, as rotinas jornalísticas e as estratégias políticas, assumindo diferentes tonalidades — ora de cooperação, ora de tensão ou ora de apropriação. Neste sentido, propõe-se uma tipologia analítica, assente na literatura, que distingue três formas de simbiose entre *media* e populismo: conflituosa, instrumental e estrutural. Estas categorias não devem ser entendidas como compartimentos rígidos, mas antes como dinâmicas interpenetrantes que, em diferentes graus, moldam a interdependência contemporânea entre ambos os domínios.

A simbiose conflituosa caracteriza-se por uma relação de antagonismo entre jornalistas e atores populistas. Tal antagonismo, porém, não implica ausência de interdependência; a crítica mediática constitui um dos recursos mais explorados pelo populismo, na medida em que contribui para alimentar a narrativa de perseguição mobilizada pelos seus atores. Como sublinha Wodak (2015), os líderes populistas de direita estruturam o seu discurso em torno do ataque às elites políticas, às minorias e, num plano que interessa a esta investigação, aos próprios *media* — representados como cúmplices de um sistema corrupto ou afastado do “povo real”.

Esta dinâmica encontra-se amplamente documentada em diferentes contextos nacionais. Na Hungria e na Polónia, forças políticas no poder recorrem sistematicamente a uma retórica da deslegitimação dos *media* independentes, que acusam de parcialidade (Kriesi, 2014). Mesmo em democracias consolidadas na Europa Ocidental, como a Itália de Berlusconi ou a França de Marine Le Pen, o confronto com jornalistas é frequentemente encenado como estratégia política, destinada a reforçar a imagem de autenticidade e proximidade do líder. No contexto português, André Ventura reproduz este padrão. Marchi (2023) evidencia como o *Chega* instrumentaliza a crítica jornalística para consolidar a identidade de *outsider*, apresentando-se como uma voz silenciada pelas “elites mediáticas de esquerda”. Trata-se de um processo circular: quanto maior a contestação mediática, mais é apropriada pelo partido como prova de censura e mais é

reforçada a identificação junto da sua base de apoio. Longe de fragilizar o populismo, a crítica mediática tende a funcionar como um mecanismo de legitimação interna.

Uma segunda hipótese — a simbiose instrumental — funda-se numa lógica de conveniência recíproca: os atores populistas dependem da visibilidade mediática, enquanto os *media* procuram narrativas capazes de maximizar a atenção do público. Deste encontro de interesses emerge uma dinâmica em que declarações provocatórias ou propostas radicais são amplificadas, mesmo quando enquadradas de forma crítica. Mazzoleni (2008) descreve este processo como uma aliança paradoxal: ainda que o discurso jornalístico possa assumir um tom crítico, a repetição constante de *soundbites* garante-lhes centralidade mediática. Instaura-se uma lógica de benefício mútuo — os populistas ampliam a sua visibilidade, enquanto os *media* capitalizam o potencial narrativo e a capacidade de captação de atenção associada a esses discursos.

No contexto português, este padrão relacional é particularmente visível em períodos eleitorais. O relatório *Radar das Legislativas* (Canavilhas & Di Fátima, 2024), centrado precisamente neste período, evidencia que as declarações do *Chega* beneficiaram de uma cobertura mediática alargada, por vezes até desproporcional face ao seu peso parlamentar. Esta exposição, mesmo quando acompanhada de enquadramentos críticos, contribui para a normalização da presença do partido no espaço público. Zúquete e Pimenta (2025) sublinham que a repetição destas narrativas em telejornais e debates públicos desempenha um papel decisivo na consolidação de Ventura como figura central do campo político, acelerando a afirmação do *Chega*. Ao privilegiarem a polémica enquanto critério de noticiabilidade, os *media* não apenas amplificam o estilo comunicativo populista, como o integram progressivamente na rotina discursiva. Deste modo, mesmo na ausência de adesão ideológica, estabelece-se uma forma de cooperação tácita mediada pela lógica da atenção.

A terceira possibilidade, de natureza mais profunda, corresponde à simbiose estrutural. Neste caso, os *media* não se limitam a reproduzir ou a criticar os discursos populistas; tendem, ainda que de forma indireta, a incorporar a sua lógica e os seus enquadramentos. Como sustentam Couldry e Hepp (2017), os *media* participam ativamente na construção da realidade, ao definirem a centralidade de determinados

enquadramentos e, desta forma, delimitarem as fronteiras do discurso considerado legítimo. Nesta perspetiva, a difusão do populismo pode ser entendida como parte de processos mais amplos de securitização discursiva (Buzan, Wæver e de Wilde, 1998), nos quais fenómenos como a imigração são predominantemente enquadrados enquanto ameaças identitárias ou securitárias. Por seu turno, Van Dijk (1991) demonstra como a linguagem mediática pode contribuir para a reprodução de estereótipos raciais ou culturais, mesmo quando não o faz intencionalmente, acabando por legitimar enquadramentos de matriz excludente.

Diversos estudos têm vindo a assinalar uma propensão para a dramatização mediática das migrações e a sua inscrição em quadros securitários ou culturalistas. No contexto português, o relatório do *Observatório das Migrações* (2026) indica que a cobertura jornalística recente associa desproporcionalmente a imigração em associação com criminalidade ou a tensão cultural, relegando para segundo plano leituras de carácter económico ou humanitário.

De igual modo, os trabalhos de Valdigem (2006) e de Pontes (2004) sobre narrativas de imigração brasileira em Portugal evidenciam a persistência de enquadramentos problematizadores. Ainda que os *media* não defendam explicitamente posições populistas, acabam por reproduzir os termos do debate por elas introduzidos e contribuir para a sua consolidação estrutural na esfera pública. De forma mais subtil e duradoura, além de conquistarem visibilidade, os atores populistas influenciam a gramática jornalística; por outras palavras, deixam de ocupar uma posição meramente contestatária para se afirmarem como um filtro discursivo da própria esfera pública (Wodak, 2015).

Nenhuma destas modalidades se manifesta isoladamente; em muitos contextos, coexistem ou sucedem-se, em função dos ciclos políticos e mediáticos. Ainda assim, a sua identificação permite mapear os diferentes graus de interdependência — desde a hostilidade performativa, à normalização conveniente e à incorporação estrutural de enquadramentos. Esta análise confirma a ideia de que o populismo não constitui um fenómeno externo aos *media*, mas antes um estilo que emerge e se expande no interior da própria lógica mediática.

Simultaneamente, evidencia que a responsabilidade jornalística não se esgota na resistência ao populismo, mas implica também o desafio de evitar a reprodução dos seus enquadramentos. Como assinala Strömbäck (2008), o processo de mediatização da política reordena os equilíbrios entre *media* e instituições políticas, com consequências profundas para o funcionamento das democracias contemporâneas.

3.4. Entre a notícia, o *show* e o lucro do populismo

A transformação das ecologias mediáticas contemporâneas tem sido acompanhada por uma crescente atenuação das fronteiras entre jornalismo, espetáculo e entretenimento, num processo amplamente conceptualizado como *infotainment*. Este fenómeno, tal como analisado por Mazzoleni (2003, 2008), reflete uma transformação estrutural do modo como a informação política é produzida, circulada e consumida. A lógica noticiosa, outrora guiada por critérios de relevância pública e de objetividade profissional, passa a ser moldada por imperativos de visibilidade e de captação de audiência. Neste enquadramento, o *infotainment* não deve ser entendido como uma estratégia editorial destinada a tornar a política mais apelativa; configura, antes, a expressão de uma mudança profunda na economia simbólica dos *media*, segundo a qual a informação deve disputar a atenção em condições semelhantes às de conteúdos culturais orientados para o entretenimento.

A lógica do *infotainment* exprime-se na dramatização, na simplificação e na personalização da política. Questões de elevada complexidade são frequentemente traduzidas em narrativas dicotómicas, centradas em protagonistas individuais e no seu carisma, ao passo que o conflito é encenado nos termos de uma lógica espetacular. Como sublinham Aalberg et al. (2017), a emoção e o escândalo afirmam-se como vetores privilegiados de visibilidade que deslocam a atenção da substância programática para a dimensão performativa. Neste enquadramento, mais do que simplesmente favorecer o populismo, o *infotainment* cria condições próprias à sua expansão, ao amplificar uma linguagem simplificada, a retórica anti-elitista e os apelos emocionais que estruturam a sua gramática comunicacional (Jagers e Walgrave, 2007). Assim, longe de constituírem fenómenos paralelos, *infotainment* e populismo configuram dinâmicas mutuamente potenciadoras: enquanto os *media* capitalizam a dimensão espetacular das mensagens

populistas para captar audiência, os líderes populistas instrumentalizam esta visibilidade para legitimar e difundir a sua visão política.

A hibridização mediática contribui para intensificar esta dinâmica. A televisão, ainda central na paisagem informativa, opera já sob os constrangimentos da economia digital, enquanto as plataformas incorporam práticas e formatos do jornalismo, posicionando-se como arenas privilegiadas do debate político (Chadwick, 2013). O resultado é a configuração de um sistema em que as fronteiras entre notícia, comentário e entretenimento se tornam progressivamente mais porosas. Couldry e Hepp (2017) descrevem este processo como uma reconstrução mediada da realidade, na qual a própria experiência política é moldada por gramáticas narrativas próximas das indústrias culturais. O populismo encontra condições particularmente favoráveis neste hibridismo: a sua lógica comunicacional, que revela elevada adaptabilidade a múltiplos formatos — da entrevista à publicação provocatória nas redes sociais —, permite a exploração da interdependência entre meios tradicionais e digitais para efeitos de ressonância pública.

A centralidade do escândalo político constitui um exemplo elucidativo desta fusão, na medida em que os *media* encontram nos episódios de controvérsia um recurso privilegiado para a dramatização da política. O populismo capitaliza esta lógica: em Portugal, partidos como o *Chega*, cuja comunicação é altamente personalizada, recorrem deliberadamente à provocação e ao excesso discursivo, antecipando a subsequente amplificação mediática. Marchi (2023) e Baptista et al. (2024) demonstram que o estilo comunicacional do *Chega* se torna dificilmente inteligível fora da lógica do *infotainment*, uma vez que a sua eficácia reside na capacidade de converter a controvérsia em narrativa dominante no espaço público.

O caso português insere-se numa tendência de alcance mais amplo. Como observam Zúquete e Pimenta (2025), a ascensão do *Chega* foi favorecida por um ecossistema mediático que combina as exigências tradicionais do jornalismo com a lógica de visibilidade própria das plataformas digitais. A *media logic* — e as suas posteriores reformulações (Altheide e Snow, 1979; Strömbäck e Shehata 2019) — encontra aqui a sua expressão mais aguda: a política não apenas adaptada ao formato mediático, mas reconfigurada segundo os critérios de visibilidade e de espetacularização que regem o

mercado da atenção. Um exemplo paradigmático reside no tratamento da imigração em chave securitária, assinalado por relatórios do *Observatório das Migrações* (2026) como, mais do que uma opção editorial, também uma resposta a um ambiente em que o medo e a ameaça funcionam como poderosos catalisadores de atenção. A fusão entre informação e entretenimento deve, portanto, ser entendida como um dos mecanismos estruturantes da difusão populista.

4. METODOLOGIA

4.1. Problemática e questão de investigação

A presente dissertação parte de um problema central que se manifesta na interseção entre dois processos estruturantes. Por um lado, observa-se a crescente consolidação de movimentos políticos de matriz populista, cuja projeção se estende do plano global ao europeu e nacional; por outro, verifica-se uma deslocação progressiva do consumo informativo para ecossistemas digitais, nos quais os *media* tradicionais subsistem sobretudo através das suas extensões *online*, ainda que sob lógicas tecnológicas e económicas substancialmente distintas daquelas que moldavam a esfera pública mediada clássica (Strömbäck & Esser, 2014; Fuchs, 2017).

No plano político, a literatura tem vindo a evidenciar a ideia de que o populismo se afirmou como uma força incontornável nas democracias contemporâneas — não apenas enquanto configuração ideológica, mas especialmente como uma lógica discursiva e performativa que estrutura a comunicação política (Mudde, 2004; Moffitt, 2016). Tal lógica assenta na construção de antagonismos moralmente carregados entre o “povo” e as “elites”, na redução de fenómenos complexos a esquemas de elevada inteligibilidade e na mobilização de registos emocionais intensificados, que potenciam a sua capacidade de adesão e de mobilização (Laclau, 2005; Wodak, 2015). Paralelamente, a esfera pública foi reconfigurada no ambiente digital, especialmente nas condições de visibilidade e de circulação da informação, cujos resultados são a intensificação da competição pela atenção e pela prevalência de lógicas de simplificação e de polarização (van Dijck et al., 2018; Papacharissi, 2015).

É, portanto, da confluência destes processos que emerge o núcleo analítico desta investigação: se, por um lado, os movimentos populistas têm vindo a alcançar sucessos eleitorais expressivos, impondo temas, enquadramentos e ritmos ao debate público, por outro, é nos ambientes digitais que se processa, de forma predominante, o acesso à informação jornalística. A este enquadramento acresce ainda um elemento de particular densidade: a imigração, que se afirma recorrentemente como signifiicante privilegiado na construção do “outro” e na articulação de discursos ancorados nas ideias de ameaça e de identidade (Mudde, 2004; Wodak, 2015).

Face ao conjunto de processos anteriormente delineados, o tratamento mediático digital da Lei da Nacionalidade constitui um objeto privilegiado de análise, na medida em que permite observar, de forma empírica, as tensões identificadas. Neste contexto, a investigação procura responder à seguinte questão: de que modo os *media* digitais com maior audiência em Portugal enquadram discursivamente a Lei da Nacionalidade?

4.2. Objetivos

O objetivo central da presente dissertação consiste em analisar a cobertura informativa dos três jornais mais acedidos digitalmente em Portugal — *Correio da Manhã*, *Jornal de Notícias* e *Expresso* —, identificando a presença e os modos de articulação de elementos associados à gramática populista.

Com vista à concretização deste propósito, definem-se três objetivos específicos, diretamente articulados com o quadro teórico mobilizado:

1. Identificar os enquadramentos temáticos e os estilos discursivos predominantes na cobertura mediática do tema. Inspirado na teoria do *framing* de Entman (1993) e na abordagem discursiva de Wodak (2015), este objetivo analisa o modo como os fenómenos migratórios e as propostas legislativas são problematizados no espaço público digital.
2. Examinar o papel dos media na estruturação da visibilidade e da legitimidade dos atores políticos, à luz da reflexão de van Dijk (1998) sobre a distribuição desigual do poder discursivo. Este objetivo procura compreender de que forma discursos e agendas associados ao populismo são integrados, reproduzidos ou contestados no corpus analisado, além de identificar que vozes são privilegiadas ou silenciadas neste processo.
3. Avaliar o papel dos sistemas de recomendação de notícias na amplificação e no reforço de determinados enquadramentos discursivos, considerando o modo como estes dispositivos algorítmicos estruturam a experiência informativa dos públicos e intervêm na ecologia mediática digital (Helberger, 2019; Jürgens & Stark, 2022; Swart, 2021), nomeadamente no que respeita à circulação e intensificação de gramáticas populistas.

4.3. Hipóteses de pesquisa

Hipótese 1: Partindo dos contributos da literatura sobre tabloidização da imprensa, media logic e comunicação populista, espera-se que o *Correio da Manhã* apresente uma maior incidência de elementos discursivos compatíveis com a gramática populista — enquadramentos antagonistas, estilos discursivos dramatizados e maior centralidade de atores associados a estas posições — quando comparado com títulos de perfil editorial mais próximo do jornalismo de referência (Martins, 2020).

Hipótese 2: Em consonância com os estudos sobre imprensa de referência, papéis normativos do jornalismo e diferenciação dos estilos mediáticos na cobertura do populismo, antecipa-se que o *Expresso* apresente menor incidência de indicadores compatíveis com a gramática populista, privilegiando enquadramentos mais analíticos, estilos discursivos contextualizados e uma distribuição mais plural e crítica das vozes (Santana-Pereira, 2016).

Hipótese 3: Considerando a literatura sobre a diferenciação interna da imprensa portuguesa e a identificação de traços de tabloidização no *Jornal de Notícias*, propõe-se que este jornal ocupe uma posição intermédia entre o *Correio da Manhã* e o *Expresso*, evidenciando alguns indicadores compatíveis com a gramática populista — nomeadamente maior incidência de dramatização, simplificação ou personalização —, ainda que de forma menos pronunciada do que o *Correio da Manhã* e menos sistematicamente analítica e contextualizada do que o *Expresso* (Martins, 2020).

4.4. Caracterização do objeto

4.4.1. *Correio da Manhã*

O *Correio da Manhã* (CM) constitui atualmente um dos diários de maior circulação em Portugal — líder de audiências na versão impressa e segundo título mais lido no universo digital (Marktest, 2026). Fundado em 1979, afirmou-se como um jornal de pendor popular, ancorado num registo editorial frequentemente associado à lógica tabloide (Martins, 2020). Este modelo jornalístico caracteriza-se pelo recurso a manchetes de forte impacto visual, pela centralidade conferida a temas como a criminalidade, o

desporto e o universo das celebridades, bem como por uma linguagem simplificada e acessível, orientada para públicos alargados (Sparks, 2000; Esser, 1999).

A organização editorial do título representa, por si só, um indicador do seu posicionamento no campo mediático, estruturado em torno de áreas temáticas que privilegiam conteúdos de elevada atratividade e imediatismo. Entre as principais secções, destacam-se uma dedicada à informação de incidência social — com forte presença de acontecimentos criminais e quotidianos —, outra centrada na cobertura desportiva e, por fim, uma orientada para conteúdos de entretenimento e de cultura mediática (Correio da Manhã, s.d.). Esta configuração evidencia uma clara orientação para a maximização da atenção do público, em consonância com as lógicas de tabloidização identificadas na literatura, das quais se destaca a secção *Vidas* — espaço dedicado à mediatização da esfera privada de figuras públicas.

O lema histórico do jornal — “Dizer tudo o que os outros calam” — condensa uma orientação editorial voltada para a construção de uma relação de proximidade com o “cidadão comum”, frequentemente acompanhada por uma postura crítica face às elites políticas, económicas e institucionais. À luz deste enquadramento, o *Correio da Manhã* revela uma propensão para mobilizar estratégias narrativas direcionadas para a inteligibilidade imediata e para a ativação emocional dos públicos, em detrimento de formas mais densas de problematização e de uma contextualização analítica mais aprofundada dos temas em agenda (Martins, 2020).

A audiência do *Correio da Manhã* apresenta um perfil transversal, ainda que historicamente mais enraizado nas classes populares e médias. Um dado particularmente relevante, assinalado no *Digital News Report Portugal 2025*, indica que o título se distingue como uma das raras marcas noticiosas em Portugal cujos níveis de confiança têm registado um crescimento sustentado desde 2018, em contraste com a tendência generalizada de erosão da confiança nos *media* (Cardoso, G., Paisana, M., & Pinto-Martinho, A., 2025). De acordo com o relatório, esta evolução assume um carácter “transversal a toda a esfera de consumidores”, podendo ser interpretada à luz das especificidades do modelo editorial do jornal e da eficácia do seu estilo narrativo na captação e fidelização de audiências.

4.4.2. *Jornal de Notícias*

O *Jornal de Notícias* (JN), fundado em 1888 na cidade do Porto, afirma-se como um dos títulos mais emblemáticos da imprensa portuguesa. Inscrito numa longa tradição de jornalismo de proximidade e sustentado por uma sólida implantação regional no Norte do país, é frequentemente caracterizado como um jornal de perfil popular-generalista — distinguindo-se, contudo, por um registo menos sensacionalista do que o da imprensa tabloide (Martins, 2020). Neste sentido, ocupa uma posição intermédia no espectro mediático, entre a imprensa de referência e a imprensa popular, ao articular acessibilidade discursiva com níveis relativamente consistentes de sobriedade editorial (Sparks, 2000).

No plano do consumo digital, dados recentes indicam que o *Jornal de Notícias* assume uma posição de destaque: é o título mais lido online em Portugal (Marktest, 2026). Este resultado indica que a sua centralidade no campo mediático, não decorrente exclusivamente da sua trajetória histórica, se deve também à sua capacidade de ajustamento às dinâmicas contemporâneas de distribuição e de consumo de informação.

A linha editorial do *Jornal de Notícias* tem privilegiado consistentemente a cobertura da atualidade nacional e regional e de temas de incidência social, em consonância com o seu estatuto editorial, que o define como uma publicação “predominantemente consagrada à informação geral” (Jornal de Notícias, s.d.). Esta orientação aproxima-o de um modelo híbrido que tem sido associado a formas de jornalismo capazes de conciliar lógicas de mercado com práticas informativas orientadas para a utilidade pública (Sparks, 2000). A combinação descrita tende a associar-se a um maior distanciamento face a níveis mais intensos de personalização, dramatização e espetacularização — características mais marcadamente associadas ao jornalismo tabloide (Esser, 1999).

Não obstante o reconhecido sucesso digital, o contexto de produção do *Jornal de Notícias* tem sido marcado, nos anos mais recentes, por alterações estruturais significativas. Em 2024, o título, integrado no Global Media Group, enfrentou uma crise financeira de relevo, assinalada por atrasos salariais e por um processo de

reestruturação interna com impacto laboral expressivo (Lusa, 2024a; Lusa, 2024b), num quadro mais amplo de transformação estrutural do setor mediático.

Este processo implicou a adoção de medidas de contenção e de reestruturação interna, suscetíveis de produzir efeitos nas rotinas produtivas da redação. Entre as dimensões mais afetadas, sobretudo no plano da produção noticiosa, destaca-se a redução dos recursos disponíveis para a elaboração de conteúdos originais (Deuze & Witschge, 2018; Fenton, 2010).

4.4.3. *Expresso*

O *Expresso* ocupa uma posição singular no panorama mediático português. Fundado em 1973, afirmou-se como o principal semanário de referência em Portugal, tendo desempenhado um papel decisivo na consolidação da democracia e na modernização do jornalismo no período subsequente ao 25 de Abril (Mesquita, 2022; Figueira, 2012). Este percurso histórico contribuiu para a construção de uma identidade editorial assente na independência face aos poderes político e económico, bem como na valorização de práticas jornalísticas orientadas para o interesse público (Mesquita, 2022). O seu estatuto editorial define-o como “um jornal com convicções, mas independente de todos os poderes”, que recusa o sensacionalismo e privilegia um jornalismo de qualidade, centrado na relevância e na profundidade dos conteúdos (Expresso, s.d.).

Este posicionamento aproxima o *Expresso* do modelo de imprensa de referência, tradicionalmente associado, na literatura, a elevados padrões de rigor informativo, à clara distinção entre notícia e opinião, à valorização da investigação jornalística e à promoção do pluralismo (Hallin & Mancini, 2004; Esser & Umbricht, 2013). À luz deste enquadramento, o jornal tende a privilegiar formatos discursivos de natureza mais analítica e contextualizada, em contraste com lógicas de simplificação ou dramatização típicas de segmentos mais orientados para a captação imediata da atenção. Esta orientação pode ainda ser interpretada à luz da tradição normativa da esfera pública, segundo a qual o jornalismo de qualidade desempenha um papel central na mediação informada do debate democrático (Habermas, 1989; Dahlgren, 2009).

Na sequência de uma transição digital consistente, o *Expresso* tem vindo a consolidar a sua presença no espaço informativo *online*. Embora, em termos de consumo noticioso digital, se situe abaixo do *Jornal de Notícias* e do *Correio da Manhã*, distingue-se por uma estratégia orientada não apenas para a captação de visibilidade, mas também para a conversão desta atenção em relações mais duradouras com os leitores — designadamente, através de modelos de subscrição (Cardoso, G., Paisana, M., & Pinto-Martinho, A., 2025; Impresa, 2025). Em 2024, a circulação digital paga do *Expresso* atingiu uma média de 48,5 mil exemplares por edição, enquanto o universo de websites da marca alcançou uma média mensal de 2,3 milhões de visitantes únicos (Impresa, 2025). A estes indicadores soma-se o marco recente de um milhão de seguidores na rede social *Instagram*, apresentada pela direção editorial de redes sociais do jornal como expressão de uma estratégia centrada em “informar melhor” e em converter seguidores em leitores e assinantes (Coelho, 2026).

A audiência do *Expresso*, atendendo à tradição editorial em que o título se inscreve, tende a corresponder a um perfil jornalístico associado ao consumo de imprensa de referência, caracterizado por níveis mais elevados de capital cultural e por uma procura que privilegia a análise, a interpretação e a contextualização dos acontecimentos (Prior, 2007). Num contexto marcado pelos desafios estruturais decorrentes da digitalização e pela crescente pressão sobre a sustentabilidade económica do setor mediático, o *Expresso* tem vindo a preservar uma estratégia assente na diferenciação pela qualidade — patente no peso da circulação digital paga, na aposta em mecanismos de fidelização de leitores e na valorização de formatos de aprofundamento e investigação jornalística (OberCom, 2025; Impresa, 2025; Impresa, 2024).

4.5. Desenho metodológico

4.5.1. Constituição do corpus

Foi constituído um *corpus* de análise composto por peças jornalísticas publicadas nos três títulos da imprensa portuguesa com maior alcance digital — *Jornal de Notícias*, *Correio da Manhã* e *Expresso* (Marktest, 2026). Esta seleção, embora decorrente de uma opção metodológica assumida, encontra sustentação na literatura sobre agenda-setting

e enquadramento mediático. Com efeito, se os *media* contribuem para definir a saliência dos temas e dos atores no espaço público (McCombs, 2004), e se enquadrar implica selecionar certos aspetos da realidade e torná-los mais proeminentes do que outros (Entman, 1993), então a análise dos títulos com maior alcance revela-se particularmente pertinente para compreender os processos de circulação e legitimação de elementos discursivos compatíveis com a gramática populista.

Consideraram-se todas as peças publicadas nas versões online dos três meios durante o período considerado, desde que cumprissem um de dois critérios de inclusão: (i) a associação da peça à *tag* Lei da Nacionalidade ou (ii) a sua integração na secção de “Notícias Recomendadas” de uma peça que satisfizesse o primeiro critério. A adoção desta dupla via de inclusão visa aproximar o *corpus* das condições efetivas de navegação no ambiente digital, partindo do pressuposto de que os sistemas de recomendação constituem mecanismos ativos na amplificação e na continuidade de determinados enquadramentos discursivos (Thorson & Wells, 2016). Por outro lado, foram excluídas do *corpus* as peças que, apesar de indexadas à *tag* de pesquisa, se revelaram, após leitura integral, sem pertinência substantiva para o objeto em estudo — designadamente aquelas em que a referência à temática surge de forma meramente lateral ou contextual, livre de qualquer desenvolvimento.

Reconhecido o amplo consenso na literatura quanto ao facto de a imigração constituir um dos domínios privilegiados de articulação da gramática populista — na medida em que convoca, com particular intensidade, a oposição entre um “nós” nacional e um “outro” construído como problema, ameaça ou excesso (Mudde, 2004; Wodak, 2015) —, também a escolha da Lei da Nacionalidade enquanto objeto de estudo se revela plenamente justificada. Acresce que a investigação sobre cobertura mediática da imigração tem vindo a demonstrar que estes temas, recorrentemente enquadrados segundo lógicas de crise, de ameaça, de dramatização e de antagonização, evidenciam uma elevada permeabilidade à circulação e legitimação de elementos discursivos compatíveis com o populismo (Benson, 2013; Eberl et al., 2018).

O recorte temporal da análise abrange o período compreendido entre 25 de junho e 28 de outubro de 2025. A data inicial foi definida por coincidir com o momento em que a temática da Lei da Nacionalidade regressou ao centro da agenda política (Observador,

2025), na sequência de um debate parlamentar promovido pelo partido *Chega* — ator cuja estratégia comunicativa mobiliza, com frequência, gramáticas discursivas de matriz populista (Zúquete & Pimenta, 2025). Este ponto de partida permite acompanhar, desde a reativação do tema, os enquadramentos e regimes de mediação acionados pelos *media*, bem como avaliar em que medida a emergência do assunto através de um catalisador populista influencia ou condiciona o tratamento noticioso subsequente. O recorte temporal encerra a 28 de outubro, data da aprovação parlamentar das alterações legislativas (Público, 2025).

A escolha de um intervalo coincidente com um ciclo de elevada saliência política encontra respaldo na literatura sobre *agenda-setting*, saliência mediática e *issue-attention cycles*, considerando que permite analisar um momento em que o tema se encontra no centro da atenção pública e jornalística (Downs, 1972). Esta opção evita quer a diluição analítica associada a recortes temporais excessivamente extensos, quer a perda de continuidade interpretativa decorrente de períodos demasiado curtos (McCombs, 2004).

Conforme indicado na Tabela 1, cada notícia incluída no *corpus* foi codificada numa base de dados estruturada no *Excel*, a partir de um conjunto de elementos analíticos definidos em função dos objetivos e das hipóteses da investigação.

Campo	Utilidade	Ligação aos objetivos/hipóteses
Jornal	Permite comparar sistematicamente os três títulos enquanto unidades diferenciadas de produção editorial	Contribui para o objetivo geral e para o teste das hipóteses H1 e H2
Data de publicação	Identifica momentos de inflexão, intensificação ou alinhamento com eventos políticos	Operacionaliza a dimensão diacrónica, permitindo relacionar variações na cobertura (enquadramentos, estilos, vozes) com o calendário político e eventos concretos (debates, propostas, votações)
Secção	Indica o enquadramento editorial imediato e a categorização temática institucional	Contribui para o objetivo específico 1 (análise de enquadramentos)
Autor(es)	Permite identificar padrões de assinatura, dependência de agências e regularidades editoriais	Elemento complementar da análise
Título	Elemento privilegiado de enquadramento (<i>framing</i>), onde se concentram processos de seleção, saliência e definição do problema	Contribui para o objetivo específico 1 (análise de enquadramentos)
Corpo do texto	Base empírica da análise de conteúdo e discursiva, permitindo identificar enquadramentos, estilos e estratégias de problematização	Contribui transversalmente para todos os objetivos
Atores citados	Permite mapear distribuição de voz e hierarquias discursivas, identificando centralidades, exclusões e relações de poder	Contribui para o objetivo específico 2 (hierarquias de voz) e para o teste das hipóteses H1 e H2
Notícias recomendadas associadas	Permite captar a ecologia informativa para além da peça isolada, incorporando o percurso do leitor	Contribui para o objetivo específico 3 (sistemas de recomendação), permitindo analisar a ecologia informativa e mecanismos de amplificação/continuidade discursiva

Tabela 1 — Operacionalização do corpus: campos de codificação, utilidade analítica e articulação com os objetivos e hipóteses de investigação

A aplicação dos critérios de inclusão permitiu constituir um corpus final de 245 notícias, distribuídas do seguinte modo:

- *Correio da Manhã*: 107 notícias
- *Expresso*: 96 notícias
- *Jornal de Notícias*: 41 notícias

A opção pela recolha manual do *corpus* foi motivada pela necessidade de produzir inferências válidas a partir dos textos em articulação com os contextos do seu uso (Krippendorff, 2018), associada ao reconhecimento de que os recursos computacionais, embora potenciadores de maior eficiência, não são per se garantia de maior adequação ao problema de investigação (Neuendorf, 2017). Esta opção metodológica consente a captação do contexto editorial imediato e a preservação da ecologia informativa em que se inscrevem — além das peças-mãe, também as notícias recomendadas com que se relacionam. A relevância desta dimensão provém ainda da sua inserção num ambiente de exposição mediática caracterizado pela sobreposição de múltiplos processos de curadoria e de recomendação, que estruturam de forma decisiva os percursos informativos dos públicos (Thorson & Wells, 2016).

4.5.2. Abordagens analíticas: discurso e conteúdo

Adota-se um desenho metodológico de natureza mista — que conjuga abordagens quantitativas e qualitativas —, assente na articulação de duas estratégias analíticas distintas, mas complementares: a análise de conteúdo e a análise de discurso. Cada uma destas abordagens incide sobre dimensões específicas do problema de investigação e mobiliza instrumentos próprios.

A análise de conteúdo (Bardin, 2013; Krippendorff, 2018) é mobilizada na sua vertente qualitativa, com sistematização categorial e apoio quantitativo, orientada para a produção de inferências válidas a partir dos textos em articulação com os contextos do seu uso. A sua adoção justifica-se pela necessidade de mapear, classificar e comparar as principais dimensões discursivas presentes no corpus — os enquadramentos temáticos mobilizados, os estilos discursivos predominantes, as vozes que adquirem (ou perdem) visibilidade e as modalidades de relação que se estabelecem entre o discurso jornalístico e a gramática populista. Através da construção de um *codebook* teoricamente fundamentado e aplicado de forma sistemática a todas as peças (Neuendorf, 2017), a análise de conteúdo permite sistematizar material textual em dados suscetíveis de tratamento analítico, assegurar a comparabilidade entre os três títulos e identificar padrões recorrentes na cobertura.

A análise de discurso inscreve-se no quadro teórico da *Análise Crítica do Discurso*, entendida como uma abordagem orientada para a problematização das relações entre linguagem, poder, ideologia e prática social (Fairclough, 1995; van Dijk, 1998; Wodak, 2014). Enquanto perspetiva interpretativa, ultrapassa a mera apreensão do conteúdo explícito dos textos e incide sobre os regimes de enunciação, as estratégias retóricas mobilizadas e os efeitos de sentido que daí decorrem. Esta orientação analítica revela-se particularmente ajustada à natureza do objeto em estudo: o populismo, enquanto fenómeno que não se esgota no nível dos conteúdos temáticos, investe também — e de forma decisiva — em configurações discursivas específicas, como a construção de antagonismos, a intensificação da dramatização e os processos de legitimação ou deslegitimação de atores e posições.

A pertinência das duas abordagens, em muito decorrente dos seus atributos diferenciados, é evidente: enquanto a análise de conteúdo proporciona uma grelha de leitura sistemática e comparativa do *corpus*, permitindo identificar regularidades e distribuições, a análise de discurso introduz uma dimensão interpretativa que problematiza os modos de construção simbólica da realidade e as estratégias de produção de sentido. Deste modo, a análise de conteúdo orienta-se para a identificação de padrões, ao passo que a análise de discurso se centra na interpretação dos processos; a primeira assegura a amplitude comparativa, a segunda confere profundidade interpretativa (Schreier, 2012).

Paralelamente, numa lógica de complementaridade, recorreu-se a uma análise lexical quantitativa assistida por *software*, através da ferramenta *Voyant Tools*, sempre subordinada à validação interpretativa dos contextos de uso. A adoção desta componente é sustentada pelo amplo reconhecimento do potencial das ferramentas de análise textual para identificar padrões agregados de frequência, tendências lexicais e associações vocabulares em *corpus* digitais (Krippendorff, 2018). No presente estudo, esta dimensão desempenha três funções complementares: (i) identificar tendências discursivas agregadas, pela observação dos termos mais frequentes em cada jornal e da sua distribuição ao longo do período analisado; (ii) corroborar ou problematizar padrões emergentes da análise qualitativa; e (iii) detetar associações vocabulares e constelações semânticas associadas a determinados enquadramentos ou atores.

A pertinência desta articulação é corroborada por estudos em comunicação e jornalismo que recorrem ao *Voyant Tools* como instrumento complementar de análise lexical, em articulação com abordagens interpretativas e discursivas (Baptista, Gradim, & Fonseca, 2024; Alhudithi, 2021). A análise lexical, não mobilizada como um fim em si mesma, preenche a posição de instrumento auxiliar, integrado numa estratégia metodológica mais ampla e orientada para a compreensão contextualizada dos processos discursivos em análise.

Conforme sintetizado na Tabela 2, o desenho metodológico assenta em três pilares distintos quanto à sua natureza e função analítica, inscrito num modelo de métodos mistos com predominância qualitativa, de natureza sequencial — a componente

qualitativa precede e informa a sistematização e análise quantitativa dos dados (Fetters, Curry, & Creswell, 2013; Creswell, 2014).

Abordagem	Natureza	Função	Ferramenta
Análise de conteúdo	Qualitativa com sistematização categorial e apoio quantitativo	Mapear, classificar e comparar enquadramentos, estilos discursivos, hierarquias de voz e modos de articulação (simbiose) com a gramática populista	Codebook estruturado, aplicado manualmente
Análise de discurso	Qualitativa (interpretativa)	Analisar estratégias retóricas, construção de antagonismos e processos de legitimação/deslegitimação	Leitura interpretativa orientada por eixos analíticos (predicação, argumentação, intertextualidade)
Análise lexical	Quantitativa de natureza exploratória	Identificar tendências vocabulares, corroborar padrões e associações lexicais	Voyant Tools (análise exploratória auxiliar, subordinada à interpretação qualitativa)

Tabela 2 — Estrutura do desenho metodológico: articulação entre abordagens analíticas, natureza, função e ferramentas utilizadas

4.5.3. Operacionalização analítica: codebook e categorias

O processo de construção do *codebook* seguiu um procedimento bifaseado. Numa primeira fase, definiram-se as categorias com base nos objetivos da investigação e na literatura mobilizada (Entman, 1993; van Dijk, 1998; Wodak, 2015; Mudde, 2004). Numa fase posterior, realizou-se um teste piloto aplicado a uma amostra correspondente a 20% das peças, selecionadas aleatoriamente a partir do corpus total. Esta proporção encontra respaldo na literatura metodológica sobre análise de conteúdo, que admite frequentemente amostras de pré-teste e fiabilidade entre 10% e 20% do total (Neuendorf, 2017). O procedimento visou afinar as definições operacionais, reduzir ambiguidades e garantir a aplicabilidade das categorias à totalidade das peças.

As dificuldades identificadas nesta fase preliminar conduziram a ajustes pontuais na formulação de algumas categorias e na delimitação das fronteiras entre categorias próximas — em particular, no que respeita à distinção entre simbiose estrutural e simbiose instrumental, conforme operacionalizadas no *codebook*. Procedeu-se ainda a uma nova leitura do *corpus*, com o objetivo de confirmar a estabilidade das categorias e de refinar nuances interpretativas, após um intervalo de quatro semanas relativamente à recolha inicial. Embora a literatura não estabeleça um intervalo temporal único para este tipo de procedimento, reconhece a pertinência de repetir a codificação após um lapso temporal, com vista a avaliar a consistência intracodificador e a robustez do esquema analítico ao longo do tempo (Rose, 2016; Belur et al., 2021).

As dimensões analíticas mobilizadas — enquadramentos, estilos discursivos, tipologia de articulação e escala de incorporação de elementos populistas — justificam-se por incidirem sobre níveis distintos do discurso mediático. Enquanto os enquadramentos dizem respeito à organização temática do conteúdo, os estilos discursivos captam o modo de enunciação, a tipologia de simbiose analisa a relação estrutural entre o discurso jornalístico e a gramática populista, e a escala de incorporação permite graduar a intensidade da presença de elementos populistas no discurso mediático.

Nos enquadramentos temáticos, a primeira dimensão analítica incide sobre o enquadramento predominante em cada peça — entendido, na linha de Entman (1993), o princípio organizador que seleciona e torna salientes determinados aspetos da realidade. Foram considerados seis enquadramentos, definidos a partir da literatura sobre cobertura mediática da imigração (Benson, 2013; van Gorp, 2005; Eberl et al., 2018) e adaptados ao contexto específico da Lei da Nacionalidade (ver Tabela 3).

Categoria	Definição	Exemplo empírico
Simbiose instrumental	Verifica-se quando o jornalismo, independentemente da sua orientação editorial ou intenção crítica, confere visibilidade e centralidade a atores ou discursos populistas, amplificando a sua presença no espaço público.	<i>"Mariana Mortágua acusa Montenegro de 'vender a alma' ao Chega"</i> (Jornal de Notícias, 12/07/2025). Apesar do enquadramento crítico, a peça confere elevada visibilidade ao Chega e a André Ventura, posicionando-os como atores centrais no debate político. Ao amplificar a sua presença no espaço público, a cobertura ilustra uma lógica instrumental em que a relevância mediática do populismo é reforçada pela própria dinâmica noticiosa.
Simbiose estrutural	Ocorre quando os media adotam, naturalizam ou reproduzem pressupostos discursivos estruturais da gramática populista — construção de antagonismos moralizados, centralidade da oposição entre "povo" e "elites" ou dramatização de cenários de crise — mesmo na ausência de referência direta a atores populistas.	<i>"MNE considera propostas do Governo sobre imigração e cidadania equilibradas"</i> (Correio da Manhã, 05/07/2025). A peça adota e naturaliza elementos lexicais associados à gramática populista — "controlo", "regulação" e "descontrolo" da "imigração" — sem problematização crítica explícita. Ainda que num registo institucional e moderado, o enquadramento contribui para a normalização de pressupostos discursivos típicos do populismo.
Ausência de simbiose	Corresponde a peças cujo enquadramento é predominantemente técnico, informativo ou orientado por princípios normativos, distante das dinâmicas populistas.	<i>"Aguiar-Branco admite projeto Chega sobre nacionalidade mas com reservas de constitucionalidade"</i> (Expresso, 25/06/2025). A peça apresenta um enquadramento jurídico-procedimental, centrado na admissibilidade constitucional de propostas legislativas. O discurso mantém-se técnico e institucional, sem mobilizar categorias, antagonismos ou estratégias discursivas associadas à gramática populista.

Tabela 3 — Enquadramentos temáticos na cobertura da Lei da Nacionalidade: categorias, descrição e exemplos do corpus

4.5.4. Estilos discursivos

A segunda dimensão analítica centra-se no estilo discursivo mobilizado em cada peça, entendido como o conjunto de escolhas relativas ao tom, à linguagem e às estratégias narrativas mobilizadas pelo jornalista ou reproduzidas a partir das fontes citadas. A distinção entre estilos permite articular o que é dito com o modo como é dito —

dimensões centrais para a análise do populismo enquanto performance comunicativa (Moffitt, 2016; Wodak, 2015). À semelhança do que sucede com os enquadramentos, a classificação atendeu ao estilo predominante ao longo da peça, conjugada com o registo da coexistência de múltiplos estilos quando aplicável.

Foram identificados quatro estilos discursivos, consoante explicitado na tabela 4.

Estilo discursivo	Descrição	Exemplos do corpus
Neutro / Informativo	Predomínio factual, distanciamento emocional e priorização da informação sobre a interpretação.	<i>“Aguiar-Branco admite projeto Chega sobre nacionalidade mas com reservas de constitucionalidade”</i> (Expresso, 25/06/2025). O texto mantém um registo técnico, formal e descritivo, sem adjetivação emocional, limitando-se a reproduzir o despacho e os seus fundamentos institucionais.
Emocional	Recurso a linguagem emotiva, dramatização e apelo à identificação afetiva do leitor.	<i>“Mariana Mortágua acusa Montenegro de ‘vender a alma’ ao Chega”</i> (Jornal de Notícias, 12/07/2025). Expressões como “vender a alma” e “deriva populista” conferem ao texto um registo acusatório, polarizado e emocional.
Populista / Moralizante	Construção de antagonismos “nós vs. eles”, frequentemente estruturados em torno da oposição entre “povo” e “elites”, acompanhada da moralização do conflito, simplificação dicotómica da realidade e mobilização de registos emocionais intensificados (medo, indignação, ameaça).	<i>“Ventura admite comissão de inquérito sobre ‘atribuição criminosa’ de nacionalidade portuguesa”</i> (Correio da Manhã, 16/07/2025). A peça reproduz declarações como “atribuição criminosa”, “traição à pátria”, “mercadear a nacionalidade” e referências à “ausência de ligação ao sangue”, configurando um exemplo claro de moralização binária, dramatização e antagonismo.
Análítico / Interpretativo	Contextualização aprofundada, pluralidade de perspetivas e complexificação do debate.	<i>“Grupo de trabalho propõe prazo mínimo de seis anos para acesso de imigrantes à nacionalidade”</i> (Correio da Manhã, 28/08/2025). O texto organiza argumentos em torno de integração, inclusão, Estado de Direito, não discriminação e combate à polarização, assumindo um tom reflexivo e normativo que contribui para a complexificação do debate.

Tabela 4 — Estilos discursivos na cobertura da Lei da Nacionalidade: categorias, descrição e exemplos do corpus

4.5.5. Tipologia de relações simbióticas

A articulação entre enquadramentos temáticos e estilos discursivos, complementada pela análise da distribuição de vozes e das estratégias retóricas, permitiu classificar cada notícia segundo uma tipologia de relações simbióticas — entendidas aqui como formas de interdependência entre o discurso jornalístico e a gramática populista.

Esta tipologia, que se inspira na literatura que sublinha a natureza não binária da relação entre *media* e populismo (Mazzoleni & Schulz, 1999; Wodak, 2015), distingue quatro modalidades, conforme exposto na Tabela 5.

Modalidade	Descrição	Exemplo do corpus
Simbiose conflituosa	Confronto explícito e problematização da retórica populista; o discurso jornalístico posiciona-se criticamente, desconstruindo premissas e contextualizando discursos.	<i>"Livre, PCP e BE acusam direita de ser contra as famílias de imigrantes pobres"</i> (Expresso, 25/06/2025). A peça constrói um enquadramento de confronto explícito com posições associadas ao discurso populista, denunciando propostas de limitação do reagrupamento familiar como "desumanas" e caracterizando-as como "retrocesso nos direitos humanos". O jornalismo opera, assim, como espaço de problematização e resistência.
Simbiose instrumental	O jornalismo, independentemente da intenção crítica, confere visibilidade e centralidade a atores/discursos populistas, amplificando a sua presença no espaço público.	<i>"Mariana Mortágua acusa Montenegro de 'vender a alma' ao Chega"</i> (Jornal de Notícias, 12/07/2025). Apesar do enquadramento crítico, a peça posiciona o Chega e André Ventura como centrais no debate político; ao amplificar essa presença, evidencia uma lógica instrumental em que a relevância mediática do populismo é reforçada pela própria dinâmica noticiosa.
Simbiose estrutural	Naturalização/reprodução de pressupostos da gramática populista (antagonismos moralizados, oposição "povo" vs. "elites", dramatização da crise), mesmo sem referência direta a atores populistas.	<i>"MNE considera propostas do Governo sobre imigração e cidadania equilibradas"</i> (Correio da Manhã, 05/07/2025). A peça naturaliza elementos lexicais como "controlo", "regulação" e "descontrolo" da "imigração", sem problematização crítica; ainda que num registo moderado, contribui para a normalização de pressupostos discursivos típicos do populismo.
Ausência de simbiose	Enquadramento técnico, informativo e normativo, distante das dinâmicas populistas.	<i>"Aguiar-Branco admite projeto Chega sobre nacionalidade mas com reservas de constitucionalidade"</i> (Expresso, 25/06/2025). A peça apresenta um enquadramento jurídico-procedimental centrado na admissibilidade constitucional; o discurso mantém-se técnico e institucional, sem mobilizar antagonismos ou estratégias discursivas populistas.

Tabela 5 — Tipologia de relações simbióticas entre o discurso jornalístico e a gramática populista: modalidades, descrição e exemplos do corpus

As categorias de simbiose podem manifestar-se de forma simultânea numa mesma peça, sempre que se identifiquem traços estruturais, instrumentais ou conflituosos. Todavia, para efeitos de análise quantitativa e de comparação entre os três títulos, procedeu-se à identificação da modalidade predominante em cada notícia, definida com base na intensidade, na recorrência e na centralidade dos marcadores discursivos ao longo do texto. A eventual coexistência de modalidades foi devidamente registada no plano qualitativo e integrada na análise interpretativa, de modo a preservar a complexidade inerente aos objetos empíricos e a evitar a sua redução analítica.

Em complemento à tipologia simbiótica, cada notícia foi igualmente classificada segundo uma escala graduada, concebida para captar variações no grau de incorporação de elementos discursivos compatíveis com a gramática populista (ver Tabela 6). A sua construção apoia-se em investigações que concebem o populismo, no plano comunicacional, enquanto configuração discursiva composta por elementos suscetíveis de aparecer em diferentes combinações e graus de intensidade (Laclau, 2005; Mouffe, 2018).

Ao invés de tratar cada peça como simplesmente “populista” ou “não populista”, esta abordagem permite observar a presença diferencial de marcadores discursivos

associados à construção do “povo”, ao antagonismo anti-elitista, à exclusão de *out-groups*, à dramatização ou à simplificação moralizada, em consonância com perspetivas que analisam o populismo como estilo e como conjunto de elementos discursivos mobilizados na comunicação política e mediática (Jagers & Walgrave, 2007; Krämer, 2014; de Vreese et al., 2018).

Nível	Descrição	Exemplo do corpus
Inexistente	Ausência total de elementos alinhados com a gramática populista.	<i>“Grupo de trabalho propõe prazo mínimo de seis anos para acesso de imigrantes à nacionalidade”</i> (Correio da Manhã, 28/08/2025). A peça organiza-se em torno de argumentos técnico-normativos, jurídicos e humanitários, sem recorrer a antagonismos moralizados ou simplificações binárias. Um excerto ilustrativo refere que o acesso à nacionalidade pressupõe “[...] respeito pela Constituição da República Portuguesa” e assenta em “princípios fundamentais de uma sociedade democrática”.
Moderada	Presença ligeira ou periférica de elementos compatíveis com o populismo.	<i>“MNE considera propostas do Governo sobre imigração e cidadania equilibradas”</i> (Correio da Manhã, 05/07/2025). Apesar do registo institucional e informativo, surgem elementos pontuais nas declarações da fonte, como a contraposição entre “os portugueses” e uma “suposta bolha fechada”, bem como o uso de léxico como “regulação” e “descontrolo” da imigração.
Parcial	Integração significativa, embora não dominante, de elementos populistas.	<i>“Mariana Mortágua acusa Montenegro de ‘vender a alma’ ao Chega”</i> (Jornal de Notícias, 12/07/2025). Embora com enquadramento crítico, a peça confere forte visibilidade ao Chega e a André Ventura, reforçando a sua centralidade no debate. Expressões como “vender a alma ao Chega” e “deriva populista” intensificam a dramatização do conflito.
Plena	Predomínio claro da gramática populista na estruturação discursiva da peça.	Exemplo ilustrativo de peça opinativa em que a argumentação se organiza integralmente em torno de dicotomias morais e simplificações discursivas, como a oposição entre “imigrantes pobres” e “elites”, associada ao uso de linguagem coloquial e moralizante (“um gajo do private equity...”).

Tabela 6 — Escala de incorporação de elementos discursivos compatíveis com a gramática populista: níveis, descrição e exemplos do corpus

Aplicada com base numa avaliação qualitativa sistemática, esta escala permite distinguir entre peças que recorrem pontualmente a elementos de matriz populista e aquelas cuja estrutura discursiva se encontra predominantemente organizada por essa gramática. A diferenciação entre as graduações “Moderada” e “Parcial” — categorias que, pela sua proximidade conceptual, podem suscitar ambiguidades interpretativas — foi estabelecida a partir da frequência e da centralidade dos elementos identificados. A distinção entre ambas assenta na função estrutural dos elementos identificados: enquanto na primeira estes surgem de forma pontual e não estruturante, na segunda desempenham um papel relevante na organização do discurso, ainda que não dominante.

4.5.6. *Análise das notícias recomendadas*

Conforme explicitado no primeiro subcapítulo da secção 5.4, a inclusão sistemática das notícias recomendadas associadas a cada peça do corpus visa apreender a ecologia informativa em que o leitor efetivamente navega no ambiente digital. Esta opção metodológica encontra respaldo na literatura sobre ambientes mediáticos digitais, que tem vindo a sublinhar que a experiência informativa contemporânea é estruturada por sistemas de recomendação algorítmica, responsáveis por organizar a visibilidade, a hierarquização e a sequência de conteúdos acessíveis ao utilizador (Napoli, 2014; Bucher, 2018; Gillespie, 2014).

O procedimento adotado parte das 245 notícias indexadas à tag de pesquisa Lei da Nacionalidade (peças-mãe) e regista, para cada uma delas, os títulos das notícias recomendadas que o respetivo sistema informativo lhes associa — independentemente de estarem indexadas à *tag* supracitada. Procura-se, desta forma, mapear o universo ampliado de conteúdos que compõem a experiência informativa e a potencial sedimentação de determinados enquadramentos discursivos.

Para operacionalizar esta dimensão, que encontra correspondência no objetivo específico 3, definiu-se um procedimento analítico em dois níveis. Num primeiro momento, de carácter quantitativo-descritivo, procede-se ao levantamento sistemático dos títulos das notícias recomendadas associadas a cada peça-mãe. Para cada recomendação, regista-se o respetivo tema principal, entendido como elemento de elevada saliência na definição do enquadramento. Esta opção parte de uma evidência empiricamente comprovada: os sistemas de recomendação, que funcionam como mecanismos ativos de seleção, de ordenação e de visibilização de conteúdos, moldam a experiência informativa dos utilizadores (Napoli, 2014; Gillespie, 2014; Bucher, 2018). Neste quadro, importa sublinhar que o objeto de análise não são as notícias recomendadas enquanto *corpus* autónomo, mas os títulos destas notícias enquanto elementos de orientação da navegação informativa.

A partir deste mapeamento quantitativo, que permite caracterizar globalmente o ecossistema de recomendações de cada jornal, avançou-se para uma segunda fase, de carácter qualitativo-interpretativo, circunscrita às recomendações tematicamente

conexas. Nesta fase, a análise centra-se nas recomendações que estabelecem uma afinidade temática direta com a peça-mãe e na natureza da relação discursiva que emerge no seio da díade “peça-mãe + recomendação conexa” (Fairclough, 1992; Richardson, 2007). Interroga-se, portanto, se esta relação se configura como prolongamento e reforço do enquadramento inicial (Napoli, 2014; Bucher, 2018) ou, em alternativa, como um movimento de desvio e reconfiguração contextual (Gillespie, 2014; Papacharissi, 2015).

4.6. Processo de codificação e validação

A codificação do *corpus* foi realizada pelo autor, com base no protocolo definido no *codebook* (ver secção 4.5.3), e operacionalizada através de uma grelha estruturada de variáveis em *Excel*. A opção pela codificação manual, sustentada no primeiro subcapítulo da secção 4.5., revelou-se particularmente adequada à natureza do objeto, na medida em que permitiu captar tanto o conteúdo manifesto das peças como as suas nuances discursivas, os contextos editoriais imediatos e a ecologia informativa em que se inscrevem — dimensões que dificilmente seriam apreendidas por procedimentos automatizados ou por abordagens exclusivamente quantitativas (Krippendorff, 2018).

A circunstância de a codificação ter sido conduzida por um único investigador é reconhecida como uma limitação, considerando que pode introduzir algum grau de subjetividade interpretativa. Não obstante, esta opção deve ser enquadrada à luz da natureza qualitativa e interpretativa do estudo. Na tradição da análise qualitativa de conteúdo, a robustez metodológica assenta na sistematicidade do procedimento, na clareza e consistência do quadro categorial e na transparência do processo analítico, bem como na estabilidade da aplicação dos critérios de codificação ao longo do *corpus* (Mayring, 2000; Schreier, 2012). Ao privilegiar a coerência interna e a validade interpretativa das inferências produzidas, a proposta aqui delineada não se faz depender exclusivamente da fiabilidade intercodificador.

Acresce que a própria centralidade da fiabilidade intercodificador na investigação qualitativa tem sido objeto de debate: é reconhecido que a sua aplicabilidade depende do tipo de abordagem adotada e não constitui um requisito universal em estudos de natureza interpretativa (O'Connor & Joffe, 2020). Em investigações que privilegiam a

profundidade analítica e a compreensão contextualizada dos fenómenos — como é o caso da presente dissertação —, o recurso a um único codificador, desde que acompanhado de procedimentos sistemáticos de controlo da consistência, pode contribuir para maior coerência na aplicação dos critérios analíticos (Krippendorff, 2018; Saldaña, 2016).

Neste enquadramento, os procedimentos adotados, descritos em detalhe no terceiro subcapítulo da secção 4.5., constituem mecanismos adequados para assegurar a consistência interna e a validade da análise. A dupla codificação diferida, realizada após um intervalo de quatro semanas relativamente ao momento da recolha integral, permitiu avaliar a estabilidade intracodificador e confirmar a robustez do esquema categorial ao longo do tempo. A revisão sistemática das divergências identificadas neste processo funcionou como mecanismo de refinamento crítico da aplicação das categorias e implicou um retorno ao corpus sempre que se revelaram ambiguidades ou fronteiras pouco nítidas entre categorias — nomeadamente, no que respeita à distinção entre simbiose estrutural e simbiose instrumental, ou entre os níveis “Moderada” e “Parcial” da escala de incorporação de elementos populistas. A ancoragem teórica das categorias, por seu turno, garantiu que a interpretação partiu de um quadro conceptual consolidado pela literatura e assegurou que os critérios de classificação decorrem de operacionalizações previamente validadas — e não de juízos ad hoc do investigador.

Para além destes mecanismos, a robustez metodológica do estudo assenta na explicitação teórica das categorias utilizadas e na documentação sistemática de todas as etapas do processo analítico, materializada em registos de codificação e documentação analíticos. A construção de uma base de dados estruturada, que regista para cada peça a classificação final os marcadores discursivos que a fundamentam, exemplos ilustrativos e eventuais notas interpretativas, permite reconstituir o percurso analítico e submeter as decisões de codificação a escrutínio. Este conjunto de práticas, que assegura a rastreabilidade e a consistência interna, constitui a base sobre a qual repousa o rigor do estudo, em consonância com os critérios de qualidade preconizados para a investigação qualitativa (Lincoln & Guba, 1985; Nowell et al., 2017).

Sublinhe-se ainda que a validade da análise, além de decorrer dos procedimentos de controlo da codificação, encontra apoio na articulação entre as diferentes abordagens

metodológicas mobilizadas — análise de conteúdo, análise de discurso e análise lexical exploratória —, conforme explicitado no segundo subcapítulo da secção 4.5. A triangulação entre estas dimensões analíticas, ao permitir confrontar e complementar diferentes níveis de evidência, funciona como um mecanismo adicional de validação das interpretações produzidas (Denzin, 1978; Flick, 2018). Os padrões identificados na análise de conteúdo encontram, na profundidade interpretativa da análise de discurso, um teste à sua consistência semântica; as tendências lexicais observadas através do *Voyant Tools* são, por seu turno, validadas contextualmente pela leitura aprofundada do *corpus*.

5. ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados recolhidos permite observar regularidades e contrastes expressivos entre os três títulos, tanto ao nível dos enquadramentos predominantes como das modalidades discursivas mobilizadas na cobertura da Lei da Nacionalidade. O *Expresso* privilegia enquadramentos de natureza cultural-identitária (41%) e humanitária (15%), articulados com uma dimensão jurídica relevante (10% primário; 10% secundário) que enquadram a controvérsia num registo de racionalização normativa. O *Jornal de Notícias*, por sua vez, organiza a cobertura em torno de enquadramentos político-estratégicos (29%), identitários (32%) e securitários (24%), próximos de uma racionalidade pragmática e relativamente desdramatizadora, característica de um jornalismo administrativo — isto é, orientado para a cobertura de procedimentos institucionais, de decisões formais e de declarações políticas, com reduzida intervenção interpretativa. Já o *Correio da Manhã* apresenta uma predominância inequívoca do enquadramento securitário (50%), complementado por enquadramentos identitários (16%) e humanitários (14%) que compõem uma gramática discursiva marcada pela dramatização moral do risco e pela fusão entre imigração, ameaça e ordem pública.

O estilo informativo domina de forma quase absoluta os quadros do *Jornal de Notícias* (90%) e do *Correio da Manhã* (93%), em consonância com um regime de retransmissão declarativa centrado no discurso direto e numa mediação jornalística de baixa densidade interpretativa, típica de ecologias noticiosas assentes numa elevada dependência de agências. Embora também significativo no *Expresso* (74%), este título distingue-se pela presença mais expressiva dos estilos emocional, humanista e analítico (26%), operantes enquanto dispositivos de contextualização ética e jurídica e como instrumentos de problematização crítica. Estes contrastes traduzem posicionamentos distintos no campo da mediação pública: o *Expresso* exerce uma função interpretativa ativa; o *Jornal de Notícias* tende a cristalizar uma neutralidade performativa que favorece a circulação relativamente inerte do discurso político; e o *Correio da Manhã* combina o formalismo informativo com uma retórica de dramatização moral, particularmente recorrente em contextos editoriais primariamente securitários.

A análise da presença de relações simbióticas entre populismo e *media* permite aprofundar estas tendências. No *Expresso*, que apresenta o nível mais baixo de normalização ou adesão a este estilo, os traços populistas emergem quase

exclusivamente por via de citações — e são, nestes casos, objeto de recodificação crítica. No *Jornal de Notícias*, destaca-se a elevada incidência de simbioses estruturais (88%), que configuram um cenário em que a gramática populista se integra de forma quase automática na rotina noticiosa, sustentada pela presunção de neutralidade editorial. O *Correio da Manhã* revela uma prevalência de simbioses estruturais (43%) e instrumentais (36%), sugestivas da integração ativa da linguagem populista, sobretudo em articulação com enquadramentos de natureza securitária.

A análise lexical reforça a heterogeneidade destas ecologias discursivas. Enquanto o *Expresso* privilegia um léxico de matriz jurídica, institucional e humanitária, o *Jornal de Notícias* recorre predominantemente a vocabulário de cariz processual e partidário. O *Correio da Manhã*, por seu turno, mobiliza um repertório associado a risco, ao controlo, à criminalidade e à ordem, que favorece a construção de uma equivalência simbólica recorrente entre imigração e ameaça.

Esta tendência torna-se particularmente evidente em peças que, a partir de ocorrências isoladas, insinuem a existência de uma anomalia sistémica. É o caso da notícia relativa a uma “mulher portuguesa” que teria casado “três vezes com imigrantes” (*Correio da Manhã*, 10 de julho de 2024) — a articulação entre desvio individual, suspeita de fraude e pertença nacional contribui para a transformação da imigração num signo de desordem e de perigo interno.

No seu conjunto, os resultados apontam para três racionalidades e modelos discursivos claramente diferenciados na construção mediática da Lei da Nacionalidade: o *Expresso* enquanto polo de racionalização jurídica e de resistência à normalização populista, inscrito num registo interpretativo-crítico; o *Jornal de Notícias* como mecanismo de normalização passiva da agenda política dominante, pautado por uma lógica de neutralidade procedimental; e o *Correio da Manhã* como operador de “sociodiscursivização” securitária da imigração, através da integração, da legitimação e da amplificação de elementos de matriz populista.

Estas diferenças moldam a configuração do debate público e antecipam clivagens relevantes na mediação jornalística, que serão analisadas em detalhe nas secções subsequentes, onde a análise empírica se apresenta em diálogo com o quadro teórico.

5.1. *Expresso*: mediação interpretativa e baixa permeabilidade estrutural ao populismo

O *Expresso* revela um regime de cobertura marcado por elevada densidade interpretativa e analítica no tratamento da Lei da Nacionalidade, com base nas 96 peças identificadas no período em análise. A diversidade e a amplitude deste conjunto — que integra reportagens de orientação humanista, análises jurídico-institucionais, leituras político-estratégicas, enquadramentos económicos e textos de opinião — permitem situá-lo no domínio do “jornalismo analítico”, entendido como uma prática de reconstrução crítica dos acontecimentos que explicita causalidades, tensões normativas e implicações políticas que transcendem a mera enunciação factual (Esser, 1999).

A predominância da simbiose conflituosa (84% das peças), a par de uma presença relativamente limitada de referências populistas (25%) — maioritariamente enquadradas de forma crítica —, indica um distanciamento ativo face às gramáticas populistas, bem como a ausência sistemática da incorporação não problematizada do seu léxico na narrativa jornalística. Neste contexto, o populismo emerge sobretudo como objeto de problematização, frequentemente reinscrito num quadro jurídico-constitucional ou em registos humanitários que tensionam a sua pretensão moralizante, ao invés de se afirmar como linguagem integrada no discurso jornalístico.

A distribuição dos enquadramentos corrobora esta racionalidade interpretativa: o eixo cultural-identitário assume uma posição dominante (41% das peças), seguido pelo securitário (19%) e pelos enquadramentos económico e humanitário (ambos 15%). O enquadramento político-estratégico surge em 10% das notícias, enquanto o legalista — embora primário apenas em 1% — adquire relevância estrutural como enquadramento secundário (10%). Esta configuração evidencia uma abordagem multifocal, uma vez que a Lei da Nacionalidade é simultaneamente construída como questão cultural, jurídica, política, económica e ética. Neste caso, a presença pontual do enquadramento securitário não configura um processo de securitização discursiva, na medida em que permanece sistematicamente subordinada a dinâmicas de reinscrição crítica e de problematização jurídica.

A diversidade de vozes constitui um dos traços mais distintivos desta ecologia discursiva. Fontes de natureza jurídica — como o Conselho Superior da Magistratura —, entidades

económicas e administrativas — como a Agência para a Integração, Migrações e Asilo — e testemunhos de cidadãos diretamente envolvidos em processos de reagrupamento familiar coexistem com atores políticos e contribuem para uma paisagem marcada pela pluralidade deliberativa. A legitimidade do discurso assenta menos na intensidade retórica e mais na capacidade de fundamentação pública das posições, em consonância com o que Jürgen Habermas (2006) descreve como reivindicações de validade orientadas para o entendimento.

Reportagens de carácter humanista, como “Abderazzak e o mar: a história do rapaz que fugiu de Marrocos e deu à costa algarvia” (do dia 28 de agosto), constituem exemplos paradigmáticos deste modelo narrativo. Ao entrelaçar narrativas de risco, de sofrimento, de resiliência e de esperança com constrangimentos burocráticos e institucionais, estas peças convertem a lei num objeto vivido, que enquadra a cidadania nos limites entre a vulnerabilidade e a agência humana. Este mecanismo, conceptualizado por Hajer (1995) como “reumanização”, desloca o debate da abstração tecnocrática para a experiência concreta e ancora os factos em narrativas que restituem a dimensão humana aos fenómenos políticos. Aplicado ao jornalismo, pode ser entendido como o ato de “transpor personagens, cenas e ações dramáticas para o universo do leitor, dando-lhes, pela generalização, marcas que possam ser reconhecidas como potencialmente dele” (Di Fátima, 2021, p. 81).

Em paralelo, o *Expresso* recorre de forma sistemática a pareceres jurídicos especializados e críticos, convocados para problematizar questões como a retroatividade, a constitucionalidade e a proporcionalidade das medidas propostas. O comentário de Jorge Pereira da Silva (10 de julho), dedicado à análise da constitucionalidade da Lei da Nacionalidade, sinaliza esta prática. À luz de Robert Entman (1993), tais opções correspondem a processos de seleção e de saliência que deslocam o centro de gravidade da controvérsia da esfera securitária para o domínio da justiça, dos direitos fundamentais e da integridade constitucional. Ao fazê-lo, o jornal redefine o horizonte de problematização: aquilo que poderia ser enquadrado como uma questão de ordem pública passa a ser interpretado como um problema de coerência normativa e de proporcionalidade democrática. Esta estratégia discursiva inscreve o debate num campo

de racionalidade constitucional, menos permeável à tração argumentativa do discurso populista.

Finalmente, a presença recorrente de notícias recomendadas no íntimo das próprias peças funciona como um mecanismo de extensão interpretativa. Ao encaminhar o leitor para leituras complementares de natureza económica, jurídica e humanitária (ver Figura 1), o *Expresso* constrói um ecossistema interpretativo expansivo em que as notícias se articulam em rede e contribuem para o reforço da racionalização pública do debate. Neste sentido, considerando que a contextualização e a articulação temática atuam como dispositivos de resistência simbólica à normalização populista, o jornal aproxima-se de um modelo de mediação deliberativa e interpretativa.

RELACIONADOS

- **E** 60% dos novos portugueses vivem fora do país, israelitas lideram aquisição de nacionalidade
- **E** Principais alterações à lei da nacionalidade são inconstitucionais: parecer de Jorge Miranda arrasa propostas do Governo
- Marcelo avisa que pode ser "melhor" ouvir Tribunal Constitucional sobre alterações à nacionalidade e imigração



Figura 1 - Exemplo de notícias recomendadas no site do Expresso, no seguimento de uma notícia indexada à tag Lei da Nacionalidade.

5.1.1. Enquadramentos e estilos dominantes

No *Expresso*, a análise dos enquadramentos e estilos discursivos evidencia um regime de inteligibilidade coerente e estruturalmente consistente, sustentado na articulação entre três eixos interpretativos: o humanitário, o jurídico-constitucional e o político-estratégico. A estes correspondem três racionalidades complementares — ética e de direitos, jurídica e constitucional, e institucional e tecnopolítica — que, em conjunto, organizam a mediação jornalística do tema e delimitam o campo do dizível no

espaço público. Embora o enquadramento cultural-identitário se destaque pela sua maior frequência, representando cerca de quatro em cada dez peças, é a interligação entre estes três eixos que confere coerência interpretativa ao tratamento da Lei da Nacionalidade.

No âmbito da presente investigação, a utilização de termos como “resistência” ou “desnormalização” deve ser entendida em sentido analítico-estrutural — não implicando a atribuição de uma intencionalidade editorial consciente. O estudo não se orienta para a avaliação de posicionamentos normativos das redações, mas antes para a identificação de padrões empíricos de enquadramento, estilo e simbiose discursiva. O que se descreve como “resistência” corresponde, em termos operacionais, a uma reduzida incidência de simbiose estrutural e a um elevado grau de problematização conflituosa do discurso populista.

O enquadramento cultural-identitário, tal como mobilizado pelo *Expresso*, opera como um dispositivo de problematização pública das questões de pertença, de integração e de reconhecimento jurídico, em estreita articulação com experiências concretas de cidadania. Importa sublinhar que este enquadramento não assume a tonalidade assimilacionista ou securitária característica dos discursos populistas; pelo contrário, reveste-se de um carácter humanitário e orientado para os direitos, frequentemente associado a reportagens de terreno. Nestes casos, o jornal ativa aquilo que Dahlgren (2009) designa como “cidadania emotiva”: a mobilização de empatia cívica e de consciência moral através da exposição de trajetórias de vida que tornam visíveis vulnerabilidades sistematicamente ausentes do discurso político dominante.

Esta utilização da emoção confirma a perspectiva de que a presença de afetos no discurso público deve ser compreendida em função da sua gramática narrativa e da sua função política — não constituindo, por si só, um indicador de traços populistas (Papacharissi, 2015). No caso do *Expresso*, a emoção desempenha uma função de mediação ética e cognitiva: por um lado, torna visíveis as consequências humanas da lei e das disfunções administrativas, através de narrativas centradas em situações de vulnerabilidade, de suspensão documental, de restrições à mobilidade e de fragmentação familiar; por outro, estas experiências são enquadradas por explicações institucionais e jurídicas que evitam a deriva para o mero sentimentalismo. É precisamente esta articulação entre

experiência vivida e inteligibilidade normativa que permite compreender a emoção enquanto vetor de esclarecimento público. Paralelamente, ao associar integração, inclusão democrática, coesão social e sentimento de pertença a um horizonte de responsabilidade cívica, o jornal enquadra abordagens mais restritivas à nacionalidade e ao reagrupamento familiar como potenciais fatores de erosão da confiança, da estabilidade e da igualdade cívica.

Esta configuração discursiva pode ser igualmente interpretada à luz da distinção proposta por Chantal Mouffe entre agonismo e antagonismo — este último mais característico dos movimentos populistas, o primeiro associado a formas de contestação que preservam a legitimidade do adversário (Mouffe, 2013). No *Expresso*, o conflito político é reinscrito como um dissenso lícito entre posições adversárias que reconhecem reciprocamente a sua validade no espaço democrático. A crítica à Lei da Nacionalidade desenvolve-se, por isso, num registo agonístico: a controvérsia permanece aberta à argumentação jurídica, ética e institucional, mantendo-se distante de lógicas de moralização binária ou de exclusão simbólica do outro.

Exclusivo

MIGRAÇÕES

O caso de Asad e Aisha e o calvário dos imigrantes para reunir a família



Asad e Aisha, um casal paquistanês, com os filhos, Zaryab (ao colo) e Xerxes, no centro histórico de Elvas

Mudanças no reagrupamento familiar vão limitar ainda mais o que já é penoso de alcançar. Recurso à Justiça tem travão na nova lei

Figura 2 - Reportagem do Expresso sobre o caso de Asad e Aisha, exemplo de um enquadramento humanitário-jurídico.

Casos de crianças sem documentação, famílias separadas ou vidas suspensas pela atuação da AIMA, frequentemente abordados em peças de natureza reportorial, são narrados como manifestações de injustiça administrativa e recentram a controvérsia no princípio do direito à identidade. Ao conjugar emoção e deliberação numa mesma economia moral, reportagens como “O caso de Asad e Aisha e o calvário dos imigrantes para reunir a família” (ver Figura 2) ilustram este dispositivo narrativo. A lei, noutros contextos tratada em termos de abstração tecnocrática, é aqui apresentada enquanto realidade vivida. Reafirma-se a tendência, já anteriormente assinalada, de inscrever o exercício da cidadania nos limites simultâneos da vulnerabilidade e da agência humana.

O enquadramento legalista assume, neste contexto, uma função particularmente relevante. Apesar de pouco expressivo enquanto enquadramento primário, emerge como secundário em 10% das peças — um peso estrutural significativo face aos padrões habituais da arquitetura noticiosa (Esser, 2008). A sua atuação revela uma dupla

orientação: por um lado, contribui para neutralizar leituras moralizantes associadas à retórica populista; por outro, recentra a controvérsia na gramática dos direitos fundamentais, da constitucionalidade e da proporcionalidade democrática. Em termos habermasianos, esta dinâmica corresponde a um processo de juridificação reflexiva: o debate público ancora-se na linguagem do direito enquanto mecanismo de racionalização democrática (Habermas, 1996). Empiricamente, a juridificação evidencia-se na forte associação entre enquadramento legalista e simbiose conflituosa: 71% das peças com este enquadramento apresentam conflito discursivo explícito, ilustrando a forma como o direito se constitui enquanto arena de contestação e de reinterpretação política.

O enquadramento político-estratégico, embora menos saliente como eixo primário (10%) e secundário (9%), desempenha igualmente um papel relevante na construção de uma leitura tecnopolítica da Lei da Nacionalidade. A sua conjugação com os eixos jurídico e humanitário torna-se particularmente visível em momentos de maior tensão institucional, como no caso da divisão da proposta legislativa em dois diplomas. O efeito cumulativo desta convergência traduz-se na reconfiguração do conflito político em termos de racionalidade institucional, que desloca o foco da controvérsia das preferências partidárias para os constrangimentos sistémicos próprios da governação democrática.

À medida que o processo legislativo se aproxima da fase de aprovação, observa-se um reforço do enquadramento institucional e tecnopolítico, com particular incidência nas intervenções do Presidente da República. Este deslocamento, embora não substitua os eixos humanitário e jurídico, recalibra temporariamente o foco interpretativo. Com esta lógica, são privilegiados os equilíbrios entre Governo, Presidência e engenharia constitucional. Como consequência, a racionalização do debate é ampliada, enquanto a dimensão emotiva das narrativas humanitárias é momentaneamente atenuada, sem que desapareça por completo.

No plano estilístico, a cobertura do *Expresso* caracteriza-se por uma clara predominância do estilo informativo (74% das peças), complementado por uma presença significativa do estilo emocional (26%). Esta distribuição aponta para a adoção de um modelo híbrido, no seio do qual a objetividade informativa convive com uma emoção controlada e

funcionalizada como instrumento de envolvimento cívico. O jornal configura uma ecologia discursiva marcada por uma reduzida incidência de simbiose estrutural e por uma elevada prevalência de simbiose conflituosa, o que contribui para limitar a incorporação acrítica de marcadores populistas (Mazzoleni, 2003).

O estilo moralizante, que no *Expresso* assume frequentemente uma inflexão humorística ou satírica, surge em 16% das peças e cumpre uma função específica de desnaturalização crítica do populismo. A peça “Nicole Kidman foi para a porta da AIMA às 4 da manhã pedir autorização de residência em Portugal” constitui, a este respeito, um exemplo particularmente elucidativo, ao recorrer à inversão irónica para evidenciar a arbitrariedade e a desigualdade do regime administrativo, expondo os seus efeitos de absurdo (Billig, 2005; Wodak, 2015). A ironia estrutural torna evidente a assimetria entre o tratamento institucional reservado a figuras mediáticas ou celebridades e aquele que é quotidianamente dirigido aos migrantes comuns. Esta configuração sugere que o *Expresso* mobiliza a emoção como recurso ético e cognitivo ao serviço da deliberação pública, sem a converter num instrumento de simplificação de matriz populista.

No seu conjunto, estes resultados confirmam que, no *Expresso*, os enquadramentos, os estilos discursivos e a mobilização da emoção funcionam como dispositivos de mediação crítica orientados para a deliberação democrática. O jornal configura uma ecologia discursiva em que o conflito permanece aberto, é racionalizado e se apresenta de forma plural, afirmando-se como um pólo de baixa permeabilidade estrutural à normalização do populismo no espaço público. O jornal aproxima-se de um modelo de publicidade crítica, no sentido recuperado por Slavko Splichal (2024): uma estruturação concreta do debate segundo critérios de justificação pública e contestabilidade racional, além da mera visibilidade de posições em confronto.

5.1.2. Padrões empíricos de cobertura e ilustrações discursivas

A distribuição assimétrica dos enquadramentos entre os três títulos revela prioridades narrativas diferenciadas na abordagem da controvérsia. No *Correio da Manhã*, a predominância do enquadramento securitário — identificado em 53 das 107 peças analisadas — confirma a centralidade discursiva do risco, do controlo e da ordem. No *Expresso*, o enquadramento mais frequente é o cultural-identitário, presente em 39 das

96 peças, a par de uma presença significativa dos enquadramentos securitário, humanitário e económico, sugestivos de uma agenda mais plural e menos unidimensional. Já no *Jornal de Notícias*, a proximidade entre os enquadramentos cultural-identitário, político-estratégico e securitário evidencia uma cobertura mais fortemente marcada pela controvérsia partidária e pela disputa institucional. Neste contexto, a humanização não se impõe como tendência dominante do *corpus*, mas assume particular relevância analítica em peças específicas — sobretudo no *Expresso* —, nas quais situações de famílias separadas, crianças sem documentos ou vidas suspensas pela atuação da AIMA recentram o debate na gramática dos direitos, da identidade jurídica e da dignidade humana.

A notícia “Atrasos do IRN deixam bebés de emigrantes sem pátria” (25 de setembro) ilustra, de forma particularmente elucidativa, este procedimento discursivo. Ao reconduzir a problemática da nacionalidade à vulnerabilidade infantil e ao direito à identidade, o *Expresso* desativa interpretações securitárias e reinscreve a questão num quadro ético-jurídico dotado de elevada legitimidade pública. Trata-se de uma estratégia que privilegia a salvaguarda de direitos fundamentais em detrimento da dramatização política do fenómeno migratório.

Esta resistência discursiva expressa-se também na visibilidade conferida a vozes críticas oriundas da própria direita democrática. Um exemplo ilustrativo ocorreu quando o antigo líder do CDS, Manuel Monteiro, acusou o Governo de demonstrar “ânsia” em seguir “as preocupações do Chega” no domínio da Lei da Nacionalidade. Ao destacar estas fraturas internas no espaço liberal-institucional, o *Expresso* evidencia que o confronto com o populismo atravessa o próprio campo político não populista, contrariando a narrativa populista de um alegado bloco homogéneo das “elites”.

Apesar da Lei da Nacionalidade reunir condições temáticas particularmente propícias à ativação de discursos populistas — imigração, pertença, segurança, cultura e identidade nacional —, a análise empírica revela que este estilo, na cobertura do *Expresso*, é residual e sistematicamente submetido a enquadramento crítico. Em 75% das peças não se identificam quaisquer traços populistas; nos restantes casos, os marcadores populistas apresentam-se exclusivamente sob a forma de citações de atores políticos — protagonistas de discursos simplificadores, moralizantes ou identitários.

No processamento jornalístico, porém, estas enunciações são filtradas pelas rotinas profissionais de contextualização, de escrutínio e de validação pública. Propostas como o “teste de integração e cidadania” ou a exigência de “idoneidade cívica” são apresentadas como expressões de um núcleo moral-nacionalista e posteriormente reinscritas em quadros analíticos que privilegiam critérios de justiça, de proporcionalidade e de respeito pelos direitos fundamentais. O código populista surge como *input* discursivo, mas não como *output* jornalístico.

A análise quantitativa da estrutura de conflito vem reforçar esta interpretação. Nas peças enquadradas nas dimensões político-estratégica (10%) e securitária (19%), a simbiose conflituosa manifesta-se em cerca de 40% dos casos, ao passo que a simbiose estrutural — forma típica de normalização populista — se situa em valores mais reduzidos, entre 30% e 61%, consoante o enquadramento. Estes dados confirmam que o *Expresso* preserva o populismo enquanto objeto de tensão, de crítica e de disputa interpretativa, evitando a sua integração acrítica na narrativa jornalística.

Este movimento de racionalização torna-se particularmente evidente numa peça de 15 de agosto, que reúne seis anos de indicadores, de estatísticas e de séries históricas sobre imigração, naturalizações, regularizações, criminalidade, contributos económicos e perfis demográficos. Ao integrar estes dados num único relato analítico, o *Expresso* desloca o debate de um enquadramento episódico para uma perspetiva temática e longitudinal, na aceção de Shanto Iyengar (1991). Deste modo, confronta diretamente as narrativas alarmistas associadas ao populismo securitário e neutraliza premissas como a suposta “invasão” ou a construção da imigração como “ameaça à identidade nacional”.

A análise lexical certifica estes mecanismos. A Figura 3 demonstra que, embora o termo “Chega” registe 375 ocorrências, a sua presença surge semanticamente enquadrada por categorias institucionais como “governo” (471) e “PS” (317), bem como por léxicos de natureza administrativa e jurídica — “cidadãos” (123), “familiar” (91), “estrangeiros” (165), “imigração” (256) e “nacionalidade” (645). Nos termos de Entman (1993), trata-se de uma operação de saliência seletiva que privilegia categorias jurídicas e institucionais em detrimento de marcadores afetivos característicos do populismo.

A ausência, entre os mais frequentes, de expressões recorrentes da retórica populista — como “invasão”, “crise”, “ameaça”, “contaminação”, “criminalidade” ou “valores portugueses” — reforça a leitura de que o populismo surge como elemento marginal, contextualizado e discursivamente neutralizado.



Figura 3 — Nuvem de palavras da cobertura do Expresso sobre a Lei da Nacionalidade, que mostra a predominância de um léxico institucional e jurídico e a marginalidade de termos associados à retórica populista, em consonância com um regime de mediação interpretativa e de racionalização normativa.

5.2. *Jornal de Notícias*: jornalismo de rotina e normalização discursiva

O conjunto de 41 peças publicadas pelo *Jornal de Notícias* (JN) sobre a Lei da Nacionalidade delinea uma ecologia discursiva de carácter marcadamente reativo e processual, assente num modelo informativo de reduzida mediação editorial. A cobertura organiza-se segundo uma lógica declarativa típica do jornalismo de rotina, no sentido clássico proposto por Gaye Tuchman (1978), centrada predominantemente na circulação de enunciados políticos e na reprodução sequencial do processo legislativo, em prejuízo da construção de enquadramentos críticos ou interpretativos.

Este padrão torna-se particularmente nítido na distribuição dos estilos discursivos. Em 90% das peças analisadas, o registo informativo assume-se como dominante, sugerindo que o JN opera sobretudo enquanto veículo de transmissão passiva de acontecimentos e declarações. Neste sentido, o jornal integra-se no ecossistema mediático primordialmente enquanto retransmissor, mais próximo do que Timothy E. Cook (1998) caracteriza como um meio integrado na lógica institucional da política, mais do que como um ator autónomo de mediação pública. A informação é apresentada como sequência factual, com baixa intervenção jornalística ao nível da seleção, da contextualização e da problematização dos discursos em circulação.

Esta configuração estilística articula-se com dois indicadores empíricos particularmente reveladores: 49% das peças apresentam traços discursivos populistas e 81% evidenciam simbiose estrutural. Importa, contudo, esclarecer que a categoria de “simbiose estrutural” não corresponde a uma adesão editorial explícita ao populismo, nem implica qualquer alinhamento ideológico do meio com posições populistas. No âmbito desta investigação, a simbiose estrutural foi operacionalizada como a integração não problematizada de marcadores discursivos populistas no fluxo noticioso — isto é, situações em que tais elementos são reproduzidos sem contextualização crítica, contraditório substantivo ou reenquadramento alternativo. O critério distintivo não reside na mera presença de discurso populista, mas na sua circulação enquanto linguagem política legítima e não questionada no interior da narrativa jornalística.

À luz desta clarificação, os resultados indicam que o discurso populista se regista de forma naturalizada na rotina noticiosa, sendo desconsiderado enquanto objeto de problematização explícita, de reinscrição crítica ou de contracondicionamento analítico. A gramática populista circula como linguagem política legítima, incorporada no fluxo informativo sob a égide de uma presunção de neutralidade jornalística. A quase ausência de fontes especializadas — jurídicas, académicas ou da sociedade civil —, associada à presença predominante de atores políticos institucionais, acentua esta dependência discursiva e a permeabilidade do jornal às categorias semânticas produzidas no campo político. Este padrão aproxima-se do que Gianpietro Mazzoleni (2003) designa como *media populism*: não uma adesão editorial explícita ao populismo, mas uma convergência estrutural entre rotinas jornalísticas e gramáticas políticas simplificadoras,

que favorece a circulação e a legitimação do estilo populista enquanto linguagem política normalizada.

A elevada dependência da agência *Lusa* constitui um elemento estruturante desta ecologia mediática. Mais de 70% das peças analisadas têm origem direta em conteúdos de agência e, mesmo nos casos de produção própria, observa-se frequentemente a reprodução da mesma matriz declarativa e sequencial. A redação do JN apresenta-se amplamente subordinada ao fluxo informativo externo, com um papel sobretudo curatorial, circunscrito à reorganização, atualização ou ligeira expansão de conteúdos previamente estruturados segundo os critérios de noticiabilidade da agência.

Os escassos momentos de autoria jornalística autónoma revelam-se insuficientes para contrariar este padrão. A entrevista conduzida a Paulo Rangel, Ministro dos Negócios Estrangeiros, publicada a 19 de outubro, constitui um exemplo paradigmático: longe de se afirmar como instrumento interpretativo ou espaço de confronto discursivo, a peça funciona sobretudo como dispositivo de amplificação da voz do ator político. São aí veiculadas posições com traços populistas sem enquadramento crítico ou contextualização substantiva. A entrevista configura-se como um palco discursivo que reforça a dependência do jornal em relação às agendas políticas em circulação, ao invés de operar como mecanismo de mediação reflexiva.

Esta limitação torna-se particularmente evidente no caso do *Jornal de Notícias*. No *corpus* analisado, a opinião assume uma importância residual, correspondendo a apenas uma fração mínima das peças recolhidas, o que desde logo compromete a sua capacidade de inflexão estrutural sobre o sentido dominante da cobertura. A esta reduzida incidência quantitativa soma-se a ausência de continuidade serial: não se observa uma sequência regular de textos opinativos que acompanhe a controvérsia, a reinterprete de forma cumulativa ou que dispute, com consistência, a moldura informativa prevalecente; pelo contrário, a presença opinativa é esporádica e descontínua. Em paralelo, o *corpus* é amplamente dominado pelo formato noticioso e por um estilo informativo/neutro — o que confirma a prevalência de um regime declarativo centrado na reprodução de posições institucionais e partidárias. Neste contexto, os textos de opinião não adquirem massa crítica suficiente para reconfigurar o

enquadramento dominante, permanecendo periféricos face à lógica informativa estrutural do título.

Do ponto de vista teórico, esta arquitetura produtiva aproxima-se de um modelo cuja função principal reside na garantia de continuidade informativa e de previsibilidade narrativa, tal como descrito por Tuchman (1978). Simultaneamente, converge com o conceito de “gestor de conteúdos políticos” formulado por Esser e Strömbäck (2014): um meio cuja atividade se encontra fortemente subordinada ao ciclo político e à gestão do acontecimento. Neste enquadramento, é privilegiada a cronologia dos factos, a centralidade dos atores institucionais e a reprodução dos seus termos discursivos.

A atividade do JN orienta-se predominantemente para a circulação simbólica, mais do que para uma mediação ativa da informação. Ao privilegiar a transmissão declarativa e ao abdicar de funções interpretativas, o jornal contribui para a normalização passiva do discurso político dominante, incluindo as suas inflexões de natureza populista. Apesar de se apresentar sob o signo da neutralidade, este modelo de mediação tende a reproduzir de forma acrítica as assimetrias e simplificações próprias do campo político.

5.2.1. Enquadramentos e estilos dominantes

A cobertura do JN organiza-se em torno de um conjunto limitado de enquadramentos dominantes, cuja distribuição evidencia uma racionalidade informativa de natureza predominantemente estratégica e declarativa. O enquadramento político-estratégico destaca-se como eixo central e transversal: assume posição primária em 29% das peças e secundária em 95% dos casos. Esta presença, próxima de uma lógica de onnipresença, indica que o jogo político funciona como horizonte permanente de inteligibilidade e molda a leitura do tema, mesmo quando não ocupa formalmente a posição dominante na narrativa.

A este eixo acrescem o enquadramento cultural-identitário, dominante em 32% das peças e secundário em 34%, e o enquadramento securitário, igualmente relevante (24% como primário e 63% como secundário). Em conjunto, estes três enquadramentos — político-estratégico, identitário e securitário — configuram uma gramática discursiva centrada na disputa política, na pertença simbólica e na lógica do controlo. O resultado é a construção de um campo interpretativo relativamente estreito e intensamente

politizado: a Lei da Nacionalidade, enquanto objeto de confronto estratégico e de gestão da ordem, tende a sobrepor-se à problematização substantiva das suas dimensões social, jurídica ou ética.

O enquadramento legalista, embora ausente como eixo primário, apresenta uma presença secundária significativa (63%), sendo mobilizado sobretudo como instrumento de legitimação do discurso político dominante. O direito surge subordinado à lógica estratégica, enquanto suporte argumentativo *ex post* das posições em circulação, mais do que como arena de questionamento normativo ou de escrutínio constitucional da medida legislativa. Em contraste, os enquadramentos económico e humanitário apresentam uma expressão residual — primários em apenas 5% e 10% das peças, respetivamente. A sua quase inexistência enquanto eixos centrais da narrativa conduz a um vazio crítico relevante, na medida em que seriam precisamente estes enquadramentos a introduzir complexidade estrutural, social e ética na cobertura mediática da Lei da Nacionalidade. Esta marginalização sistemática reforça a hegemonia dos enquadramentos político-estratégico e securitário e limita severamente a capacidade do jornal para descentrar, problematizar ou desconstruir o discurso político dominante.

A centralidade do enquadramento político-estratégico é alimentada por confrontos parlamentares e pela reprodução recorrente de *soundbites* — “vender a alma ao Chega”, “há princípio de acordo” ou “diálogo com todos” — que ilustram a consolidação do que Hartley (1996) designa como “política da citação”. Ao reproduzir estas declarações sem lhes acrescentar camadas consistentes de contextualização, de análise ou de avaliação crítica, o JN tende a afirmar-se como um palco de enunciações desprovidas de densidade interpretativa.

O enquadramento económico, de expressão reduzida no *corpus* analisado, surge sobretudo em peças associadas à AIMA e à denominada “via verde” para vistos. Estrutura-se a partir de um léxico centrado na eficiência administrativa e na produtividade, materializado em indicadores como “800 vistos emitidos” ou “processos resolvidos”. Esta abordagem traduz uma forma de tecnocratização desumanizada da imigração: o fenómeno é apreendido prioritariamente através de métricas de

desempenho burocrático e de utilidade económica, por exclusão das dimensões sociais, éticas e experiencialmente vividas da cidadania.

A distribuição dos estilos discursivos, que consolida esta configuração, articula-se com a ideia de neutralidade performativa. O registo informativo domina de forma quase absoluta — assume posição primária em 90% das peças e secundário em 5% —, enquanto o emocional surge de modo pontual (7% como primário e 5% como secundário). Já o estilo moralizante, embora ausente enquanto eixo principal, apresenta-se como secundário em 32% dos casos. Este padrão aponta para uma retórica predominantemente factual, mas permeável a inflexões morais implícitas, frequentemente associadas à lógica populista — sobretudo, em narrativas centradas no controlo, na ordem e na responsabilização.

A recorrente transcrição literal de declarações — “Ventura disse...”, “Montenegro respondeu...” —, destituída de mediação analítica adicional, inscreve-se numa lógica de neutralidade meramente formal. Paradoxalmente, esta opção contribui para a reprodução e consolidação do discurso dominante, uma vez que a ausência de problematização crítica favorece a circulação naturalizada das categorias políticas em uso. A análise quantitativa corrobora esta articulação: as peças codificadas com enquadramento político-estratégico (29%) e securitário (24%) coincidem, em larga medida, com o predomínio do estilo informativo (93%).

A baixa expressão do estilo emocional e a ausência do estilo moralizante enquanto eixos primários sugerem que a legitimação discursiva no JN se processa sobretudo através da objetividade aparente e da rotina jornalística automatizada. A normalização do populismo processa-se por via da neutralidade procedimental, da repetição e da economia declarativa do noticiário — um processo de legitimação discreto, mas estruturalmente eficaz.

5.2.2. Traços de populismo e normalização estrutural

A análise lexical revela que o populismo se apresenta como uma dimensão estruturalmente incorporada na cobertura da Lei da Nacionalidade, emergindo maioritariamente por via da reprodução do discurso político. O léxico populista manifesta-se sobretudo como linguagem circulante, incorporada no fluxo noticioso através da transcrição declarativa.

Entre os traços populistas mais recorrentes destacam-se quatro conjuntos semânticos principais: (i) dicotomizações moralizantes, que opõem implicitamente “quem deve” e “quem não deve” pertencer à comunidade política (“quem deve cá estar”, “leis de desgraça”); (ii) expressões de nacionalismo moral (“Portugal fica mais Portugal”); (iii) a ativação de um imaginário securitário centrado no controlo, na ameaça e na desordem (“endurecer regras”, “controlo”, “caos migratório”); e (iv) mecanismos de deslegitimação das elites políticas, frequentemente materializados em insultos ou juízos depreciativos (“vígaro”, “erro histórico”). Estes marcadores surgem maioritariamente em textos provenientes da agência *Lusa* ou em peças da própria redação que se limitam à reprodução literal de declarações, sem filtragem interpretativa, contextualização crítica ou contracitação substantiva.

Um segundo padrão, particularmente relevante do ponto de vista analítico, refere-se à normalização do populismo através de uma neutralidade formal. O indicador empírico mais expressivo deste processo reside na elevada incidência da categoria de simbiose estrutural, atribuída sempre que o léxico populista é integrado no relato jornalístico sem esforço de problematização ou de reenquadramento alternativo. Esta categoria, que abrange 88% das peças analisadas, evidencia que o populismo circula por via da institucionalização rotineira do discurso político.

Transposto para a gramática profissional do jornalismo, o padrão identificado indica que o estilo populista beneficia de uma legitimação implícita, decorrente da aparência de objetividade e da adesão estrita ao cânone declarativo. A neutralidade formal, quando associada à ausência sistemática de problematização crítica ou de pluralização de fontes, pode operar como mecanismo de normalização discursiva. Não se trata de sustentar que a objetividade jornalística seja, em si mesma, populista, mas de observar que, neste

corpus específico, a reprodução declarativa de marcadores populistas ocorre predominantemente sem dispositivos de distanciamento analítico — e que esta circunstância favorece a sua estabilização enquanto linguagem política ordinária.

A distinção entre textos derivados da agência *Lusa*, peças produzidas pela redação do JN e artigos de opinião aprofunda esta interpretação. Nas peças assinadas pela *Lusa* observa-se um populismo de circulação automática: num registo ultra-informativo, são transcritas declarações de atores políticos com traços populistas — como ilustram declarações de André Ventura, de Leitão Amaro (Ministro da Presidência) ou de Luís Montenegro (Primeiro-Ministro) — sem contextualização histórica, mediação interpretativa ou hierarquização crítica. Por seu turno, as notícias produzidas pela redação do *Jornal de Notícias* configuram um populismo neutralizado, ainda que não plenamente desativado. Embora preservem a matriz estilística da agência, introduzem extensões pontuais de contexto institucional — referências a processos legislativos, fases negociais ou posições partidárias — que, contudo, não se traduzem em problematização crítica, enquadramento histórico ou avaliação normativa. Sempre que o jornal mobiliza voz própria, tende a reforçar a lógica estratégica do jogo político e, ainda que reduza a incidência de marcadores populistas explícitos em relação à *Lusa*, acaba por lhes conferir maior legitimidade simbólica ao tratá-los como expressões ordinárias e expectáveis do funcionamento democrático.

A análise lexical confirma esta configuração discursiva. O núcleo semântico dominante é composto por categorias institucionais e estatais — “lei” (262), “nacionalidade” (216), “governo” (143) — e por nomenclaturas partidárias, como “PS” (121), “PSD” (94) ou “Chega” (122), que praticamente eclipsam referências de natureza social, humanitária ou cidadã. Esta centralidade lexical articula-se com o carácter processual, declarativo e institucionalista da cobertura, fortemente centrada em atores políticos, procedimentos e rotinas formais, em detrimento dos impactos sociais e das dimensões experiencialmente vividas associadas à Lei da Nacionalidade.

A elevada frequência do verbo “disse”, em destaque na Figura 4, constitui um indicador adicional da hegemonia da lógica de transcrição. Por contraponto, a quase total ausência de terminologia associada a direitos humanos, integração social ou experiências de cidadania acentua o carácter desumanizador da cobertura, em consonância com a

predominância dos enquadramentos político-estratégico e securitário identificados na análise codificada.



Figura 4 — Nuvem de palavras da cobertura do Jornal de Notícias sobre a Lei da Nacionalidade, reveladora da centralidade de categorias institucionais e partidárias e da integração naturalizada do léxico político no fluxo informativo, em consonância com um regime de normalização procedimental do discurso populista.

5.2.3. Notícias recomendadas e amplificação invisível dos enquadramentos

A análise das notícias recomendadas na versão digital do *Jornal de Notícias* evidencia um mecanismo discursivo central para a compreensão da sua ecologia informativa digital: a produção sistemática, no limiar de cada peça, de um ambiente interpretativo marcado pela intensificação dos enquadramentos securitários e identitários. Embora estes conteúdos não integrem formalmente o corpo das notícias, os títulos e chamadas inseridos no *feed* de continuidade assumem uma função estruturante na orientação semântica da leitura. O consumo noticioso aproxima-se de uma experiência de *scroll* contínuo, em que a distinção entre a unidade noticiosa individual e o fluxo discursivo agregado se torna progressivamente difusa (Boczkowski & Mitchelstein, 2013; Thorson & Wells, 2016).

Do ponto de vista empírico, verifica-se que em mais de 70% dos casos os títulos recomendados mobilizam um léxico densamente conotado com ameaça, controlo e

identidade nacional — “estrangeiros ilegais”, “crimes graves”, “defender os nossos valores”, “governo endurece regras” ou “crise migratória”. Mesmo quando o corpo principal da notícia adota um tom informativo, neutro e declarativo, estas recomendações funcionam como uma camada semântica suplementar — reforçam enquadramentos securitários e identitários, enquanto projetam uma leitura potencialmente polarizada dos fenómenos migratórios. Este desfasamento entre a neutralidade textual da peça individual e a carga ideológica dos elementos periféricos confirma que a produção de sentido se distribui ao longo de toda a arquitetura editorial digital.

Este mecanismo revela-se compatível com o que Natalie Jomini Stroud (2011) conceptualiza como “exposição estruturada”: padrões de contacto informativo que, mesmo na ausência de uma intenção editorial explícita, orientam a interpretação do leitor ao favorecer a recorrência de conteúdos semanticamente congruentes. Ao configurarem um horizonte de plausibilidade interpretativa, estas recomendações predispõem a leitura do texto central, que enquadram num ambiente discursivo previamente saturado por determinadas categorias e associações simbólicas.

Importa sublinhar que estas recomendações se integram no próprio fluxo noticioso e são percecionadas como continuidade lógica da cobertura. Operam, deste modo, como uma forma de *agenda-setting* secundário (Shoemaker & Vos, 2009): um processo silencioso, cumulativo e particularmente eficaz, na medida em que estende a hierarquização temática do jornal para além da peça individual. Este efeito contribui para a formação do que pode ser entendido como “notícias de ambiente”: um contexto discursivo agregado que orienta a leitura através da repetição, da proximidade semântica e da coerência aparente entre títulos sucessivos.

Num ecossistema digital marcado pela fragmentação da atenção e por práticas de navegação descontínuas, os elementos periféricos da notícia — títulos, imagens, hiperligações e pré-visualizações — assumem um papel ativo na construção do sentido, como “sinais contextuais” que conduzem a perceção e a interpretação mesmo antes da leitura integral do texto (Hermida, 2010). Um exemplo particularmente ilustrativo, ilustrado pela Figura 5, observa-se em peças cujo corpo textual adota um registo moral ou humanitário em defesa dos imigrantes. As recomendações imediatamente

subsequentes — “Centenas de imigrantes pedem ‘documentos para todos’” ou “100 mil processos vão ser entregues à PSP” — reativam um léxico securitário e evocam imagens de controlo policial e administrativo. Sem contradizerem explicitamente o conteúdo principal, estas chamadas reinscrevem a leitura num quadro de vigilância, de gestão e de potencial ameaça.



JN/Agências

O presidente da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) citou Jesus Cristo, esta sexta-feira, para dizer que não considera católicos quem se afirma crente e tem um discurso contra os imigrantes e contra o acolhimento.

Relacionados

- AIMA emitiu 800 vistos para trabalhadores agrícolas
- Centenas de imigrantes em frente ao Parlamento pedem "documentos para todos"
- Mais de 100 mil processos sobre retorno de imigrantes vão ser entregues à PSP

Figura 5 — Exemplo de notícias recomendadas no Jornal de Notícias, que evidencia como os elementos periféricos da notícia funcionam como sinais contextuais que reativam enquadramentos securitários e administrativos, orientando a interpretação do leitor para um quadro de vigilância, gestão e potencial ameaça.

Deste modo, as notícias recomendadas pelo *Jornal de Notícias* integram plenamente a infraestrutura semiótica da produção de sentido. Funcionam como dispositivos de enquadramento cumulativo que, ao reforçarem sistematicamente categorias securitárias e identitárias, reconfiguram o contexto interpretativo disponível e orientam leituras prováveis. É concebível que estes elementos contribuam para a normalização silenciosa de narrativas compatíveis com o discurso populista, mesmo quando o texto noticioso preserva uma aparência de neutralidade formal (Haim, Graefe & Brosius, 2018). O efeito produzido — ainda que distante da imposição explícita de uma leitura — aproxima-se da construção gradual de um horizonte de plausibilidade em que determinados significados se tornam familiares, expectáveis e socialmente legíveis.

Esta dissociação entre o texto central e a sua periferia discursiva denota um mecanismo de normalização indireta: a neutralidade editorial coexiste com um ambiente semântico saturado por referências à ameaça, ao controlo e à identidade nacional. A ecologia informativa digital é também construída, de forma decisiva, por camadas contextuais automatizadas que operam como enquadramento periférico recorrente e que reforçam associações temáticas e semânticas. Tais elementos tendem a esbater, no plano do consumo acelerado em *feed*, a distinção prática entre informação factual e enquadramentos de natureza avaliativa.

A neutralidade formal do *Jornal de Notícias* não apenas permite, como pode até mesmo favorecer a consolidação de uma infraestrutura discursiva compatível com a lógica populista. Com efeito, a dimensão ideológica desloca-se para a periferia do texto e apresenta-se sob a forma de curadoria automática, aparentemente técnica, mas politicamente consequente. A ambientação semântica produzida por esta arquitetura cria condições estruturais propícias à normalização de leituras alinhadas com a lógica populista, resultantes da interseção entre rotinas jornalísticas, arquitetura editorial digital e mecanismos automatizados de recomendação.

Saliente-se que estas inferências dizem respeito a propriedades observáveis da arquitetura editorial — contiguidade temática, repetição e saliência periférica —, e não a efeitos cognitivos diretamente mensurados. O estudo não mobiliza dados de receção nem analisa o impacto das notícias sobre atitudes ou perceções dos leitores; descreve, por outro lado, condições de possibilidade de orientação interpretativa.

5.2.4. Correlações discursivas e padrões de normalização

No *Jornal de Notícias*, as questões relativas à constitucionalidade e à retroatividade da Lei da Nacionalidade surgem de forma marginal e episódica, evocadas exclusivamente por atores políticos e não assumidas enquanto objeto autónomo de problematização jornalística ou de enquadramento jurídico. Este padrão empírico corresponde, com particular precisão, ao fenómeno que Mazzoleni (2008) designa como “populismo mediático por normalização”: a incorporação não reflexiva de gramáticas populistas no seio das rotinas profissionais do jornalismo, que as reproduzem enquanto discurso legítimo sem as reconhecerem explicitamente como tal.

Neste enquadramento, a simbiose populista no *Jornal de Notícias* assume um carácter marcadamente estrutural. Os dados revelam que esta forma de congruência ocorre em 88% das peças analisadas, pelo que constitui o indicador mais robusto de normalização populista no interior da cobertura. Este resultado aponta para uma integração silenciosa e progressiva do populismo na própria arquitetura noticiosa, ao ponto de se tornarem difusas as fronteiras entre discurso político e prática jornalística. A repetição, a rotina e a ausência de distanciamento analítico concorrem para a estabilização de categorias discursivas populistas como linguagem política legítima (Krämer, 2014; Wodak, 2015).

A simbiose instrumental apresenta igualmente valores elevados (66%), embora a exposição ao discurso populista decorra, em grande medida, de imperativos de atualidade e de relevância noticiosa. Ainda assim, logo que desprovida da filtragem crítica indispensável a uma mediação jornalística consistente, esta exposição tende a produzir efeitos análogos aos da simbiose estrutural — o reforço da circulação acrítica de categorias populistas. Por contraste, a simbiose conflituosa surge de forma claramente minoritária (39%): o *Jornal de Notícias* raramente confronta, questiona ou problematiza explicitamente o populismo.

A análise lexical e a codificação dos enquadramentos sugerem uma cobertura estruturada em torno da articulação entre identidade, controvérsia político-institucional e, em menor grau, segurança. Os enquadramentos primários mais frequentes são o cultural-identitário (31,7%), o político-estratégico (29,3%) e o securitário (24,4%), ao passo que o estilo informativo/neutro domina 90,2% das peças, conferindo aos conteúdos uma aparência de neutralidade procedimental. Neste quadro, a recorrência de vocabulário associado a estrangeiros, imigrantes, pena, naturalização e segurança aponta para uma gramática orientada para a regulação, a pertença e a sanção, ainda que não exclusivamente securitária. Os contra-discursos de natureza jurídica e humanitária não estão ausentes, mas assumem uma centralidade estrutural inferior face aos enquadramentos identitários e político-estratégicos.

Nas fases mais tardias do recorte temporal observa-se o surgimento pontual de vozes alternativas — associações de imigrantes, cidadãos diretamente afetados ou representantes estrangeiros. Todavia, estas intervenções são quase exclusivamente integradas numa lógica burocrático-institucional — pedidos de veto, audiências formais,

procedimentos administrativos —, não adquirindo capacidade disruptiva face à hegemonia securitária dominante nem assumindo presença primordial nas peças em que são convocadas. A sua presença, embora relevante, não se firma como estruturante e é tendencialmente absorvida pelas rotinas procedimentais do noticiário.

O comportamento do enquadramento legalista revela-se particularmente esclarecedor. Embora ausente enquanto eixo primário, surge como secundário em 63% das peças e co-ocorre com a simbiose estrutural em 76% dos casos. Este padrão indica que, sempre que o *Jornal de Notícias* mobiliza a retórica jurídica, o faz predominantemente para reforçar — e não para contrariar — o discurso populista, ao qual confere uma aura acrescida de legitimidade institucional. Da instrumentalização do direito como retórica de validação resulta um processo de normalização discursiva por via da juridificação: o populismo é apresentado como compatível com a gramática da legalidade e, por conseguinte, como parte integrante e aceitável do jogo político democrático. Estas correlações discursivas demonstram que, no *Jornal de Notícias*, o populismo se impõe através de um regime de normalização procedimental sustentado pela rotina jornalística, pela neutralidade formal e pela dependência de fontes institucionais. A cobertura contribui para a consolidação de uma ecologia discursiva em que a gramática populista se estabiliza de forma integrada e estrutural, capaz de moldar os termos do debate público sem necessidade de imposição explícita.

Torna-se pertinente distinguir entre legitimação ideológica ativa e legitimação estrutural decorrente da rotina — sendo esta última aquela que o presente estudo identifica predominantemente. Não se observam indícios de editorialização pró-populista; o que se verifica é a integração rotineira de categorias discursivas produzidas no campo político, cuja repetição e ausência de enquadramento alternativo favorecem a naturalização desta gramática.

5.3. *Correio da Manhã*: securitização, neutralidade performativa e integração discursiva

O *Correio da Manhã* (CM), com um total de 108 peças publicadas sobre a Lei da Nacionalidade, configura uma ecologia discursiva de carácter marcadamente reativa e processual, orientada pela lógica do acontecimento e pela reprodução de declarações de

atores políticos. A elevada dependência da agência *Lusa* — responsável, total ou parcialmente, por cerca de 85% das peças analisadas — consolida um modelo de jornalismo de rotina que se limita a acompanhar a agenda institucional, sem exercer de forma consistente funções de problematização, enquadramento crítico ou reconfiguração do debate público (Tuchman, 1978).

A cobertura do jornal distingue-se pela clara hegemonia do enquadramento securitário, que assume posição primária em 50% das peças. A imigração e a nacionalidade são predominantemente configuradas como questões de ordem, de controlo e de ameaça. Os enquadramentos cultural-identitário (16%), humanitário (14%) e político-estratégico (15%) surgem com expressão inferior, enquanto o económico permanece residual (5%) e o legalista é praticamente inexistente enquanto eixo primário (1%). Importa notar que, embora raramente ocupem a posição dominante, os enquadramentos político-estratégico e legalista emergem como dimensões secundárias em 84% e 83% das peças, respetivamente. Esta presença transversal funciona como uma moldura institucional de legitimação que confere à narrativa securitária uma acrescida aparência de racionalidade política e jurídica. O efeito combinado traduz-se na naturalização da securitização: a ameaça é apresentada como dado objetivo, posteriormente validado pela ordem institucional e legal.

A produção jornalística do *Correio da Manhã*, estruturalmente limitada e fortemente dependente da agência noticiosa, reforça esta lógica rotineira e reativa. O jornal acompanha a agenda política em circulação, em vez de a definir, e posiciona-se sobretudo como um vetor de circulação discursiva. A sua intervenção no espaço público assume um carácter amplificador — ou seja, de matriz não interpretativa — que opera como prolongamento e, em certos casos, intensificação de enquadramentos já estabilizados no campo político.

Do ponto de vista estilístico, confirma-se a hegemonia do estilo informativo, dominante como registo primário em 93% das peças, por contraste com a expressão residual dos estilos emocional (1%), populista (3%) ou analítico (4%) enquanto eixos principais. No entanto, a consideração conjunta dos estilos primário e secundário revela que o modelo analítico está presente em 66% das peças, enquanto o emocional surge em 37%, ainda que de forma subordinada. Este dado sugere a existência de tonalidades éticas e

moralizantes subtis que atravessam o discurso sob a aparência de neutralidade factual. A produção de juízos implícitos ocorre como uma camada semântica latente, sem influência formal na hierarquia editorial, mas com potencial relevância na orientação interpretativa.

As simbioses discursivas entre atores populistas e o meio de comunicação, entendidas como relações de benefício mútuo (Mazzoleni & Schulz, 1999), revelam-se particularmente visíveis neste conjunto. A simbiose conflituosa manifesta-se em 27% das peças, a instrumental em 36% e a estrutural em 43%. Este padrão reflete-se num estilo jornalístico pouco confrontacional, mas fortemente estrutural e instrumental, em que o discurso populista é incorporado como elemento integrante da rotina noticiosa. Em vez de constituir objeto de escrutínio crítico, o estilo populista tende a ser normalizado através da repetição, da neutralidade formal e da sua inserção sistemática em enquadramentos securitários reforçados por referências institucionais e jurídicas.

Neste quadro, o *Correio da Manhã* afirma-se como um agente privilegiado de securitização mediática, que contribui decisivamente para a consolidação de uma ecologia discursiva em que a imigração e a nacionalidade são progressivamente cristalizadas como questões de segurança e de ordem pública. O processo assenta numa articulação subtil entre uma neutralidade meramente performativa, uma dependência estrutural de fontes institucionais e a mobilização recorrente de enquadramentos jurídico-políticos de carácter secundário — cuja combinação favorece a normalização deste regime interpretativo. A distinção proposta por Mouffe (2013) revela-se, uma vez mais, heurística: o que se observa no *Correio da Manhã* aproxima-se de uma deriva antagonística, na qual o desacordo político é reconfigurado como oposição moral entre campos inconciliáveis. A presença dominante do enquadramento securitário, associado à ativação de categorias morais de exclusão simbólica, configura um padrão discursivo compatível com a lógica populista.

5.3.1. Traços de populismo e moralização discursiva

Embora o *Correio da Manhã* seja amplamente identificado, no plano macromediático, como um jornal alinhado com padrões de tabloidização e de sensacionalismo (Hallin & Mancini, 2004), esta inclinação não se manifesta de forma ostensiva no *corpus* analisado.

Tal constatação resulta, em grande medida, do próprio filtro metodológico: ao circunscrever a análise a conteúdos estritamente noticiosos indexados à palavra-chave Lei da Nacionalidade, privilegiam-se peças de rotina institucional, menos propensas à exploração explícita do escândalo, da dramatização visual ou da personalização extrema — traços tipicamente associados ao sensacionalismo formal. Todavia, esta aparente atenuação do sensacionalismo não corresponde à sua ausência; em lugar de um sensacionalismo de forma, observa-se a emergência de um sensacionalismo de natureza moral, ancorado na normativização da política e na conversão de categorias administrativas em juízos de valor.

Esta forma de tratamento não amplifica o escândalo enquanto evento excecional, mas moraliza a própria norma: categorias como “segurança”, “controlo” e “ordem”, apresentadas como bens intrinsecamente valiosos, convertem o debate sobre cidadania e nacionalidade num drama moral da comunidade política. Aproxima-se, assim, do que Mazzoleni (2008) considera “populismo moral”: uma modalidade discursiva que dramatiza o conflito político como oposição entre o bem e o mal sociais, em substituição do dissenso legítimo entre posições por uma lógica moralizante de exclusão simbólica. Este padrão evidencia a produção de uma emoção difusa e ambiental que se manifesta pela construção cumulativa de um clima afetivo persistente de ameaça, de urgência e de vigilância — e não necessariamente através de momentos explícitos de indignação.

Neste sentido, o *Correio da Manhã* mobiliza um sensacionalismo funcional — não ostensivo nem espetacularizado — que atua sob a aparência de neutralidade informativa. Como consequência, e tal como evidencia a Figura 6, emerge uma moralização estrutural do debate público. A centralidade de termos como “nacionalidade”, “lei”, “governo”, “estrangeiros” e “crimes” organiza um campo semântico que associa recorrentemente cidadania, controlo e punição. Estas associações adquirem plausibilidade discursiva através da repetição e da proximidade lexical, que convergem num efeito de naturalização semântica.



Figura 6 — Nuvem de palavras da cobertura do Correio da Manhã sobre a Lei da Nacionalidade, reveladora da centralidade de um léxico securitário e político-partidário e da associação recorrente entre imigração, controlo e ordem, compatível com um regime de sensacionalismo moral sob a aparência de neutralidade informativa.

A sobre-representação de determinados atores políticos reforça estas inferências. O partido *Chega* surge com 251 menções, significativamente acima das 151 referências ao *Partido Socialista* (PS). Outras forças parlamentares de esquerda registam uma frequência residual: o *Bloco de Esquerda* surge com apenas oito referências; o *Livre* e o *Partido Comunista Português* estão totalmente ausentes. No plano das lideranças, André Ventura é mencionado 112 vezes, ao passo que José Luís Carneiro, secretário-geral do PS, surge apenas 55 vezes, não sendo conferida visibilidade expressiva a dirigentes de outras formações políticas à esquerda. Este padrão de visibilidade lexical está alinhado com a lógica de enquadramento previamente identificada: o *Chega* emerge como principal agente discursivo da securitização e como produtor ativo da gramática da ameaça, enquanto o PS é colocado numa posição predominantemente reativa e associado a enquadramentos humanitários ou garantísticos.

A nuvem de palavras confirma ainda que o alinhamento securitário resulta de uma arquitetura de visibilidade discursiva — quem é referido, com que frequência e em que papéis semânticos. A distribuição desigual da atenção mediática contribui para a

consolidação de determinados atores como referências centrais do debate, enquanto outros são silenciados ou marginalizados.

Perante estes dados, o *Correio da Manhã* não necessita de recorrer a formas explícitas de sensacionalismo para produzir efeitos de dramatização política. A sua intervenção discursiva assenta numa economia moral da visibilidade, operada através da repetição, da hierarquização seletiva de atores e da associação sistemática entre imigração e segurança. Trata-se de um sensacionalismo de natureza sofisticada, compatível com as lógicas de sentido do jornalismo de matriz sensacionalista, que produz efeitos interpretativos compatíveis com a lógica populista precisamente por se apresentar sob a forma de neutralidade informativa e de rotina noticiosa.

5.3.2. Enquadramentos e estilos dominantes

A análise cruzada dos dados evidencia associações consistentes e sistemáticas entre os tipos de enquadramento, os estilos discursivos e o grau de simbiose populista na cobertura do *Correio da Manhã*. Estes padrões revelam uma arquitetura discursiva coesa, em que a seleção de enquadramentos condiciona de forma direta os modos de enunciação jornalística e os mecanismos de integração do discurso populista.

O enquadramento securitário, dominante enquanto eixo primário em metade das peças analisadas, apresenta uma correlação quase total com o estilo informativo: 94% das notícias enquadradas sob esta lógica são redigidas neste registo. Paralelamente, este enquadramento associa-se às simbioses estrutural (70%) e instrumental (60%), que surgem apenas de modo residual em articulação com a simbiose conflituosa (27%). Confirma-se a já referida presença de um padrão de cobertura não contestatório, pautado pela retransmissão e pela institucionalização do discurso político sobre imigração, segurança e nacionalidade. Constitui, a este propósito, um caso paradigmático de neutralidade performativa (Couldry, 2012): a aparência de objetividade colocada ao serviço da gramática dominante do poder, sem que se constitua objeto de escrutínio crítico.

Nos enquadramentos político-estratégico e legalista observa-se uma dinâmica convergente. Quando o enquadramento político-estratégico é ativado, as simbioses estrutural e instrumental atingem, respetivamente, 46% e 36% das peças, enquanto a

simbiose conflituosa se mantém em níveis reduzidos (cerca de 25%). No caso do enquadramento legalista, verifica-se uma tendência semelhante: 39% de simbiose estrutural e 34% de simbiose instrumental, com a simbiose conflituosa estabilizada em torno dos 27%. Esta regularidade indica que tanto o processo político como o discurso jurídico são predominantemente mobilizados como dispositivos de legitimação institucional, mais do que como vetores de problematização crítica ou de questionamento normativo. No *Correio da Manhã*, o legalismo funciona sobretudo como retórica de reafirmação da ordem e da autoridade, em contraste com o *Expresso*, onde a juridificação tende a operar como mecanismo de conflito reflexivo e de escrutínio argumentativo.

O enquadramento humanitário introduz um perfil discursivo parcialmente distinto. Quando surge como enquadramento primário — em 14% das peças —, observa-se um aumento expressivo da simbiose conflituosa, cuja ascensão a 40% propicia maior fricção moral e intensificação narrativa. Adicionalmente, em todas as peças com enquadramento humanitário estão presentes os estilos moralizante ou analítico, quer como registo primário, quer como secundário. Este padrão evidencia que a humanização do tema convoca inevitavelmente dimensões éticas e normativas, mesmo quando subsiste a hegemonia do estilo informativo enquanto eixo estruturante da narrativa.

Ainda assim, esta abertura à emoção e à ética permanece fortemente condicionada. A humanização opera de forma controlada e circunscrita, integrada numa matriz discursiva dominada pela neutralidade formal e pela rotina declarativa. Emoção e moralidade são admitidas, mas domesticadas, não se traduzindo numa reconfiguração estrutural da cobertura nem numa deslocação consistente dos enquadramentos securitários e estratégico-institucionais. Este padrão confirma que, no *Correio da Manhã*, a articulação entre enquadramentos e estilos discursivos tende a favorecer a normalização do populismo por via da neutralidade procedimental. A securitização, o legalismo e a estratégia política são apresentados como domínios tecnicamente administráveis e factualmente neutros, enquanto as dimensões éticas e humanitárias permanecem subordinadas e controladas. A mediação jornalística assume um papel central na estabilização de gramáticas populistas pela sua integração funcional nas rotinas informativas quotidianas.

Cumpre sublinhar que a emoção mobilizada neste contexto não constitui, por si só, um indício de populismo; torna-se politicamente relevante quando estruturada segundo uma gramática recorrente de ameaça. Como argumenta Papacharissi (2015), os afetos no espaço público digital não são intrinsecamente democráticos nem populistas; a organização narrativa e a inscrição nas infraestruturas mediáticas são os fatores que determinam os seus efeitos políticos.

5.3.3. *Autoria jornalística e intensidade discursiva*

No *corpus* analisado, 85% das notícias publicadas pelo *Correio da Manhã* sobre a Lei da Nacionalidade têm origem na agência *Lusa* — seja como fonte exclusiva, seja em regime de co-autoria —, ao passo que apenas 15% correspondem a produção jornalística de autoria própria. Esta assimetria quantitativa projeta-se numa clivagem qualitativa estrutural no modo como o tema é discursivamente construído e evidencia a coexistência de dois regimes narrativos distintos no interior do mesmo meio.

Nas peças assinadas exclusivamente pela *Lusa*, o CM assume predominantemente a função de canal de retransmissão informativa. Inseridas num regime de neutralidade procedimental, estas notícias apresentam o enquadramento humanitário como dominante (41%), acompanhado por uma quase hegemonia do estilo informativo (97%). Os níveis de conflitualidade discursiva são reduzidos: a simbiose conflituosa ocorre em apenas 27% das peças, enquanto as simbioses estrutural (40%) e instrumental (35%) prevalecem. Este padrão traduz uma integração passiva do discurso político, em que a informação é reproduzida sem contextualização crítica, o populismo circula por inércia discursiva e a emoção é substituída pela ritualização da neutralidade jornalística. Configura-se um populismo de baixa intensidade performativa, sustentado menos pela dramatização do conteúdo do que pela ausência de mediação interpretativa.

O cenário altera-se de forma substantiva tanto nas peças de autoria própria do jornal, como naquelas em que se apresenta em regime co-autoria com a *Lusa*. Nestes casos, o enquadramento humanitário sofre uma redução significativa (19%), enquanto os enquadramentos moralizante e analítico ganham expressão (31%). A cobertura incorpora uma lógica de dramatização normativa, organizada em torno de categorias como segurança, ordem e pureza social, que são convertidas em valores centrais da

comunidade política. Esta inflexão discursiva aproxima-se do que pode ser descrito como populismo mediático por dramatização: a neutralidade formal deixa de operar como mecanismo de distanciamento, para funcionar como veículo de emoção moral (Mazzoleni, 2008).

Deste modo, enquanto os textos assinados em exclusivo pela *Lusa* se caracterizam por uma inércia contextual e analítica, as peças produzidas direta ou parcialmente pelo *Correio da Manhã* distinguem-se por uma performance discursiva ativa. A moralização tende a substituir o distanciamento crítico e a objetividade jornalística converte-se em instrumento de legitimação simbólica. O jornal reinscreve o discurso populista numa gramática ética e securitária que transforma matérias informativas em narrativas de responsabilidade, de vigilância e de controlo social. Verifica-se um padrão consistente: o *Correio da Manhã* revela maior intensidade populista quando intervém diretamente na produção noticiosa — seja de forma autónoma, seja associado à agência *Lusa* — e mantém uma neutralidade formal quando atua como mero retransmissor da agência.

Embora o estilo informativo permaneça dominante, as peças marcadas pela autoria do CM introduzem de forma recorrente um léxico dotado de elevada carga normativa, por via de termos como “regulada”, “controlo”, “falhas graves”, “ineficiência”, “caos”, “ondas de pedidos”, “entradas irregulares”, “ameaça”, “limpar processos” e “endurecer regras”. Este vocabulário, simultaneamente avaliativo e prescritivo, ajuíza moralmente o fenómeno migratório e constrói uma narrativa na qual o Estado é chamado a corrigir desvios e a restaurar a ordem. Tal paradigma, que se afirma como eixo estruturante da cobertura e converte o jornalismo num dispositivo de legitimação de respostas punitivas, conduz a uma fusão simbólica entre imigração, desordem e risco social.

5.3.4. Notícias recomendadas e reforço simbólico da securitização

As notícias recomendadas assumem um papel central na economia discursiva digital do *Correio da Manhã*, enquanto mecanismo de prolongamento semântico e interpretativo da peça principal. Mesmo quando o texto noticioso adota um registo informativo de aparente neutralidade — e, neste plano, não mobiliza explicitamente dispositivos populistas —, o leitor é rapidamente inserido numa cadeia de leitura lateral que associa

nacionalidade, imigração e cidadania a categorias como crime, ameaça, falência administrativa ou descontrolo estatal.

O padrão empírico observado, de natureza sistemática e recorrente, pode ser estruturado em torno de três eixos principais. Em primeiro lugar, destacam-se recomendações centradas em atrasos, falhas ou situações de “caos” administrativo, que reforçam a imagem de ineficiência estrutural do Estado. Em segundo lugar, emergem conteúdos associados à criminalidade, à violência, a expulsões ou a declarações securitárias, promotoras de uma personalização política da ameaça. Em terceiro lugar, observa-se a ativação reiterada de um léxico avaliativo negativo — “negativa”, “alertas”, “críticas”, “rutura”, “envio para o Tribunal Constitucional” — que projeta um horizonte interpretativo marcado pela ideia de crise permanente.

Estas escolhas editoriais operam como camadas cumulativas e articuladas de produção de sentido que orientam a leitura global do tema para um quadro de desordem, de risco e de falência institucional. O *Correio da Manhã* organiza o ambiente adjacente à notícia como um dispositivo de enquadramento lateral, em que o sentido resulta da concertação entre a peça principal, as hiperligações e os conteúdos sugeridos. Está em causa um mecanismo de *framing* por contiguidade, em que o significado decorre da proximidade discursiva entre conteúdos.

A Figura 7 revela-se particularmente elucidativa na demonstração deste processo. Partindo de uma notícia formalmente neutra sobre pedidos de audiência ao Presidente da República — enquadrada num registo institucional e procedimental —, o leitor é confrontado com um conjunto de recomendações que deslocam de forma significativa o foco interpretativo. Embora não incidam diretamente sobre o diálogo institucional, estas peças ativam temas como pressão comunitária, disputa por recursos públicos, caos administrativo e externalização da responsabilidade social. O título “Famílias desesperam com falta de vagas nas creches”, precedido por outros dois conteúdos relacionados com a imigração, sugere implicitamente que a presença de imigrantes constitui um fator de sobrecarga e disfunção sistémica.



Figura 7 — Exemplo de notícias recomendadas no Correio da Manhã, reveladora de como, a partir de uma notícia formalmente neutra, os conteúdos periféricos deslocam o foco interpretativo ao ativar temas de pressão social, escassez de recursos e disfunção administrativa, reinscrevendo a leitura num quadro de vigilância e ameaça latente.

Este mecanismo dispensa, ao nível da formulação textual explícita, a imputação direta de culpa ou de ameaça. A associação opera antes como um convite inferencial sustentado pela justaposição semântica e pela recorrência temática. Deste modo, o *Correio da Manhã* constrói um ambiente discursivo de natureza securitária em que a imigração é enquadrada como problema estrutural, mesmo quando o texto principal preserva uma aparência de neutralidade informativa. As recomendações funcionam como infraestruturas de sentido no plano editorial: estruturam um percurso de navegação e reforçam, por contiguidade, determinadas associações temáticas.

Este tipo de enquadramento lateral, sobre o qual não são aqui tecidas considerações de intencionalidade, corresponde a uma forma sofisticada de populismo mediático, orientada para a normalização do discurso securitário por via da arquitetura editorial digital. A literatura tem descrito este fenómeno como uma “cascata informacional”, na qual a interpretação da notícia é progressivamente moldada pela sequência editorial apresentada ao leitor durante a navegação (Thorson, 2016). Os conteúdos recomendados produzem um efeito de “corredor cognitivo”, em que o utilizador tende a seguir o fluxo disponibilizado pelo meio (Messing & Westwood, 2014).

Esta prática aproxima o *Correio da Manhã* de um operador mediático de *crimmigration* (Stumpf, 2006), entendido como a fusão conceptual e narrativa entre crime e imigração, ainda que tal associação seja consistentemente contrariada pelo quadro empírico disponível no plano da segurança (Sistema de Segurança Interna [RASI], 2025). Mesmo quando o conteúdo central se limita a dimensões técnicas — processos administrativos, revisões legislativas ou debates parlamentares —, a presença sistemática de notícias recomendadas centradas na criminalidade, na violência, na ineficiência estatal ou na disputa por recursos públicos reconfigura o campo da cidadania e da nacionalidade como domínio securitário. Não é necessário que o jornal afirme explicitamente que a imigração é uma ameaça; a contiguidade recorrente com conteúdos que evocam ansiedade social pode criar condições estruturais para a formação de associações semânticas entre imigração, risco e ordem pública, por via da repetição e da saliência no fluxo de navegação.

5.3.5. *Correlações discursivas e integração populista*

A análise cruzada entre enquadramentos, estilos discursivos e tipos de simbiose confirma que é no enquadramento securitário que se observa maior co-ocorrência entre categorias de segurança e marcadores discursivos compatíveis com a gramática populista. Entre as peças cujo enquadramento primário é a segurança — que representam 57% do total analisado —, cerca de 83% apresentam simbiose estrutural e 72% simbiose instrumental, sendo que em 94% dos casos predomina o estilo informativo. Estes valores indicam que, sempre que a segurança se afirma como eixo interpretativo central, a cobertura tende a assumir a forma de relato processual e declarativo. Os pressupostos fundamentais do discurso securitário-populista — a ameaça difusa, a necessidade de controlo e a legitimação preventiva da ação estatal — são incorporados de forma rotineira.

O movimento inverso observa-se nas peças estruturadas em torno do enquadramento humanitário. Embora representem apenas 16% do conjunto analisado, mais de metade destas peças (53%) apresenta simbiose conflituosa, ao passo que a simbiose estrutural desce para 20% e a instrumental para cerca de 1/3. Sempre que o foco noticioso se desloca para histórias de vida, situações de vulnerabilidade ou problemáticas associadas

a direitos, a probabilidade de fricção discursiva aumenta de forma significativa. Nestes casos, o jornal tende a entrar em tensão com a gramática securitária dominante, ao invés de a reproduzir mecanicamente. A humanização emerge como variável empiricamente associada a maior conflitualidade discursiva e a um menor alinhamento estrutural com o populismo, funcionando como um fator de deslocamento semântico e normativo.

A análise dos estilos discursivos reforça esta clivagem estrutural. No universo total das peças, o estilo informativo é claramente dominante (92%). Dentro deste conjunto, a simbiose estrutural está presente em 58% das ocorrências e a simbiose conflituosa em cerca de 34% — um indício de que a neutralidade formal opera como principal vetor de normalização discursiva. Em contraste, nas raras peças em que o estilo primário é analítico (4% do total), observa-se um padrão diametralmente oposto: 75% apresentam simbiose conflituosa e nenhuma regista simbiose estrutural ou instrumental. Este dado confirma que, sempre que o *Correio da Manhã* se afasta do registo puramente declarativo e adota uma postura avaliativa ou interpretativa, se inclina para a desativação da lógica populista, convertida então em objeto de crítica.

As correlações estatísticas entre variáveis confirmam um padrão robusto e consistente. A combinação entre enquadramento securitário e estilo informativo associa-se fortemente às simbioses estrutural e instrumental — isto é, à normalização e à integração do discurso populista na rotina noticiosa. Por oposição, o enquadramento humanitário e os estilos analíticos articulam-se de forma sistemática com a simbiose conflituosa, tanto pela fricção quanto pelo questionamento ou pelo deslocamento interpretativo.

É nesta assimetria que se inscreve o papel simbólico do *Correio da Manhã* na cobertura da Lei da Nacionalidade. A rotina securitária e declarativa opera como infraestrutura de normalização do populismo, que estabiliza enquanto linguagem legítima do debate público. Em contrapartida, as raras incursões humanitárias e analíticas constituem os principais — e quase únicos — espaços de resistência crítica no interior do discurso jornalístico do jornal. A contestação ao populismo surge como exceção contingente face a uma lógica dominante marcada pela securitização, pela neutralidade performativa e pela integração funcional da gramática populista.

Convém sublinhar que as associações identificadas entre enquadramentos, estilos discursivos e tipos de simbiose são de natureza estritamente correlacional. O desenho da investigação não permite estabelecer relações causais diretas entre enquadramento securitário e integração da gramática populista. Os resultados evidenciam padrões de co-ocorrência sistemática, cuja interpretação deve ser entendida como análise estrutural de compatibilidades discursivas, e não como demonstração de mecanismos causais determinísticos.

5.4. Convergências e divergências entre os três meios de comunicação

A leitura comparativa dos dados relativos ao *Expresso*, ao *Jornal de Notícias* e ao *Correio da Manhã* identifica padrões consistentes de convergência e de divergência na mediação jornalística da Lei da Nacionalidade. Esta secção, concebida como suporte empírico para a problematização teórica subsequente, sistematiza os principais resultados comparativos e destaca tanto as diferenças estruturais entre as ecologias discursivas observadas quanto os pontos de contacto relevantes entre os três meios.

Em primeiro lugar, verifica-se uma convergência significativa ao nível da origem da informação. Nos três casos, uma parte significativa do *corpus* assenta em conteúdos provenientes da agência *Lusa*, ainda que com pesos diferenciados: 30,2% no *Expresso* (29 em 96 peças), 80,5% no *Jornal de Notícias* (33 em 41) e 85% no *Correio da Manhã* (91 em 107, maioritariamente em regime co-autoria). Esta matriz comum, porém, não se traduz em homogeneidade interpretativa; pelo contrário, os dados de *output* evidenciam que, mesmo sob elevada dependência da agência, os enquadramentos resultantes divergem de forma significativa entre títulos. A título ilustrativo, considere-se o subconjunto de peças de agência no *Correio da Manhã*, onde o enquadramento securitário se impõe como dominante (44 em 91; 48,4%); em contraste, no *Jornal de Notícias* destaca-se o enquadramento cultural-identitário (13 em 33; 39,4%), seguido do político-estratégico (8 em 33; 24,2%), enquanto o enquadramento securitário assume uma posição menos central (7 em 33; 21,2%).

Estes dados sugerem que o sentido final das peças resulta de processos de recontextualização editorial — como a seleção, o enquadramento, a hierarquização, a titulação e a integração em ambientes digitais específicos —, e não somente da origem

da informação. Ainda assim, importa sublinhar que estes resultados não permitem estabelecer, em sentido estrito, uma causalidade linear entre o *input* de agência e o *output* editorial, uma vez que a própria seleção das peças que compõem o *corpus* já constitui uma decisão redacional. O que os dados autorizam afirmar é que uma forte convergência ao nível da origem da informação coexiste com diferenças substantivas ao nível dos enquadramentos dominantes.

O contraste em apreço manifesta-se de forma particularmente nítida na comparação dos enquadramentos dominantes. No *Expresso*, observa-se uma abordagem multifocal em que enquadramentos cultural-identitários, humanitários e jurídico-constitucionais convivem e se articulam. A controvérsia é aí construída como um problema normativo complexo, aberto a múltiplas interpretações e sujeito a processos de racionalização jurídica e ética — sendo que o enquadramento securitário, embora presente, não assume centralidade estrutural. No *Jornal de Notícias*, por sua vez, a cobertura organiza-se em torno de um núcleo estratégico-securitário estabilizado: o jogo político e a gestão da ordem funcionam como eixos permanentes de inteligibilidade. Os enquadramentos humanitário e económico surgem de forma residual, enquanto o legalista opera sobretudo como suporte do discurso político, longe de constituir uma instância autónoma de problematização. Já no *Correio da Manhã*, a hegemonia do enquadramento securitário é inequívoca: uma parte significativa das peças estrutura-se a partir deste eixo, que atravessa transversalmente a cobertura enquanto moldura interpretativa. A imigração e a nacionalidade são sistematicamente configuradas como questões de controlo, de risco e de falha institucional, com os restantes enquadramentos integrados de forma subordinada e funcional. Em termos comparativos, os dados expõem um gradiente claro que vai da pluralização e racionalização (*Expresso*), à rotinização estratégica (*Jornal de Notícias*), e à securitização dominante (*Correio da Manhã*).

No plano dos estilos discursivos, a convergência mais evidente reside na centralidade do estilo informativo nos três meios, ainda que a sua função assuma configurações distintas. No *Expresso*, o registo informativo articula-se com dimensões emocionais, analíticas e moralizantes de natureza crítica, integradas como dispositivos de contextualização e de densificação interpretativa. A informação, que não se esgota na

transmissão factual, é mobilizada como suporte de explicação, de enquadramento e de problematização. No *Jornal de Notícias*, o estilo informativo adquire um caráter quase exclusivo e opera como regime de neutralidade procedimental: a notícia estrutura-se como sequência de declarações e acontecimentos, cuja baixa intervenção editorial resulta numa cobertura predominantemente declarativa. No *Correio da Manhã*, embora o estilo informativo se mantenha dominante, verifica-se a presença recorrente de tonalidades morais e avaliativas, designadamente nas peças de autoria própria e nos elementos periféricos da notícia. A neutralidade formal coexiste com juízos implícitos e configura um regime de neutralidade performativa em que a forma informativa serve de veículo a enquadramentos normativos prévios. Estes sistemas distinguem-se ainda pela sua relação com o tempo jornalístico: enquanto o *Expresso* prolonga o tema por via de dossiês e análises, o *Jornal de Notícias* dilui-o na sucessão noticiosa e o *Correio da Manhã* intensifica-o em ciclos curtos de elevada visibilidade.

Esta oposição é reforçada pela análise comparativa das formas de simbiose populista. No *Expresso*, predomina uma simbiose de natureza conflituosa: os traços populistas surgem maioritariamente por via de citações de atores políticos e são submetidos a enquadramento crítico, a reinscrição jurídica ou a problematização ética. O populismo é tratado como objeto de análise, e não incorporado como linguagem jornalística. No *Jornal de Notícias*, pelo contrário, a simbiose estrutural assume valores elevados, traduzidos num processo de normalização rotineira sustentado na neutralidade formal e na ausência de contracondicionamento interpretativo. No *Correio da Manhã*, observa-se uma combinação entre simbiose estrutural e instrumental: o populismo é integrado de forma funcional na cobertura, sobretudo em articulação com enquadramentos securitários e dispositivos de moralização difusa.

Um último eixo comparativo incide sobre o papel das notícias recomendadas, intrinsecamente relacionado com a arquitetura editorial digital. No *Expresso*, este elemento funciona como mecanismo de extensão interpretativa, em reforço de leituras jurídicas, humanitárias e analíticas. No *Jornal de Notícias*, consolida enquadramentos securitários e estratégicos, prolonga a rotina informativa e estabiliza associações semânticas específicas, mesmo quando o texto central denota um registo neutro. No *Correio da Manhã*, assume um papel estrutural na produção de sentido, operante como

dispositivos de enquadramento lateral que gera cadeias de contiguidade entre imigração, criminalidade, falha institucional e ameaça social. Este padrão sugere que a interpretação tende a ser influenciada não apenas pelo conteúdo da peça individual, mas também pela arquitetura global do fluxo informativo.

No seu conjunto, os dados empíricos permitem distinguir três modalidades diferenciadas de mediação jornalística da Lei da Nacionalidade: um regime de racionalização plural e resistência discursiva, no *Expresso*; um regime de normalização procedimental ancorado na rotina declarativa, no *Jornal de Notícias*; e um regime de integração securitária e moralização difusa, no *Correio da Manhã*. Esta leitura comparativa evidencia que as divergências entre os meios residem primordialmente não em orientações editoriais explícitas, mas nos modos de mediação, nos dispositivos editoriais e nos regimes de visibilidade através dos quais a controvérsia se torna inteligível no espaço público.

CONCLUSÃO

A presente investigação, que partiu do problema da relação entre populismo e *media* no contexto da reconfiguração digital da esfera pública, procurou analisar em que medida a cobertura jornalística da Lei da Nacionalidade contribui para a difusão e consolidação de elementos compatíveis com a gramática populista. Para o efeito, foi constituído um *corpus* de 245 peças jornalísticas publicadas entre junho e outubro de 2025 nos três jornais digitais mais acedidos em Portugal — *Correio da Manhã*, *Jornal de Notícias* e *Expresso* —, integrando ainda as respetivas notícias recomendadas, de modo a captar os conteúdos no seu contexto de circulação. Metodologicamente, adotou-se um desenho de natureza mista, que articulou análise de conteúdo e análise de discurso. Este desenho analítico possibilitou a identificação de padrões de enquadramento, estilos discursivos e modalidades de incorporação de elementos populistas, bem como a análise dos regimes de visibilidade associados às arquiteturas digitais de recomendação.

A análise desenvolvida evidencia o tratamento mediático digital da Lei da Nacionalidade como um campo estruturado de disputa discursiva, no interior do qual diferentes modelos jornalísticos operam segundo lógicas diferenciadas, produzindo efeitos assimétricos na configuração do debate público. É neste contexto que a identificação, em dois dos três meios com maior audiência digital em Portugal, de padrões de mediação compatíveis com a matriz discursiva do populismo adquire particular relevância analítica.

O objetivo central que orientou a presente dissertação — analisar de que modo a mediatização digital da Lei da Nacionalidade configura regimes distintos de mediação jornalística e em que medida estes se revelam compatíveis com a gramática populista — encontra expressão nos resultados obtidos. Através de uma análise comparativa sistemática dos três órgãos de comunicação social com mais elevada audiência digital em Portugal, foi possível identificar variações significativas nos modos de enquadramento, de seleção e de tratamento da informação. No plano dos objetivos específicos, a investigação permitiu, em primeiro lugar, cartografar os principais enquadramentos discursivos mobilizados na cobertura do tema em função dos modelos de mediação analisados. A investigação procedeu igualmente à identificação e operacionalização empírica dos elementos constitutivos da racionalidade discursiva populista, cuja presença se manifesta de forma diferenciada nos conteúdos, tanto na definição dos problemas como na construção dos atores e na estruturação de dinâmicas antagonistas.

Num terceiro plano, a incidência sobre os modos de circulação e normalização destes elementos permitiu explicitar o papel das rotinas produtivas e dos critérios de noticiabilidade na sua inscrição no espaço mediático. Por fim, a articulação consistente entre os dados empíricos e o quadro teórico mobilizado aprofundou a compreensão das relações entre jornalismo, regimes de visibilidade e comunicação política em ambiente digital.

Neste horizonte analítico, a verificação empírica das hipóteses formuladas impõe-se como corolário direto do percurso desenvolvido. A Hipótese 1 encontra forte sustentação nos resultados: o *Correio da Manhã* destaca-se como o órgão com maior incidência de elementos compatíveis com a gramática populista, num registo discursivo marcado por enquadramentos securitários, pela dramatização moral do risco e pela recorrente mobilização de formas simplificadoras e antagonistas. A Hipótese 2 é igualmente suportada pela análise desenvolvida: o *Expresso*, inscrito num modelo de mediação interpretativa orientado para a contextualização, a pluralização de vozes e a reinscrição crítica dos discursos populistas em quadros jurídicos, humanitários e institucionais, revela uma reduzida permeabilidade estrutural a esta gramática.

Já a Hipótese 3, cuja validação se revela apenas parcial, introduz uma inflexão analiticamente relevante. O *Jornal de Notícias* posiciona-se, de facto, num lugar intermédio em termos de permeabilidade à gramática populista — mais pronunciada do que no *Expresso*, embora menos expressiva do que no *Correio da Manhã*. Todavia, esta posição não decorre de uma articulação híbrida entre os dois modelos, nem da coexistência dos seus traços distintivos; pelo contrário, não se identifica nem a densidade interpretativa e contextualizadora característica do *Expresso*, nem uma ecologia discursiva marcada pela dramatização e pela ativação do medo nos termos observados no *Correio da Manhã*. A especificidade do *Jornal de Notícias* radica num regime de mediação orientado por uma lógica de neutralidade procedimental, no qual a reprodução rotineira do discurso político, desprovida de problematização interpretativa consistente, tende a favorecer a circulação relativamente desimpedida de elementos compatíveis com a gramática populista.

Os resultados obtidos permitem reconhecer que este regime discursivo se encontra normalizado em dois dos meios digitais portugueses com maior audiência — quer como

efeito da reprodução rotineira do discurso político e da insuficiente problematização interpretativa que a acompanha, quer por via de dinâmicas de convergência estrutural. A partir das evidências recolhidas, torna-se necessário reconfigurar o problema do plano marginal para o plano estrutural: o populismo deixa de surgir como uma externalidade discursiva, circunscrita a atores específicos, para se revelar parcialmente inscrito nas próprias rotinas produtivas, nos critérios de noticiabilidade e nas arquiteturas de visibilidade que organizam a circulação da informação. Neste sentido, a interrogação central desloca-se do plano da eventual função dos *media* enquanto instâncias de reflexo ou de amplificação do populismo, para as condições sob as quais determinadas configurações do jornalismo contemporâneo se tornam estruturalmente compatíveis com esta gramática. O favorecimento identificado não constitui aqui objeto de avaliação normativa quanto à eventual existência de uma adesão editorial explícita, nem a análise se orienta para a imputação de intencionalidades. Procura antes assinalar um conjunto de práticas sedimentadas que, ao simplificar e desproblematizar a complexidade social, contribuem para tornar o populismo simultaneamente plausível e disponível nos planos interpretativo e discursivo.

É neste enquadramento que se tornam discerníveis três modelos distintos de mediação jornalística — integração amplificadora, normalização passiva e resistência interpretativa —, cada um com implicações específicas na configuração do espaço público. Enquanto expressão diferenciada das formas concretas que organizam a produção, a hierarquização e a circulação da informação, esta tipologia permite sustentar que a relação entre *media* e populismo não se define externamente aos *media*, mas se encontra ancorada nas próprias condições que estruturam o ecossistema informativo contemporâneo. Nos antípodas dos restantes, o modelo de mediação interpretativa identificado no *Expresso* evidencia a possibilidade de configurações alternativas: a pluralização de fontes, a contextualização jurídica e normativa, a continuidade temática e a problematização crítica afirmam-se como dispositivos de resistência à normalização populista, reinscrevendo o conflito político num horizonte de deliberação racional.

Não obstante a robustez dos resultados alcançados, a investigação apresenta um conjunto de limitações que importa reconhecer. Em primeiro lugar, a delimitação temporal — circunscrita a um ciclo específico de elevada saliência política —, ainda que

metodologicamente justificada, condiciona a possibilidade de generalização longitudinal dos resultados. Em segundo lugar, a análise incide exclusivamente sobre três títulos mediáticos; apesar da sua relevância em termos de alcance digital, o universo considerado não esgota a totalidade do ecossistema informativo português. Acresce que o estudo se centra na produção jornalística — isto é, na análise da mensagem —, não contemplando a receção por parte dos públicos nem os efeitos concretos destes enquadramentos na formação da opinião pública. Adicionalmente, no interior dessa mesma dimensão produtiva, a análise privilegiou os conteúdos verbais e não explorou, de forma aprofundada, os elementos visuais e multimodais das peças jornalísticas. Por outro lado, embora os sistemas de recomendação tenham sido considerados na constituição do *corpus*, o carácter indireto da sua análise limita a possibilidade de uma apreensão exaustiva dos mecanismos algorítmicos que estruturam a visibilidade dos conteúdos.

As limitações identificadas projetam um conjunto de direções para investigação futura. Desde logo, destaca-se a pertinência do alargamento do horizonte temporal, com vista à captação de dinâmicas de médio e longo prazo na articulação entre *media* e populismo. De igual modo, a inclusão de outros meios — designadamente nativos digitais e plataformas sociais — contribuirá para uma compreensão mais abrangente das ecologias mediáticas contemporâneas. Uma linha particularmente promissora reside na análise da receção: explorar de que modo os públicos interpretam e, a partir daí, reforçam ou contestam os enquadramentos mediáticos identificados, com recurso a inquéritos por questionário, entrevistas em profundidade ou abordagens experimentais. O aprofundamento da dimensão algorítmica, através de metodologias orientadas para a observação direta dos sistemas de recomendação, permitirá clarificar o papel destas infraestruturas na amplificação seletiva de determinadas gramáticas discursivas. Por fim, a realização de estudos comparativos — quer entre contextos nacionais, quer entre diferentes temas políticos — possibilitará testar a generalização dos padrões aqui identificados e avaliar em que medida a permeabilidade mediática ao populismo varia em função de contextos específicos.

Os resultados desta investigação sublinham a necessidade de conceber o jornalismo como uma prática de mediação dotada de responsabilidade pública na configuração dos

termos do debate democrático. Num contexto marcado pela intensificação das lógicas de visibilidade, pela pressão da economia da atenção e pela mediação algorítmica, a adesão a princípios de rigor e de responsabilidade profissional, ancorados no código deontológico, revela-se particularmente exigente e indispensável. A evidência de que determinados regimes de mediação podem favorecer a difusão e estabilização de gramáticas discursivas de natureza populista reforça a importância de um jornalismo capaz de resistir a dinâmicas de simplificação e polarização — por contrapartida, promotor de uma abordagem plural e contextualizada da realidade. Os riscos associados ao populismo enquanto estratégia discursiva, amplificados pelas dinâmicas próprias do ambiente digital, não se esgotam no plano político, antes convocando uma reflexão mais ampla sobre os mecanismos de construção e estabilização do sentido no espaço público contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA

- Aalberg, T., Esser, F., Reinemann, C., Strömbäck, J., & de Vreese, C. H. (Eds.). (2017). *Populist political communication in Europe*. Routledge.
- Altheide, D.L. (2002). *Creating Fear: News and the Construction of Crisis* (1st ed.). Routledge.
- Altheide, D. L., & Snow, R. P. (1979). *Media logic*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Alhudithi, E. (2021). Review of *Voyant tools: See through your text*. *Language, Learning and Technology*, 25(3), 43—50.
- Arbaoui, B., De Swert, K., & van der Brug, W. (2020). Sensationalism in News Coverage: A Comparative Study in 14 Television Systems. *Communication Research*, 47(2), 299-320.
- Aslanidis, P. (2016). Is populism an ideology? A refutation and a new perspective. *Political Studies*, 64, 88—104.
- Baptista, J. P., Gradim, A., & Fonseca, D. (2024). Populist leaders as gatekeepers: André Ventura uses news to legitimize the discourse. *Journalism and Media*, 5(3), 1329—1347.
- Bardin, L. (2013). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trans.). Edições 70.
- Bale, T. (2009). *Immigration and Integration Policy in Europe. Why Politics - and the Centre-Right - Matter*. Routledge.
- Belur, J., Tompson, L., Thornton, A., & Simon, M. (2021). Interrater reliability in systematic review methodology: Exploring variation in coder decision-making. *Sociological Methods & Research*, 50(2), 837—865.
- Benson, R. (2013). *Shaping immigration news: A French-American comparison*. Cambridge University Press.
- Billig, M. (2005). *Laughter and ridicule: Towards a social critique of humour*. Sage Publications.
- Boczkowski, P. J., & Mitchelstein, E. (2013). *The news gap: When the preferences of the media and the public diverge*. MIT Press.
- Bucher, T. (2012). Want to be on the top? Algorithmic power and the threat of invisibility on Facebook. *New Media & Society*, 14(7), 1164—1180.

- Bucher, T. (2018). *If ... then: Algorithmic power and politics*. Oxford University Press.
- Burgess, J., & Baym, N. (2020). *Twitter: A biography*. NYU Press.
- Buzan, B., Wæver, O., & de Wilde, J. (1998). *Security: A new framework for analysis*. Lynne Rienner.
- Calloni, M. (2025). Polarization and enmity in the algorithmic age. Striving for a digital ethos of relationality and pluralism. *Philosophy & Social Criticism*, 51(4), 672-692.
- Canavilhas, J., & Di Fátima, B. (2024). *Radar das Legislativas 2024: Os partidos políticos e os seus líderes na esfera pública digital*. LabCom Books.
- Canavilhas, J., & Di Fátima, B. (2025). *Desinformação nas Legislativas 2025: Atividade dos partidos nas redes sociais*. LabCom Books.
- Cardoso, G., Lapa, T., & Di Fátima, B. (2016). *People are the message: Social mobilization and social media in Portugal*. CIES-IUL.
- Cardoso, G., Paisana, M., & Pinto-Martinho, A. (2025). *Digital News Report Portugal 2025*. OberCom – Observatório da Comunicação.
- Castells, M. (2009). *Communication power*. Oxford University Press.
- Chadwick, A. (2013). *The hybrid media system: Politics and power*. Oxford University Press.
- Chaffee, S. (2000). *Governing with the News: The News Media as a Political Institution*. By Timothy E. Cook. Chicago: University of Chicago Press, 1998. 289p. *American Political Science Review*, 94(3).
- Coelho, P. M. (2026). *O Expresso já tem um milhão de seguidores [Publicação do LinkedIn]*. LinkedIn.
- Cohen, B. C. (1963). *The press and foreign policy*. Princeton University Press.
- Correio da Manhã. (s.d.). *Estatuto editorial*.
- Couldry, N. (2012). *Media, society, world: Social theory and digital media practice*. Polity Press.

- Couldry, N., & Hepp, A. (2017). *The mediated construction of reality*. Polity Press.
- Creswell, J. W. (2014). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (4th ed.). Sage Publications.
- Dahlgren, P. (2009). *Media and political engagement: Citizens, communication and democracy*. Cambridge University Press.
- De Cleen, B., & Knops, L. (2019). The radical right versus the media: From media critique to claims of (mis)representation. *Politics and Governance*, 7(3), 165—178.
- Denzin, N. K. (1978). *The research act: A theoretical introduction to sociological methods* (2nd ed.). Routledge.
- Deuze, M., & Witschge, T. (2018). Beyond journalism: Theorizing the transformation of journalism. *Journalism*, 19(2), 165—181.
- Di Fátima, B. (2021). Quarta vaga da reportagem: Retratos em português. *Media & Jornalismo*, 21(38), 77—98.
- Di Fátima, B., & Carvalheiro, J. R. (2025). Dinámicas raciales en Facebook: Un estudio de los movimientos políticos de derecha en Portugal. *Austral Comunicación*, 14(2).
- Downs, A. (1972). Up and down with ecology: The issue-attention cycle. *The Public Interest*, 28, 38—50.
- Eberl, J. M., Meltzer, C. E., Heidenreich, T., Herrero, B., Theorin, N., Lind, F., & Strömbäck, J. (2018). The European media discourse on immigration and its effects: A literature review. *Annals of the International Communication Association*, 42(3), 207—223.
- Eberl, J. M., Tolochko, P., Jost, P., Heidenreich, T., & Boomgaarden, H. G. (2020). What's in a post? How sentiment and issue salience affect users' emotional reactions on Facebook. *Journal of Information Technology & Politics*, 17(1), 48—65.
- Engesser, S., Ernst, N., Esser, F., & Büchel, F. (2017). Populism and social media: how politicians spread a fragmented ideology. *Information, Communication & Society*, 20(8), 1109—1126.

Entman, R. M. (1993). Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), 51—58.

Esser, F. (1999). 'Tabloidization' of news: A comparative analysis of Anglo-American and German press journalism. *European Journal of Communication*, 14(3), 291—324.

Esser, F. (2008). Dimensions of political news cultures: Sound bite and image bite news in France, Germany, Great Britain, and the United States. *The International Journal of Press/Politics*, 13(4), 401—428.

Esser, F. (2013). Mediatization as a challenge: Media logic versus political logic. In H. Kriesi, S. Lavenex, F. Esser, J. Matthes, M. Bühlmann, & D. Bochslers (Eds.), *Democracy in the age of globalization and mediatization* (pp. 155—176). Palgrave Macmillan.

Esser, F., & Umbricht, A. (2013). Competing models of journalism? Political affairs coverage in US, British, German, Swiss, French and Italian newspapers. *Journalism*, 14(8), 989—1007.

Esser, F., Strömbäck, J., & de Vreese, C. H. (2017). Political Public Relations and Mediatization: The Strategies of News Management. In P. van Aelst & S. Walgrave (Eds.), *How Political Actors Use the Media* (pp. 63—83). Palgrave.

Expresso. (s.d.). Estatuto editorial do Expresso.

Fairclough, N. (1992). *Discourse and social change*. Polity Press.

Fairclough, N. (1995). *Critical discourse analysis: The critical study of language*. Longman.

Farris, S. R. (2017). *In the name of women's rights: The rise of femonationalism*. Duke University Press.

Fenton, N. (2010). *New media, old news: Journalism and democracy in the digital age*. Sage Publications.

Fetters, M. D., Curry, L. A., & Creswell, J. W. (2013). Achieving integration in mixed methods designs—principles and practices. *Health Services Research*, 48(6pt2), 2134—2156.

Figueira, J. (2012). *O essencial sobre a imprensa portuguesa 1974—2010*. Biblioteca Mínima.

Flick, U. (2018). *An introduction to qualitative research* (6th ed.). Sage Publications.

Fuchs, C. (2017). *Social media: A critical introduction* (2nd ed.). Sage Publications.

Gamson, W. A., & Modigliani, A. (1989). Media discourse and public opinion on nuclear power: A constructionist approach. *American Journal of Sociology*, 95(1), 1—37.

Gidron, N., & Bonikowski, B. (2013). Varieties of populism: Literature review and research agenda. Weatherhead Center for International Affairs, Harvard University.

Gilardi, F., Gessler, T., Kubli, M., & Müller, S. (2022). Social media and political agenda setting. *Political Communication*, 39(1), 38—59.

Gillespie, T. (2014). The relevance of algorithms. In T. Gillespie, P. J. Boczkowski, & K. A. Foot (Eds.), *Media technologies: Essays on communication, materiality, and society* (pp. 167—194). MIT Press.

Glassner, B. (1999). *The culture of fear: Why Americans are afraid of the wrong things*. Basic Books.

Goffman, E. (1974). *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. Harvard University Press.

Grabe, M. E., Zhou, S., & Barnett, B. (2001). Explicating Sensationalism in Television News: Content and the Bells and Whistles of Form. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 45(4), 635—655.

Greer, C. (2007). *News media, victims and crime*. Sage Publications.

Guo, L., & Vargo, C. (2015). The Power of Message Networks: A Big-Data Analysis of the Network Agenda Setting Model and Issue Ownership. *Mass Communication and Society*, 18(5), 557—576.

Guo, L., Vu, H. T., & McCombs, M. (2012). An expanded perspective on agenda-setting effects: Exploring the third level of agenda setting. *Revista de Comunicación*, 11, 51—68.

Habermas, J. (1989). *The structural transformation of the public sphere*. MIT Press.

Habermas, J. (1996). *Between facts and norms: Contributions to a discourse theory of law and democracy*. MIT Press.

Habermas, J. (2006). Political communication in media society: Does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. *Communication Theory*, 16(4), 411—426.

Haim, M., Graefe, A., & Brosius, H. B. (2018). Burst of the filter bubble? Effects of personalization on the diversity of online news. *Digital Journalism*, 6(3), 330—343.

Hajer, M. A. (1995). *The politics of environmental discourse: Ecological modernization and the policy process*. Oxford University Press.

Hall, S. (1973). *Encoding and decoding in the television discourse*. Centre for Contemporary Cultural Studies, University of Birmingham.

Hallin, D. C., & Mancini, P. (2004). *Comparing media systems: Three models of media and politics*. Cambridge University Press.

Hartley, J. (1996). *Popular reality: Journalism, modernity, popular culture*. Arnold.

Helberger, N. (2019). On the democratic role of news recommenders. *Digital Journalism*, 7(8), 993—1012.

Hepp, A. (2020). *Deep mediatization*. Routledge.

Hermida, A. (2010). Twittering the news: The emergence of ambient journalism. *Journalism Practice*, 4(3), 297—308.

Hjarvard, S. (2008). The mediatization of society: A theory of the media as agents of social and cultural change. *Nordicom Review*, 29(2), 105—134.

Impresa. (2024). *Relatório e contas 2023*. Impresa / CMVM.

Impresa. (2025). *Relatório e contas 2024*. Impresa / CMVM.

Iyengar, S. (1991). *Is anyone responsible? How television frames political issues*. University of Chicago Press.

Jagers, J., & Walgrave, S. (2007). Populism as political communication style: An empirical study of political parties' discourse in Belgium. *European Journal of Political Research*, 46(3), 319—345.

Jornal de Notícias. (s.d.). Estatuto editorial.

Jürgens, P., & Stark, B. (2022). Mapping exposure diversity: The divergent effects of algorithmic curation on news consumption. *Journal of Communication*, 72(3), 322—344.

Khosravinik, M. (2010). The representation of refugees, asylum seekers and immigrants in British newspapers during the 2005 general election. *Journal of Language and Politics*, 9(1), 1—28.

Krämer, B. (2014). Media populism: A conceptual clarification and some theses on its effects. *Communication Theory*, 24(1), 42—60.

Kriesi, H. (2014). The populist challenge. *West European Politics*, 37(2), 361—378.

Kriesi, H., Grande, E., Lachat, R., Dolezal, M., Bornschier, S., & Frey, T. (2008). *West European politics in the age of globalization*. Cambridge University Press.

Kriesi, H., & Pappas, T. S. (Eds.). (2015). *European populism in the shadow of the great recession*. ECPR Press.

Krippendorff, K. (2018). *Content analysis: An introduction to its methodology* (4th ed.). Sage Publications.

Laclau, E. (2005). *On populist reason*. Verso.

Lessig, L. (2008). *Remix: Making art and commerce thrive in the hybrid economy*. Penguin Press.

Lincoln, Y. S., & Guba, E. G. (1985). *Naturalistic inquiry*. Sage Publications.

Lippmann, W. (1922). *Public opinion*. Harcourt, Brace and Company.

Lisi, M., Llamazares, I., & Tsakatika, M. (2021). Economic crisis and the variety of populist response: Evidence from Greece, Portugal and Spain. In G. Lazaridis & G. Campani (Eds.), *Varieties of populism in Europe in times of crises* (pp. 144—169). Routledge.

Lusa. (2024a, Janeiro 15). Parte dos salários de Dezembro na Global Media continua em atraso. Público.

Lusa. (2024b, Março 12). Despedimento coletivo na Global Media abrange 17 trabalhadores mais a direção do DN. Diário de Notícias.

Marchi, R. (2023). The new populist radical right in Portugal: The Chega Party. In M. Mammone, E. Godin, & B. Jenkins (Eds.), *The Routledge handbook of far-right extremism in Europe* (pp. 117—128). Routledge.

Marktest. (2026, Março 24). Ranking auditado netAudience de fevereiro de 2026. Marktest.

Martins, J. (2020). Tabloidization in the Portuguese generalist daily newspapers. *Media & Jornalismo*, 20(36).

Mayring, P. (2000). Qualitative content analysis. *Forum: Qualitative Social Research*, 1(2), Art. 20.

Mazzoleni, G. (2003). The media and the growth of neo-populism in contemporary democracies. In G. Mazzoleni, J. Stewart, & B. Horsfield (Eds.), *The media and neo-populism: A contemporary comparative analysis* (pp. 1—20). Praeger.

Mazzoleni, G. (2008). Populism and the media. In D. Albertazzi & D. McDonnell (Eds.), *Twenty-first century populism: The spectre of Western European democracy* (pp. 49—64). Palgrave Macmillan.

Mazzoleni, G. (2012). *La comunicazione politica*. Il Mulino.

Mazzoleni, G., & Schulz, W. (1999). "Mediatization" of politics: A challenge for democracy? *Political Communication*, 16(3), 247—261.

McCombs, M. (2004). *Setting the agenda: The mass media and public opinion*. Polity Press.

McCombs, M. E., & Shaw, D. L. (1972). The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, 36(2), 176—187.

McNair, B. (2017). *An introduction to political communication* (6th ed.). Routledge.

Mendes, M. S., & Dennison, J. (2021). Explaining the emergence of the radical right in Portugal: The role of immigration and economic insecurity. *South European Society and Politics*, 26(2), 231—256.

Meraz, S. (2011). The fight for 'how to think': Traditional media, social networks, and issue interpretation. *Journalism*, 12(1), 107—127.

Mesquita, M. (2022). Introdução à análise dos títulos da imprensa. Edições Universitárias Lusófonas.

Messing, S., & Westwood, S. J. (2014). Selective exposure in the age of social media: Endorsements trump partisan source affiliation when selecting news online. *Communication Research*, 41(8), 1042—1063.

Moffitt, B. (2016). *The global rise of populism: Performance, political style, and representation*. Stanford University Press.

Moffitt, B., & Tormey, S. (2014). Rethinking populism: Politics, mediatization and political style. *Political Studies*, 62(2), 381—397.

Mouffe, C. (2013). *Agonistics: Thinking the world politically*. Verso.

Mouffe, C. (2018). *For a left populism*. Verso.

Mudde, C. (2004). The populist zeitgeist. *Government and Opposition*, 39(4), 541—563.

Mudde, C. (2007). *Populist radical right parties in Europe*. Cambridge University Press.

Mudde, C. (2019). *The far right today*. Polity Press.

Mudde, C., & Kaltwasser, C. R. (2017). *Populism: A very short introduction*. Oxford University Press.

Napoli, P. M. (2014). On automation in media industries: Integrating algorithmic media production into media industries scholarship. In T. Gillespie, P. J. Boczkowski, & K. A. Foot (Eds.), *Media technologies* (pp. 337—356). MIT Press.

Neuendorf, K. A. (2017). *The content analysis guidebook* (2nd ed.). Sage Publications.

Nowell, L. S., Norris, J. M., White, D. E., & Moules, N. J. (2017). Thematic analysis: Striving to meet the trustworthiness criteria. *International Journal of Qualitative Methods*, 16(1), 1—13.

OberCom. (2025). Futuros: Eixos de inovação para os media 2024/2025. OberCom.

Observador. (2025, Junho 25). Atribuição de nacionalidade em debate no parlamento a pedido do Chega. Observador.

Observatório das Migrações (2026), Dados migratórios em Portugal: da fragmentação institucional à definição de uma infraestrutura integrada de dados, Observatório das Migrações, Lisboa.

O'Connor, C., & Joffe, H. (2020). Intercoder reliability in qualitative research: Debates and practical guidelines. *International Journal of Qualitative Methods*, 19, 1—13.

Papacharissi, Z. (2015). *Affective publics: Sentiment, technology, and politics*. Oxford University Press.

Pires, R. P. (2019). Portuguese emigration today. In R. P. Pires (Ed.), *New and old routes of Portuguese emigration* (pp. 29—48). Springer.

Poell, T., & van Dijck, J. (2018). Social media and new protest movements. In J. Burgess, A. Marwick, & T. Poell (Eds.), *The SAGE handbook of social media* (pp. 546—561). Sage Publications.

Pontes, L. (2004). Mulheres brasileiras na mídia portuguesa. *Cadernos Pagu*, (23), 229—256.

Prior, M. (2007). *Post-broadcast democracy: How media choice increases inequality in political involvement and polarizes elections*. Cambridge University Press.

Prior, H. (2024). Social media and the rise of radical right populism in Portugal: The communicative strategies of André Ventura on X in the 2022 elections. *Humanities and Social Sciences Communications*, 11(1), 1—10.

Público. (2017, Julho 17). Candidato do PSD a Loures volta a criticar ciganos. Público.

Público. (2025, Outubro 28). Lei da Nacionalidade: o que muda com as alterações agora aprovadas? Público.

Reese, S. D. (2007). The framing project: A bridging model for media research revisited. *Journal of Communication*, 57(1), 148—154.

Reinemann, C., Stanyer, J., Scherr, S., & Legnante, G. (2011). Hard and soft news: A review of concepts, operationalizations and key findings. *Journalism*, 13(2), 221—239.

Richardson, J. E. (2007). *Analysing newspapers: An approach from critical discourse analysis*. Palgrave Macmillan.

Rooduijn, M. (2014). The nucleus of populism: In search of the lowest common denominator. *Government and Opposition*, 49(4), 572—598.

Rooduijn, M. (2019). State of the field: How to study populism and adjacent topics? A plea for both more and less focus. *European Journal of Political Research*, 58(1), 362—372.

Rovira Kaltwasser, C., & Zanotti, L. (2023). The populist radical right beyond Europe. *Journal of Language and Politics*, 22(S1).

Rose, S. (2016). The importance of time in coding stability. *Field Methods*, 28(3), 287—302.

Saldaña, J. (2016). *The coding manual for qualitative researchers* (3rd ed.). Sage Publications.

Salgado, S. (2019). Where's populism? Online media and the diffusion of populist discourses and styles in Portugal. *European Political Science*, 18(1), 53—65.

Santana-Pereira, J. (2016). The Portuguese media system and the normative roles of the media: A comparative view. *Análise Social*, 221, 780—801.

Scheufele, D. A. (1999). Framing as a theory of media effects. *Journal of Communication*, 49(1), 103—122.

Schreier, M. (2012). *Qualitative content analysis in practice*. Sage Publications.

- Schulz, W. (2004). Reconstructing mediatization as an analytical concept. *European Journal of Communication*, 19(1), 87—101.
- Shoemaker, P. J., & Vos, T. P. (2009). *Gatekeeping theory*. Routledge.
- Sistema de Segurança Interna. (2025). Relatório Anual de Segurança Interna 2024 (RASI 2024). Presidência do Conselho de Ministros / XXIV Governo Constitucional.
- Sparks, C. (2000). *Tabloid tales: Global debates over media standards*. Rowman & Littlefield.
- Splichal, S. (2024). The Rise of Contractual Publics: conceptual crisis and the tech-driven siege of the public sphere. *Javnost - The Public*, 31(1), 1—25.
- Strömbäck, J. (2008). Four phases of mediatization: An analysis of the mediatization of politics. *The International Journal of Press/Politics*, 13(3), 228—246.
- Strömbäck, J. & Esser, F. (2014). Mediatization of politics: transforming democracies and reshaping politics. In K. Lundby (Ed.), *Mediatization of Communication* (pp. 375-404). Berlin, Boston: De Gruyter Mouton.
- Strömbäck, J., & Shehata, A. (2019). The Reciprocal Effects Between Political Interest and TV News Revisited: Evidence From Four Panel Surveys. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 96(2), 473-496.
- Stroud, N. J. (2011). *Niche news: The politics of news choice*. Oxford University Press.
- Stumpf, J. (2006). The crimmigration crisis: Immigrants, crime, and sovereign power. *American University Law Review*, 56(2), 367—419.
- Swart, J. (2021). Experiencing Algorithms: How Young People Understand, Feel About, and Engage With Algorithmic News Selection on Social Media. *Social Media + Society*, 7(2).
- Tandoc Jr., E. C. (2014). Journalism is twerking? How web analytics is changing the process of gatekeeping. *New Media & Society*, 16, 559—575.
- Tandoc Jr., E. C. (2019). The facts of fake news: A research review. *Sociology Compass*, 13(9).

Thompson, J. B. (2000). *Political scandal: Power and visibility in the media age*. Polity Press.

Thorson, K., & Wells, C. (2016). Curated flows: A framework for mapping media exposure in the digital age. *Communication Theory*, 26(3), 309—328.

Törnberg, P., & Chueri, J. (2025). When do parties lie? Misinformation and radical-right populism across 26 countries. *The International Journal of Press/Politics*, 31(2).

Traquina, N. (2020). *Teorias do jornalismo: Porque as notícias são como são (Vol. 1)*. Insular.

Tuchman, G. (1978). Making news: A study in the construction of reality. *Social Forces*.

Valdigem, C. (2006). Brasileiros e ciganos no prime-time português: estudo de caso. *Comunicação & Cultura*, (1), 99—115.

van Dijck, J., & Poell, T. (2013). Understanding social media logic. *Media and Communication*, 1(1), 2—14.

van Dijck, J., Poell, T., & de Waal, M. (2018). *The platform society: Public values in a connective world*. Oxford University Press.

van Dijk, T. A. (1991). *Racism and the press*. Routledge.

van Dijk, T. A. (1998). *Ideology: A multidisciplinary approach*. Sage Publications.

van Gorp, B. (2005). Where is the frame? Victims and intruders in the Belgian press coverage of the asylum issue. *European Journal of Communication*, 20(4), 484—507.

Vliegthart, R., & Walgrave, S. (2008). The contingency of intermedia agenda setting: A longitudinal study in Belgium. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 85(4), 860—877.

de Vreese, C. H., Esser, F., Aalberg, T., Reinemann, C., & Stanyer, J. (2018). Populism as an expression of political communication content and style: A new perspective. *The International Journal of Press/Politics*, 23(4), 423—438.

Walgrave, S., & van Aelst, P. (2006). The contingency of the mass media's political agenda setting power: Toward a preliminary theory. *Journal of Communication*, 56(1), 88—109.

Wanta, W., Golan, G., & Lee, C. (2004). Agenda setting and international news: Media influence on public perceptions of foreign nations. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 81(2), 364—377.

Weyland, K. (2001). Clarifying a contested concept: Populism in the study of Latin American politics. *Comparative Politics*, 34(1), 1—22.

Wodak, R. (2014). Critical discourse analysis. In C. Hart & P. Cap (Eds.), *Contemporary critical discourse studies* (pp. 31—56). Bloomsbury.

Wodak, R. (2015). *The politics of fear: What right-wing populist discourses mean*. Sage Publications.

Wodak, R. (2021). *The politics of fear: The shameless normalization of far-right discourse* (2nd ed.). Sage Publications.

Zúquete, J. P., & Pimenta, D. (2025). Portugal's new kid in town: The populism of Chega. *Revista Española de Ciencia Política*, 67, 155—174.

